

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	8
1.5 Principais clientes	15
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	16
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	23
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	24
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	25
1.10 Informações de sociedade de economia mista	28
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	29
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	30
1.13 Acordos de acionistas	31
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	32
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	33
1.16 Outras informações relevantes	34
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	36
2.2 Resultados operacional e financeiro	48
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	53
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	54
2.5 Medições não contábeis	55
2.6 Eventos subsequentes as DFs	57
2.7 Destinação de resultados	58
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	62
2.10 Planos de negócios	63
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	65
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	66
3.2 Acompanhamento das projeções	67

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	68
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	101
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	102
4.4 Processos não sigilosos relevantes	112
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	117
4.6 Processos sigilosos relevantes	118
4.7 Outras contingências relevantes	119
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	123
5.2 Descrição dos controles internos	131
5.3 Programa de integridade	135
5.4 Alterações significativas	150
5.5 Outras informações relevantes	151
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	154
6.3 Distribuição de capital	160
6.4 Participação em sociedades	161
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	164
6.6 Outras informações relevantes	165
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	166
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	168
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	169
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	176
7.4 Composição dos comitês	185
7.5 Relações familiares	195
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	198
7.7 Acordos/seguros de administradores	207
7.8 Outras informações relevantes	208
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	213

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	218
8.3 Remuneração variável	221
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	222
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	223
8.6 Outorga de opções de compra de ações	224
8.7 Opções em aberto	225
8.8 Opções exercidas e ações entregues	226
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	227
8.10 Outorga de ações	228
8.11 Ações entregues	229
8.12 Precificação das ações/opções	230
8.13 Participações detidas por órgão	231
8.14 Planos de previdência	232
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	233
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	236
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	237
8.18 Remuneração - Outras funções	238
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	239
8.20 Outras informações relevantes	240
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	241
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	242
9.4 Outras informações relevantes	243
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	244
10.1 Descrição dos recursos humanos	246
10.2 Alterações relevantes	247
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	248
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	249
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	250
10.5 Outras informações relevantes	252
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	255
11.2 Transações com partes relacionadas	257
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	262
11.3 Outras informações relevantes	263
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	264
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	265
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	266
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	274
12.5 Mercados de negociação no Brasil	275
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	276
12.7 Títulos emitidos no exterior	277
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	278
12.9 Outras informações relevantes	282
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	283
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	284
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	290

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

Informações Gerais do Emissor

Denominação Atual do Emissor	Eurofarma Laboratórios S.A.
Denominação de Constituição do Emissor	Produtos Químicos e Farmacêuticos INAF Ltda.
Data de Constituição do Emissor	04/07/1962
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Indeterminado
Data de Registro CVM	Categoria A – 28 de março de 2022
Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial	Não houve

História do Emissor

A Eurofarma é uma multinacional de capital 100% brasileiro e, desde 1972, é reconhecida pela comunidade médica e sociedade por promover o acesso à saúde e à qualidade de vida com tratamentos a preço acessível, qualidade e inovação.

Há mais de 50 anos, a Eurofarma atua no setor de saúde, produzindo e comercializando produtos e serviços para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Com atuação diversificada, atua em todos os principais segmentos, como Prescrição Médica, Isentos de Prescrição, Genéricos, Hospitalar e Oncologia, além da exportação e terceirização de medicamentos.

Com mais de 12,6 mil colaboradores, a Companhia é uma das 3 maiores farmacêuticas da América Latina. A Eurofarma está presente em 22 países, cobrindo 100% da América Latina e com plantas de produção no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia e Guatemala.

Reconhecida pelo seu pioneirismo e vocação empreendedora desde o início de suas atividades, a Companhia atua com parcerias nacionais e internacionais, em diferentes modelos de cooperação, como licenças, acordos de distribuição, prestação de serviços na área produtiva, joint ventures, co-desenvolvimento, entre outros. Com foco em inovação, a Eurofarma contabiliza mais de 350 projetos no seu pipeline e planos de expansão para importantes mercados globais.

1.1 Histórico do emissor

A história da Companhia ("Grupo Eurofarma") teve início em 1972, quando Galliano Billi, imigrante italiano que chegara ao Brasil em busca de oportunidades, fundou a Billi Farmacêutica na cidade de São Paulo (SP). À época, o Grupo Eurofarma foi fundado com o objetivo de prestar serviços de produção de medicamentos, viabilizando a terceirização por parte de farmacêuticas.

Ao longo de duas décadas, o Grupo Eurofarma expandiu suas operações, investindo na aquisição de plantas e marcas. Desse movimento resultou grande crescimento do grupo, que passava também a diversificar sua atuação no setor.

Nos anos seguintes, o Grupo Eurofarma passou por relevante fase de expansão, mediante a aquisição de unidades fabris (Unidade Campo Belo, SP, em 1977), de laboratórios (Laboratório Inaf, em 1977; em 1982; Stanley Home do Brasil, em 1992) e de marcas já presentes no mercado (marcas do laboratório Majer Meyer, em 1987).

Entre as décadas de 1990 e 2000, Maurizio Billi sucedeu seu pai, Galliano, na presidência do Grupo Eurofarma. A nova administração buscou manter a trajetória de crescimento da Companhia, consolidar a posição da Eurofarma no Brasil e dar início ao projeto de internacionalização do Grupo.

Assim, os anos seguintes foram marcados por grandes mudanças na Companhia, que passou a atuar também no mercado de medicamentos genéricos no Brasil (2001) e na exportação de produtos (2002).

Nos anos 2000, o Grupo Eurofarma inaugurou seu Núcleo de Inovação, sendo que as primeiras patentes da Companhia foram depositadas nos anos seguintes, tanto no Brasil, em 2008, quanto no exterior, em 2009. Além disso, em 2009, a Companhia adquiriu a Quesada Farmacêutica e fundou a Eurofarma Argentina.

Além das mudanças proporcionadas pela expansão das linhas de negócio e pelos investimentos em inovação, desde o ano 2000, a Eurofarma tem sido reconhecida como uma das melhores empresas para se trabalhar, sendo 20 anos consecutivos no GPTW - Great Place to Work Brasil. Inclusive, foi reconhecida internacionalmente com o título de melhor farmacêutica para trabalhar na América Latina.

Em 2010, a Companhia investiu na expansão na América Latina através da aquisição de empresas no Uruguai, Chile e Bolívia. Na sequência, em 2011, o Grupo Eurofarma juntou-se ao laboratório Cristália, criando a joint venture Supera Rx Medicamentos, a qual promove e distribui produtos de prescrição médica.

Nos anos que seguiram, a Companhia expandiu suas atividades na América Latina, inaugurando operações no Paraguai, Equador e México, em 2012, e no Peru e Guatemala, em 2013.

1.1 Histórico do emissor

Os anos seguintes foram marcados pelo crescimento do portfólio da Companhia, que obteve licenciamentos e registros de novas tecnologias e produtos.

No ano de 2019, a Companhia conquistou 1º lugar em Prescrição Médica no Brasil, além de figurar como única farmacêutica tetracampeã pelo Guia Exame de Sustentabilidade.

Em 2020, a Companhia inaugurou o Eurolab, um centro de inovação de 21 mil m², com seis laboratórios, equipamentos de avançada tecnologia para análises de moléculas e mais de 650 cientistas e profissionais dedicados à pesquisa e desenvolvimento de medicamentos.

Já no ano de 2021, a Eurofarma conquistou importantes acordos, como o consórcio com a Pfizer/BioNTech para a produção da vacina contra a COVID-19 e a sua distribuição na América Latina, e em linha com sua estratégia de aquisições e crescimento, adquiriu alguns ativos da Hypera Pharma, os quais haviam sido adquiridos da Sanofi, para comercialização nos mercados do México e Colômbia.

Em 2021, a Companhia foi a primeira farmacêutica brasileira a assumir o compromisso de neutralizar 100% das emissões diretas de CO₂, por meio da compra de créditos de carbono, o que, por sua vez, beneficiou os projetos brasileiros “Fazenda Fortaleza Ituxi – REDD+” em Lábrea (AM) e “Cikel Brazilian Amazon – REDD” em Paragominas (PA).

Além do alto investimento em P&D para trazer novos produtos, a Eurofarma investe em inovação em saúde de uma forma mais ampla, desde novas tecnologias para otimizar processos até em plataformas disruptivas que visam novos modelos de negócio.

Em 2022 o Complexo de Itapevi obteve a certificação do FDA (U.S. Food and Drug Administration). O ano também foi marcado pelas aquisições do Laboratório Canonne, responsável pela marca Valda, e da Medimetriks Pharmaceuticals, Inc., que concretizou o ingresso da Eurofarma no mercado norte-americano.

Em 2023, a Eurofarma lançou a marca EurOn, o fundo para biotech Eurofarma Ventures, adquiriu 7 ativos da Sanofi para os mercados do Brasil, Colômbia, México, Argentina e Uruguai e concluiu a aquisição da Genfar, braço de genéricos da Sanofi na Colômbia, Equador e Peru.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Visão Geral

A Eurofarma é uma multinacional de capital 100% brasileiro e, desde 1972, é reconhecida pela comunidade médica e sociedade por promover o acesso à saúde e à qualidade de vida com tratamentos a preço acessível, qualidade e inovação.

Há mais de 50 anos, a Eurofarma atua no setor de saúde, produzindo e comercializando produtos e serviços para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Com atuação diversificada, atua em todos os principais segmentos, como Prescrição Médica, Isentos de Prescrição, Genéricos, Hospitalar e Oncologia, além da exportação e terceirização de medicamentos.

Com mais de 12,6 mil colaboradores, a Companhia é uma das 3 maiores farmacêuticas da América Latina. A Eurofarma está presente em 22 países, cobrindo 100% da América Latina, em alguns países da África e EUA. A Companhia conta com plantas de produção no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia e Guatemala.

Nossas Áreas de Atuação

- Prescrição médica: a produção de medicamentos prescritos por médicos é a nossa principal unidade de negócio. Somos o laboratório mais prescrito pela comunidade médica no Brasil, possuindo produtos de destaque como o contraceptivo Tâmisa®, o antiacnéico Selene® e o Pondera®.
- Genéricos: a produção de medicamentos genéricos tem como principal objetivo ampliar o acesso da população a medicamentos de qualidade por preços mais baixos. Nesse sentido, fomos pioneiros no lançamento de produtos genéricos de relevância para o mercado, como, por exemplo, o primeiro medicamento genérico oncológico (2001), o primeiro genérico antitabagismo (2005) e o primeiro genérico anticoncepcional oral (2007).
- Hospitalar: unidade de negócios que comercializa medicamentos e soluções parenterais de grande volume, por meio de uma rede de distribuição que compreende todo o território nacional.
- Licitações: unidade voltada ao atendimento das instituições públicas de saúde.
- Oncologia: unidade voltada na produção e desenvolvimento de produtos para o tratamento de câncer.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Serviços a terceiros: unidade responsável pela oferta de serviços de fabricação de cosméticos e medicamentos, por meio da disponibilização de sua capacidade produtiva com diversos laboratórios e produtos manufaturados (terceirização).
- Isentos de prescrição: unidade que produz medicamentos isentos de prescrição, ou seja, aqueles aprovados por órgãos de vigilância sanitária, como a Anvisa no Brasil, para serem comercializados sem prescrição médica, destinados a tratar males menores, possuindo produtos de destaque da linha OAZ e Valda.
- Exportação: unidade voltada para o mapeamento e expansão dos novos mercados internacionais, estabelecendo parcerias no exterior e ampliando portfólio de produtos comercializados fora do Brasil. Atualmente, os nossos produtos são exportados para países da América Latina, África e Ásia, com instalações de produção certificadas pela Anvisa (Brasil), Anmat (Argentina), Invima (Colômbia) e Digemid (Peru).

Investimento em Inovação

Mantendo o pioneirismo e a certeza de que a inovação é essencial para o crescimento, a Eurofarma atua tanto em pesquisa e desenvolvimento quanto em inovação aberta com iniciativas em (i) genéricos e similares; (ii) produtos incrementais; (iii) licenças para incorporar produtos novos e novas tecnologias; (iv) descobrimento de novas moléculas; e (v) Eurofarma Ventures, um fundo próprio de biotech, que atua numa fase bem precoce de produtos e ativos disruptivos.

Em 2023 os investimentos totais em P&D, incluindo o montante capitalizado como ativo intangível, totalizaram R\$ 615 milhões, 4% superior a 2022, representando 7% da receita líquida do período.

No acumulado de 2023 foram 70 lançamentos no Brasil e 133 colocações nas operações na América Latina (ex-Brasil). Nos últimos 24 meses, os lançamentos representam 9,2% em market share, segundo o IQVIA – PMB – Dez/23 – Reais PPP.

Nossos Reconhecimentos e Certificações

As operações da Eurofarma seguem as boas práticas de fabricação do mercado e os resultados podem ser medidos pelos diversos reconhecimentos já conquistados. É mantido um rígido cumprimento às normas de Good Manufacturing Practices (GMP), estabelecidas nas regulamentações vigentes no Brasil e fiscalizadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Adicionalmente, a Companhia é certificada pela ANMAT, INVIMA, DIGEMID, tendo, também, recebido os certificados OPAs, GBC, REBLAS e GMP. Em 2022 o Complexo de Itapevi obteve a certificação do FDA (U.S. Food and Drug Administration).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 2021, a Companhia foi a primeira farmacêutica brasileira a assumir o compromisso de neutralizar 100% das emissões diretas de CO₂, por meio da compra de créditos de carbono, o que, por sua vez, beneficiou os projetos brasileiros "Fazenda Fortaleza Ituxi – REDD+" em Lábrea (AM) e "Cikel Brazilian Amazon – REDD" em Paragominas (PA).

Desde o ano de 2000, a Eurofarma tem sido reconhecida como uma das melhores empresas para se trabalhar, sendo 20 anos consecutivos no GPTW - Great Place to Work Brasil. Inclusive, foi reconhecida internacionalmente com o título de melhor farmacêutica para trabalhar na América Latina.

Reconhecimentos de 2023:

- SINDUSFARMA: 2º lugar no Prêmio em Excelência em Gestão de Meio Ambiente
- 47º PRÊMIO LUPA DE OURO: 2º lugar na categoria ESG com o projeto Neuroproteção Cerebral
- CANNES LIONS PHARMA GRAND PRIX: Vencedora na categoria Pharma no Festival Internacional de Criatividade Cannes Lions 2023 com o aplicativo "Scrolling Therapy"
- GPTW AMÉRICA LATINA: 1ª colocada na indústria farmacêutica e 11ª no ranking geral
- EXAME MELHORES DO ESG 2023: Hexacampeã na categoria Farmacêutica e Beleza. Única do setor com esse status.
- VALOR INOVAÇÃO 2023: Eleita como uma das empresas mais inovadoras do setor no Brasil
- RANKING 100 OPEN CORPS: 1º lugar em Saúde e Bem-estar
- ESTADÃO MARCAS MAIS: 4º ano consecutivo como uma das três principais marcas de saúde na preferência do consumidor
- MELHORES DA DINHEIRO: Farmacêutico, Higiene e Limpeza; 2º lugar: Saúde e Bem-estar; Sustentabilidade Financeira; Recursos Humanos; Inovação e Qualidade, Governança Corporativa.
- MERCO RESPONSABILIDADE ESG: 2º lugar na categoria farmacêutica e 84ª posição no ranking de líderes com Maurizio Billi
- AGE FRIENDLY EMPLOYER™: Primeira empresa do setor farmacêutico a conquistar, de uma só vez, a certificação para suas operações brasileiras e latino-americanas

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

(a) Produtos e serviços comercializados

Reconhecida pela comunidade médica e sociedade por promover o acesso à saúde e qualidade de vida com um preço acessível, qualidade e tratamentos inovadores, a Companhia se posiciona com destaque nos principais ramos farmacêuticos: prescrição médica (produção de remédios prescritos por médicos) e isentos de prescrição (produção de remédios que não contam com receita médica), genéricos (produção de remédios com o mesmo ativo, mas a preços mais baixos), hospitalar (comercialização de medicamentos e soluções parenterais de grande volume), oncologia (produção e desenvolvimento de produtos voltados para o tratamento de câncer) e veterinária (produção de remédios voltados para o tratamento de animais), com referência em SNC (Sistema Nervoso Central), anti-infecciosos e medicamentos hormonais.

Devido às características dos produtos comercializados, as atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional – farmacêutico – razão pela qual a Companhia não apresenta a informação por segmento conforme definido no CPC 22/IFRS 8.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2023		2022		2021	
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Receita líquida	9.120.676	100%	8.006.280	100%	7.067.827	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2023		2022		2021	
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Lucro líquido	649.698	100%	1.001.047	100%	999.894	100%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do processo de produção

A Companhia está presente em 22 países, cobrindo 100% da América Latina, alguns países da África e EUA e tem plantas fabris estrategicamente distribuídas na América Latina.

No Brasil, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de medicamentos:

UNIDADE	LOCAL	ATIVIDADES
Eurofarma	Itapevi (SP)	Fabricação de produtos farmacêuticos: líquidos não estéreis e estéreis, semissólidos e sólidos. Fabricação de produtos veterinários Fabricação de produtos para saúde Fabricação de Cosméticos
Eurofarma	Ribeirão Preto (SP)	Fabricação de produtos farmacêuticos estéreis
Momenta	São Paulo (SP)	Fabricação de produtos farmacêuticos: pós e líquidos estéreis e sólidos orais Fabricação de produtos veterinários.
Eurofarma RJ	Rio de Janeiro (RJ)	Fabricação de produtos alimentícios, dietéticos e perfumaria, cosméticos em produtos de higiene pessoal.

O processo de produção dos medicamentos sólidos pode ocorrer por “via úmida” ou “via seca”, sendo que em ambos os casos, o primeiro passo é o peneiramento das matérias primas, para quebra de grumos.

Na “via úmida”, a etapa posterior é a adição de um fluido (álcool ou água) para formação de uma pasta, auxiliando na homogeneização da mistura. Em seguida, a mistura é seca e granulada. O produto é então novamente transformado em pó e são adicionados os componentes que não entraram na mistura úmida.

Na “via seca”, os pós são homogeneizados através de misturadores, sem utilização de uma solução granulante.

Nas duas vias, posteriormente, ocorrerá a compressão, o revestimento (se necessário) e a blistagem.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos ou displays) e nas caixas de embarque.

Os medicamentos semi-sólidos são produzidos a partir da mistura das matérias-primas, realizada em reatores de fabricação, os quais promovem a mistura quente ou fria, sendo seguida da etapa de envase, em bisnagas de alumínio ou plástico. Posteriormente, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de embarque.

Os medicamentos líquidos são produzidos a partir da mistura das matérias primas em tanques de fabricação (posterior filtração) e, posteriormente, envasado nos frascos. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de embarque.

Os medicamentos estéreis são produzidos na forma líquida ou pó liófilo. Na forma líquida, são fabricados em tanques e, normalmente esterilizados por meio de filtros esterilizantes (membranas menores que 0,2 micras). Existem também, os processos em que a matéria-prima é recebida estéril e, todo o processo é realizado em área apropriada, sendo chamado de processo asséptico. Todo o processo é conduzido em área de grau apropriado, com as vestimentas apropriada, para que não haja contaminação do produto durante todo o seu processo. Após a manipulação, o produto é envasado em ampolas, frascos ou bolsas, sendo hermeticamente fechados. Para os produtos pós, o líquido estéril é submetido ao congelamento e sublimação da água, restando no frasco o medicamento sob a forma de pó liófilo. Posteriormente, os produtos são colocados em suas embalagens secundárias (cartuchos ou displays) e nas caixas de embarque.

As atividades de produção seguem as normas vigentes das Boas Práticas de Fabricação e atendem às exigências dos órgãos reguladores e à legislação aplicável para cada tipo de produto. O procedimento de Boas Práticas de Fabricação é amplamente divulgado nas áreas, através de treinamentos de reciclagem.

(b) Características do processo de distribuição

A nossa operação de distribuição de produto é realizada por parceiros (transportadores) devidamente habilitados para este fim, cobrindo todas as regiões do Brasil. Em geral, o modal escolhido é o terrestre/rodoviário. Porém, para medicamentos perecíveis e/ou urgentes das linhas Hospitalar e Oncologia, operamos no modal rodo expresso para as regiões Sul e Sudeste e no modal aéreo para Centro Oeste, Norte e Nordeste.

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

Os produtos farmacêuticos comercializados no Brasil podem ser divididos em três categorias principais:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- (i) Medicamentos RX ou Tarjados: Englobam as categorias de medicamentos de referência e de medicamentos similares, cuja aquisição e utilização dependem de prescrição médica e que apresentam, em sua embalagem, tarja (vermelha ou preta, conforme aplicável) indicativa desta necessidade. Também são conhecidos como medicamentos “éticos”.
- (ii) Medicamentos Genéricos: Medicamentos idênticos, ou bioequivalentes, aos respectivos medicamentos de referência na forma de dosagem, eficácia, segurança, potência, qualidade, características de desempenho e uso pretendido, desenvolvidos após a expiração, renúncia ou quebra da patente do medicamento de referência em que se baseiam, e utilizando fórmulas de medicamentos de referência. A diferença se dá no nome, no fabricante e na forma de divulgação. Os medicamentos genéricos não são protegidos por patente e devem ser designados pela DCB (Denominações Comuns Brasileiras) ou, na sua ausência, pela DCI (Denominações Comuns Internacionais ou *International Nonproprietary Names* – INN, adotadas pela Organização Mundial da Saúde). Devido aos menores custos com pesquisa e desenvolvimento e marketing, os preços dos medicamentos genéricos são inferiores aos dos medicamentos de referência.
- (iii) Medicamentos OTC (“*over-the-counter*”) ou Medicamentos de Venda Livre: Medicamentos cuja venda é livre, não requerendo a apresentação de prescrição médica. Esse grupo inclui medicamentos para tratamento de condições agudas fáceis de serem auto diagnosticadas, tais como remédios para tosse, dor e gripe. Também conhecidos como Medicamentos Isentos de Prescrição (“MIP”).

A Eurofarma produz e comercializa medicamentos nas três categorias acima descritas com a ressalva de que, no Brasil, é vedada a comercialização de medicamentos no varejo fora de farmácias e drogarias. Embora atue em diferentes ramos farmacêuticos, as atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional.

De acordo com dados do IQVIA, em 2023 o mercado farmacêutico brasileiro total (retail PPP e non-retail PP) foi de R\$ 171 bilhões e a Companhia ocupava o 3º lugar com 5,71% de market share.

De acordo com dados do IQVIA, o mercado farmacêutico mundial deve apresentar crescimento nominal composto médio de 4,8% ao ano no intervalo de 2020 a 2025, enquanto a América Latina deve apresentar crescimento nominal composto médio de 12,6% ao ano no intervalo de 2020 a 2025.

O consumo de medicamentos no Brasil, assim como em outros países da América Latina, está mais relacionado ao rápido envelhecimento, hábitos de vida e ao nível de renda da população. Nesse sentido, de acordo com o IBGE, a população idosa (com 60 anos ou mais) brasileira passou de cerca de 10,7% em 2010 para 14,3% em 2020. De acordo com a mesma fonte, estima-se que, em 2060, a população acima dos 60 anos represente cerca de 32,2%. Ainda, conforme estudo realizado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina, atualmente, apenas 8% da população da América Latina tem 65 anos ou mais (número significativamente inferior à média europeia, com 17,5%). Entretanto, até 2050, a estimativa é que a população latina acima dos 65 anos chegue a 30%.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ainda segundo o IQVIA, em 2023, o Brasil representou 42% do mercado farmacêutico de varejo da América Latina e está entre os países que possuem o maior mercado farmacêutico do mundo, e a sua relevância em escala global tende a crescer nos próximos anos. Tal crescimento se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) aumento na expectativa de vida; (ii) crescimento populacional com o aumento da incidência de doenças crônicas; (iii) elevação dos padrões de assistência médica; (iv) desenvolvimento de novos produtos e tratamentos e (v) aprimoramento de campanhas governamentais de prevenção e assistência farmacêutica, ambulatorial e hospitalar, fatores esses que na visão da administração da Companhia, acentuados ao longo do tempo, poderão representar o combustível necessário para o crescimento de seu setor de atuação para os próximos anos.

(ii) Condições de competição nos mercados

Os principais competidores da Companhia são apresentados abaixo, com base em sua participação considerando o mercado farmacêutico brasileiro total no ano de 2023:

EMPRESA	MAKET SHARE 2023%	RANKING
NC FARMA CORP	6,92%	1
HYPERA PHARMA CORP	5,76%	2
EUROFARMA CORP	5,71%	3
SANOFI CORP	4,36%	4
ACHE CORP	3,79%	5
GSK CORP	3,11%	6
NOVARTIS CORP	2,98%	7
NOVO NORDISK CORP	2,97%	8
JOHNSON&JOHNSON CO	2,81%	9
ASTRAZENECA CORP	2,80%	10
TAKEDA CORP	2,28%	11
MSD CORP	2,27%	12
UNIAO QUIMICA F N	2,20%	13

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ROCHE	2,09%	14
CIMED CORP	1,87%	15
TOTAL	171.217.853.453	-
Fonte IQVIA: Retail Reais PPP / NRA Reais PP (Mercado Farmacêutico Total) – Edição [Dezembro]/23 – excluindo vacinas Covid / Eurofarma Corp = Eurofarma+Momenta+Supera		

Ainda em 2023, a Eurofarma foi a líder em prescrição, com 9,77% de market share, segundo a pesquisa Close-up de dezembro de 2023. De acordo com dados do IQVIA de dezembro de 2023, a Companhia era a vice-líder em genéricos com 12,95% de market share. Segundo os mesmos dados, no que tange o mercado institucional, a Eurofarma ocupava a (i) 11ª posição em hospitais, com 2,93% de market share; (ii) 9º lugar em oncologia, com 2,67% de market share; e (iii) 23ª posição no setor público, representando 1,2% de market share. Na América Latina, a Companhia ocupava a 2ª posição em 2023, excluindo as farmacêuticas multinacionais não sediadas na América Latina.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia ***Benefícios fiscais ou Subsídios***

A Companhia usufrui de benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Minas Gerais e convalidados pelo CONFAZ, incluindo diferimento de ICMS na aquisição e importação de insumos e bens do ativo fixo, bem como crédito presumido na saída de seus produtos. O montante total dos benefícios fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS foi de R\$ 124,2 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, R\$ 169 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 126,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia vem cumprindo as obrigações a que está sujeita em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de empregos, investimento, dentre outras. Entretanto, caso a Companhia deixe de cumprir os seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e poderá ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em sua lucratividade e liquidez.

Adicionalmente, já há algum tempo existem projetos no Congresso Brasileiro objetivando uma possível reforma tributária no Brasil. Alguns projetos têm incorporado no seu texto propostas para a extinção de incentivos fiscais estaduais, podendo ou não preservar os atualmente concedidos para as Companhias até seu prazo final. Caso tais projetos venham a ser aprovados e transformados em lei, nossa geração de caixa também poderá sofrer um efeito adverso relevante.

Dependência de tecnologia

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nosso modelo de negócios não é dependente de tecnologia, embora utilize da tecnologia disponível no mercado para sua evolução/desenvolvimento. Algumas tendências como o aumento da relevância do e-commerce, da telemedicina e da utilização do receituário digital poderão impactar o comportamento dos nossos consumidores e do mercado em geral.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas

Nossas matérias-primas principais não apresentam sazonalidade relevante.

Sazonalidade de Produtos

A maioria dos nossos produtos não apresenta sazonalidade. Nossos poucos produtos que apresentam sazonalidade têm essa variação de vendas compensadas entre si, o que resulta numa estabilidade no nosso faturamento geral.

Dentre nossos produtos sujeitos à sazonalidade, destacam-se nossos antibióticos e antigripais, que tendem a ser mais vendidos no inverno.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Insumos e Mercadorias

A Companhia adquire uma ampla variedade de insumos (matérias-primas e embalagens) para o desenvolvimento das atividades nas linhas de negócios de atuação. Para uma descrição detalhada dos efeitos da regulação estatal sobre os insumos e matérias-primas que adquirimos, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

Fornecedores

Os insumos são adquiridos seguindo especificações técnicas e um rigoroso processo de qualificação para a escolha de nossos fornecedores, baseadas não somente na qualidade e preço dos produtos, mas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

também na reputação e situação financeira de nossos fornecedores, buscando garantir os prazos de entrega e a disponibilidade dos produtos. Além disso, mantemos rigorosos controles de qualidade de forma a assegurar que os materiais atendam às especificações antes da distribuição aos canais de comercialização.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Na data deste Formulário de Referência, não apresentamos níveis elevados de dependência com relação a produtos fornecidos por poucos fornecedores.

Os principais fornecedores de matérias-primas são: Chemo, Dr. Reddys, Inventia, Sinopharm, Shandong Qilu Medicines, Colorcon, Fersinsa Gist, Sun Pharmaceutical, Tianjin Chengyi, Spec-Chem, Alembi e, Newchem.

Os principais fornecedores de embalagens são: Becton Dickinson, Schott, Orbis, Nova Nordeplast, Embalagens Flexíveis Diadema, Gráfica e Editora Sarapui, Wheaton, Spel Gráfica, SRM Material Embalagem e Santa Maria Embalagem.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos insumos e matérias-primas que utilizamos nas atividades não estão sujeitos a condições conjuntas relevantes de volatilidade. Não obstante, a variação do câmbio e outros fatores econômicos podem provocar oscilações no preço de tais produtos. De qualquer maneira, a Companhia possui um programa de busca de novas fontes de fornecimento, assim como estoque de segurança para minimizar possíveis oscilações temporárias.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os clientes Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda e a Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda. responderam, por mais de 28% da receita líquida total da Companhia.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As operações da Companhia estão sujeitas à aplicação de legislação e regulamentação específica, bem como supervisão e envolvimento de autoridades ou agências reguladoras brasileiras, nas esferas federal, estadual e municipal no que se refere, dentre outros, à regulamentação relacionada à vigilância sanitária, ao meio ambiente e regulamentação profissional específica e de funcionamento das suas instalações.

A atividade de vigilância Sanitária no Brasil é descentralizada, de forma que as empresas submetidas a égide deste controle também devem estar regularizadas a nível municipal e estadual, respectivamente através da expedição dos competentes alvarás sanitários municipais e licenças de funcionamento estaduais.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação, sem prejuízo da responsabilização em âmbito civil e criminal, e que podem afetar negativamente seus negócios, resultados e situação financeira e, conseqüentemente, o valor de mercado de suas ações.

No Brasil, a atividade de Vigilância Sanitária é regulada pelas Leis nº 6.360/1976, nº 6.437/1977, nº 9.782/1999 e nº 13.043/14.

A Lei 9.782, de 26 de janeiro 1999, criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), uma autarquia sob regime especial, que atua a nível nacional em todo o território nacional, incluindo o controle sanitário por meio das Coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. As operações da Companhia têm suas atividades autorizadas, reguladas e fiscalizadas, sendo certo que a regularidade é comprovada por meio da expedição, pela ANVISA da Autorização de Funcionamento de Empresa, documento que certifica a plena aptidão para o exercício das atividades de extração, produção, fabricação, transporte, armazenamento, síntese, purificação, fracionamento, embalagem, reembalagem, exportação armazenagem, expedição ou distribuição de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e dispositivos médicos (produtos para a saúde /correlatos).

Todos os medicamentos e dispositivos médicos são submetidos a Registro Sanitário perante a ANVISA, nos termos da Lei nº 6.360/1976 e Lei nº 9.782/1999, válido por dez anos e com renovação definida por ato próprio da ANVISA. Nota-se que desde 21 de janeiro de 2020, a validade do registro de medicamentos, que antes era de cinco anos, passou a ser de dez anos. Também o fabricante do medicamento ou produto para a saúde deve protocolar todas as alterações pós registro, mantendo o dossiê do Registro Sanitário devidamente atualizado.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A ANVISA classifica os Registros Sanitários em função dos tipos de medicamentos a seguir apresentados:

a. Medicamento Novo

Medicamento com insumo farmacêutico ativo não registrado no país, seus novos sais, isômeros ou mistura de isômeros, ésteres, éteres, complexos ou demais derivados igualmente não registrados.

b. Medicamento Biológico

Os medicamentos biológicos são moléculas complexas obtidas a partir de fluidos biológicos, tecidos de origem animal ou procedimentos biotecnológicos por meio de manipulação ou inserção de outro material genético (tecnologia do DNA recombinante) ou alteração dos genes que ocorre devido à irradiação, produtos químicos ou seleção forçada.

c. Medicamento Genérico

Medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua ausência, pela Denominação Comum Internacional (DCI).

d. Medicamento Similar

São aqueles que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca.

e. Medicamento Fitoterápico

Produto obtido de matéria-prima ativa vegetal, exceto substâncias isoladas, com finalidade profilática, curativa ou paliativa, incluindo medicamento fitoterápico e produto tradicional fitoterápico, podendo ser simples, quando o ativo é proveniente de uma única espécie vegetal medicinal, ou composto, quando o ativo é proveniente de mais de uma espécie vegetal.

f. Medicamento Dinamizado - Homeopático, Antroposófico e Anti-homotóxico Medicamento preparado a partir de substâncias que são submetidas a triturações sucessivas ou diluições seguidas de sucussão,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ou outra forma de agitação ritmada, com finalidade preventiva ou curativa a serem administrados conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica ou antroposófica. O registro de medicamentos dinamizados é regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada ("RDC") nº 238, de 25 de julho de 2018, bem como pelas Instruções nº 25 e 27, também de 27 de julho de 2018.

g. Medicamento de Referência

É um produto inovador. Esta classificação é utilizada para determinar a especificação de um medicamento que tenha sua eficácia, segurança e qualidade comprovadas e reconhecidas cientificamente junto a ANVISA.

h. Medicamento Específico

São considerados medicamentos específicos os produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa não enquadrados nas categorias de medicamento novo, genérico, similar, biológico, fitoterápico ou notificado e cuja(s) substância(s) ativa(s), independente da natureza ou origem, não é passível de ensaio de bioequivalência, frente a um produto comparador. São ainda considerados na categoria de específicos os medicamentos à base de vitaminas e/ou minerais e/ou aminoácido e/ou proteínas isoladas ou associadas entre si para uso oral; as nutrições parenterais, os produtos para a prevenção da desidratação e para a manutenção da hidratação; as lágrimas artificiais e lubrificantes oculares.

i. Medicamento de Notificação Simplificada – Baixo Risco

Alguns medicamentos da categoria acima poderão ser classificados como de notificação simplificada. Estes medicamentos podem ser conceituados como produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa na qual existe baixo risco de que seu uso ou exposição possa causar consequências e ou agravos à saúde quando observadas todas as características de uso e de qualidade descritas em regulamentos específicos emanados pela ANVISA.

j. Medicamento de prescrição e isento de prescrição

Conhecido internacionalmente como *over-the-counter medicine* (ou medicamento de venda livre). Para que tal produto seja registrado como medicamento isento de prescrição e, portanto, possa ser vendido diretamente ao consumidor no Brasil, este deverá atender os seguintes critérios: (i) tempo de comercialização; (ii) perfil de segurança; (iii) indicação para tratamento de doenças não graves; (iv) indicação de uso por curto período; (v) ser manejável pelo paciente, seu cuidador, ou mediante orientação pelo farmacêutico; (vi) baixo potencial de risco em situações de mau uso ou abuso ou intoxicação; e (vii) não apresentar potencial de dependência.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

k. Dispositivos médicos (produtos para saúde / correlatos)

Qualquer instrumento, aparelho, equipamento, implante, dispositivo médico para diagnóstico in vitro, software, material ou outro artigo, destinado pelo fabricante a ser usado, isolado ou conjuntamente, em seres humanos, para algum dos seguintes propósitos médicos específicos, e cuja principal ação pretendida não seja alcançada por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos no corpo humano.

Em complementação à legislação aplicável aos medicamentos no Brasil, a Lei nº 10.742/2003 implementou o regime de controle de preços do mercado de medicamentos, por meio da criação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, entidade que, dentre outras atribuições concede aos detentores de Registro Sanitário, Preços Fábrica, Preços Máximos ao Consumidor e Preços Máximos de Venda ao Governo, assim como concede ajustes anuais, fiscaliza e controla a aplicação e atendimento da regulamentação econômica pelos fabricantes, importadores, distribuidores e farmácias.

No Brasil, os preços dos medicamentos são controlados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), criada e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, e pela Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, que é responsável pela definição de diretrizes e procedimentos relacionados à regulação econômica do mercado de medicamentos.

Sua finalidade institucional é garantir a competitividade do mercado brasileiro de medicamento, bem como a disponibilidade dos produtos para o consumidor, combatendo as assimetrias de mercado. Atualmente as atividades da CMED são exercidas por uma Secretaria Executiva, cuja atividade, está atribuída a própria ANVISA, que por sua vez exerce o controle do “ajuste”, por meio da concessão do preço, estipulação da faixa de reajustes anuais e controle da regularidade na comercialização por meio de relatórios de comercialização expedidos pelo setor regulado.

A CMED utiliza como critério de definição de ajuste o sistema do Preço Teto (Price Cap) com adaptações à realidade local que consiste em um mecanismo de fixação de preços e de reajuste por índice público de preços, acompanhada de previsão de redução de custos por aumento de produtividade, com o objetivo de estimular, de forma muito simples e transparente, a busca de aumento de eficiência microeconômica. A regulação de preço teto é prospectiva, isto é, o custo histórico da firma não é usado com base para a determinação dos preços futuros.

Por meio da Resolução nº 02, de 02 de março de 2019, a CMED iniciou um processo de liberalização dos preços de medicamentos isentos de prescrição médica (MIP) retirando a necessidade de fixação de preço-teto para parte dos produtos que as pessoas podem comprar livremente em farmácias. Contudo, atualmente estes produtos não são o foco da Companhia.

A CMED estipula e controla a prática de preços máximos a serem praticados por fabricantes, importadores e seus distribuidores às farmácias e drogarias (Preço Fábrica- PF), bem como pelas

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

farmácias e drogarias aos consumidores finais (Preço Máximo ao Consumidor - PMC), além de estipular, para vendas ao mercado público, desconto mínimo obrigatório sobre o preço fábrica dos medicamentos integrantes das categorias abaixo informadas (Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG):

Medicamentos sujeitos a PMVG – Resolução CMED nº 04/2006:

- a. medicamentos incluídos na Lista de Componentes Especializados de Assistência Farmacêutica (Lista de Componentes Especializados da Assistência Farmacêutica);
- b. medicamentos incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS;
- c. medicamentos incluídos no Programa de Sangue e Produtos Relacionados ao Sangue;
- d. produtos antineoplásicos ou produtos médicos utilizados no tratamento do câncer;
- e. medicamentos adquiridos por ordem judicial; e
- f. novos medicamentos classificados na categoria I (produto novo com molécula que seja objeto de patente no país e que traga ganho para o tratamento em relação aos medicamentos já utilizados na mesma indicação terapêutica), II (produto novo que não se enquadre como Categoria I) e V (produto com nova forma farmacêutica no país ou com uma nova associação de princípios ativos já existentes no país), de acordo com a Resolução nº 2/2004 do CMED.

A CMED tem como finalidade institucional promover a disponibilidade de medicamentos para o mercado consumidor, por meio da regulação econômica, estimulando a competitividade e reduzindo as assimetrias de mercado existentes através do estímulo à competitividade. Contudo, como o modelo de precificação é prospectivo, alterações de custo do Ingrediente Farmacêutico Ativo -IFA e necessidade de investimentos para adequação às regulações sanitárias e produtivas, dentre outros fatores, podem, de forma isolada ou composta, ensejar a necessidade de aplicação de reajuste extraordinário de preços, fugindo da regra do ajuste inicial ou do ajuste anual de preços, levando em alguns casos, a inversão da lógica do sistema Price Cap adotada pela CMED em alguns medicamentos, podendo afetar temporariamente o segmento operacional ao qual o medicamento esteja inserido, e consequentemente o resultado financeiro da Companhia. As infrações à regulação econômica de mercado são apuradas e aplicadas pela CMED em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei nº 8.078/1990, que implementou o Código de Defesa do Consumidor.

Ainda, se aplica às atividades da Companhia a Lei nº 6.437/77, que regulamenta o processo administrativo sanitário no campo dos fatos e atos passíveis de caracterização de infração sanitária. Uma vez configuradas as infrações sanitárias, são estipuladas sanções que vão desde uma advertência até o cancelamento das licenças sanitárias, sem prejuízo de outras sanções civis e criminais: (i) advertência; (ii) multa; (iii) apreensão de produto; (iv) inutilização de produto; (v) interdição de produto; (vi) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; (vii) cancelamento de registro de produto; (viii) interdição parcial ou total do estabelecimento; (ix) proibição de propaganda; (x) cancelamento de autorização para funcionamento da empresa; (xi) cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento; (xii) intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de qualquer esfera; (xiii) imposição de mensagem retificadora; (xiv) suspensão de propaganda e publicidade.

Por fim, no Brasil, as atividades da Companhia ainda estão sujeitas ao Código de Proteção ao Consumidor (CDC), que estabelece um sistema complexo e amplo para proteger os direitos dos consumidores e impõe uma rígida e solidária responsabilidade por defeitos de produtos e serviços em toda a cadeia de suprimentos. O CDC favorece a defesa dos direitos dos consumidores perante os tribunais, inclusive por meio da inversão do ônus da prova em processos cíveis. A caracterização de uma eventual infringência às disposições acima referidas pode afetar as atividades da Companhia, na medida da gravidade apurada com relação ao eventual ilícito, tanto a nível econômico, com a imposição de multas ou a suspensão da comercialização de medicamentos, como com a eventual suspensão ou cancelamento das licenças, ainda que seja garantido ao processo administrativo sancionador a ampla defesa e o contraditório.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

No Brasil, a Companhia é titular de marcas, nomes de domínio e outros ativos de PI relevantes atrelados às suas atividades.

Patentes

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, faz jus a uma patente. Patente é um título de propriedade que concede ao seu titular o direito de propriedade, contra terceiros, sobre uma invenção ou modelo de utilidade, por um período de 20 (vinte) ou 15 (quinze anos), contados da data do depósito, não prorrogável, sendo que o prazo de vigência de uma patente não poderá ser inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para o modelo de utilidade, estes últimos contados da data da concessão da patente.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Relevante destacar que, para serem concedidas, as patentes de invenção deverão atender aos requisitos de novidade atividade inventiva e aplicação industrial, enquanto os modelos de utilidade, por se tratar de objetos de uso prático ou partes deste que apresentem nova forma ou disposição, estes deverão atender aos requisitos de aplicação industrial e novidade.

Software

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um software pode ser definido, ainda, como "expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados", nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 ("Lei de Software").

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 ("Lei de Direitos Autorais") em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

No entanto, o registro de software concedido pelo INPI é a forma mais segura de garantir a propriedade de software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

(b) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**
- ii. em favor de partidos políticos**
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Item não aplicável, dado que a Companhia não realiza contribuições financeiras a ocupantes de cargos públicos, partidos políticos ou para custeio de atividade de influência política.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 80,1% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes atribuídos ao Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 19,9% da receita líquida total da Companhia foi proveniente de clientes atribuídos a países estrangeiros.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira relevante na condução de suas atividades no exterior.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia possui relatório anual desde 2006, no qual apresenta publicamente seus resultados financeiros, sua visão de sustentabilidade, estratégias e ações realizadas no ano anterior. Em 2009, foi o primeiro laboratório farmacêutico brasileiro a reportar seguindo as normas internacionais GRI Standards (Global Reporting Initiative).

Para orientar o conteúdo a ser reportado neste relatório, a Eurofarma utilizou a matriz de materialidade atualizada neste ano, uma consulta feita com seus principais públicos de relacionamento, que apontaram os impactos positivos e eventuais externalidades das operações da companhia - temas que consideravam importantes serem retratados no relato. Também considerou seu planejamento estratégico com a Visão 2027 e as tendências e desafios do setor farmacêutico.

O Relatório de 2024, referente ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foi elaborado em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI Standards) e também engloba indicadores SASB (Sustainability Accounting Standards Board) para indústrias de Biotecnologia & Farmacêuticas (Biotechno - logy & Pharmaceuticals). Apresenta um relato direto e fundamentado em dados, sobre temas que são relevantes à sociedade, aos colaboradores e ao mercado.

A Eurofarma também produz e divulga no início de cada ano a Cartilha Sustentável, a primeira prestação de contas dos resultados do ano anterior derivados da estratégia e projetos ESG.

A Eurofarma divulga as informações relacionadas à sustentabilidade também em seu site, em páginas como a da Central de Indicadores (<https://indicadores.eurofarma.com.br/?language=pt-BR>), na página de governança corporativa (<https://eurofarma.com.br/governanca-corporativa>), na página de responsabilidade social corporativa (<https://eurofarma.com.br/responsabilidade-corporativa>), na página de meio ambiente (<https://eurofarma.com.br/responsabilidade-corporativa/meio-ambiente>) e no site do Instituto Eurofarma (<https://institutoeurofarma.org.br/>).

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Anual 2024 ano-base 2023 foi elaborado em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI Standards) e também engloba indicadores SASB (Sustainability Accounting Standards Board) para indústrias de Biotecnologia & Farmacêuticas (Biotechno - logy & Pharmaceuticals).

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações não financeiras são auditadas de acordo com normas e padrões nacionais e internacionais e uma carta de asseguração limitada e pelas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são auditadas de forma independente pela KPMG.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

As informações socioambientais divulgadas pela Companhia podem ser encontradas no site da Companhia, qual seja: (i) <https://eurofarma.com.br/relatorio-anual>; e (ii) <https://eurofarma.com.br/cartilha-sustentavel>.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais consideram matriz de materialidade atualizada a cada 2 (dois) anos, e consideram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU enfatizados pela Eurofarma em sua visão de sustentabilidade: os objetivos 3 (saúde de qualidade), 4 (educação de qualidade), 8 (trabalho digno e crescimento econômico), 12 (produção e consumo responsáveis) e 13 (ação contra a mudança global do clima), conforme elencado pelo Comitê de Responsabilidade Social corporativa como prioridades, considerando as diretrizes estratégicas da Companhia. O relatório anual considera indicadores GRI (Global Reporting Initiative) e SASB (Sustainability Accounting Standards Board). Os indicadores e temas materiais são relacionados no relatório anual, disponível em <https://eurofarma.com.br/relatorio-anual> em português, inglês e espanhol.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório Anual considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, os quais estão identificados no item (d) acima.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O relatório considera as diretrizes do GHG Protocol para inventário de emissões.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG por meio de relatório anual de sustentabilidade e outros documentos específicos para esta finalidade, como a Cartilha Sustentável.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas por entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Item 1.10 não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não houve operações de fusão, cisão ou redução de capital relevantes envolvendo a Companhia no último exercício social de 2023, bem como não houve operações de aumento ou redução do capital social da Companhia.

Aquisições e incorporações da Companhia no último exercício social:

(i) Em janeiro de 2023 a Companhia concluiu a aquisição direta dos ativos e direitos detidos da Longdis S.A., no valor de 6.295.000,00 (seis milhões e duzentos e noventa e cinco mil reais) com o objetivo da compra na participação acionária de 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento) da Companhia adquirida ("Aquisição Longdis");

(ii) Em fevereiro de 2023 a Companhia concluiu a aquisição direta dos ativos e direitos detidos da MTM Serviços de informática S.A., no valor de 7.000.000,00 (sete milhões de reais) com o objetivo da compra na participação acionária de 20% (vinte inteiros por cento) da Companhia adquirida ("Aquisição MTM");

(iii) Em junho de 2023 a Companhia concluiu a aquisição direta dos ativos e direitos detidos da CEA IV Centrais Eólicas Assurá IV SPE S.A., no valor de 7.143.700,00 (sete milhões, cento e quarenta e três mil e setecentos reais) com o objetivo da compra na participação acionária de 16,97% (dezesseis inteiros e noventa e sete décimos por cento) da Companhia adquirida ("Aquisição CEA IV");

(iv) Em setembro de 2023 a Companhia concluiu a incorporação direta dos direitos detidos da Eurofarma Laboratórios RJ Ltda., no valor de 13.605.000,00 (treze milhões e seiscentos e cinco mil reais) com o objetivo da aquisição do acervo líquido de 100% (cem por cento) da Companhia incorporada ("Incorporação Eurofarma RJ") e

(v) Em setembro de 2023 a Companhia concluiu a aquisição de 100% (cem por cento) de participação societária nas sociedades Genfar S.A. e Genfar Desarrollo y Manufactura S.A., ambas sediadas na Colômbia; Genfar Del Ecuador S.A.S., com sede no Equador; e Genfar Del Peru S.A.C., com sede no Peru, por um preço de compra de, aproximadamente, €299.000.000,00 (duzentos e noventa e nove milhões de euros) ("Aquisição Genfar").

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não aplicável. Não há Acordo de Acionistas em vigor na data deste Formulário de Referência.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:

Não houve alterações significativas nos negócios do Emissor.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No mesmo ano em que celebramos meio século de atuação, finalizamos mais um capítulo importante da nossa história, a Visão 2017-2022.

Composta por um ciclo de ações estratégicas de cinco anos, a Visão 2017-2022 mapeou nossas competências e ambições e nos orientou para nos transformarmos em uma empresa global e assegurarmos nossa perenidade para a jornada dos próximos 50 anos.

Ao final da Visão 2017-2022 ficamos felizes em completar 90% das metas corporativas estabelecidas em 13 macro-objetivos e divididas em cinco grandes dimensões:



Nossa jornada empreendedora não tem paralelo na indústria farmacêutica. Do início vanguardista, como um laboratório de terceirização de produção de medicamentos, conduzido por um imigrante italiano no Brasil, até a conquista da tão sonhada entrada no mercado dos Estados Unidos, ao final de 2022, fomos além do imaginado, ampliando nossos horizontes.

1.16 Outras informações relevantes

A bússola agora é a nossa Visão 2027, que traz novos desafios e complexidades diante do grande Grupo que nos tornamos:



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os exercícios analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que as condições financeiras e patrimoniais sólidas da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 2,7. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.660.644 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 6.916.668 mil. O aumento do índice de endividamento total em 2023 comparado a 2022 ocorreu devido a captações de empréstimos e debêntures, principalmente para aquisição da Genfar.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 1,61. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 542.437 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 3.168.146 mil. O aumento do índice de endividamento total em 2022 comparativamente a 2021 é explicado pelas captações de recursos para as aquisições realizadas no 4o. Trimestre de 2022 (aquisição da empresa Laboratórios LC001, dos ativos relacionados às marcas Valda, Fixaderme, Practivar, Paravison e Inove Cálcio e da empresa Medimetriks Pharmaceuticals localizada nos Estados Unidos).

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 1,33. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 717.372 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 1.659.228 mil. O aumento do índice de endividamento total em 2021 comparado a 2020 ocorreu devido à captação de recursos para suportar o plano de expansão e investimentos da Companhia.

A Diretoria acredita que a Companhia apresenta índices de liquidez confortáveis e condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de liquidez geral (correspondente à divisão entre a somatória do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo pela somatória do passivo circulante e do passivo não circulante) foi 0,60 ante o índice de 0,63 em 31 de dezembro de 2022 e de 0,83 em 31 de dezembro de 2021.

Apresentamos abaixo os índices de liquidez e de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(em R\$ mil)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante (A)	6.430.618	3.777.271	3.453.302
Ativo Realizável a Longo Prazo (B)	324.493	216.321	289.668
Ativo Não Circulante (B)	8.882.530	6.462.601	4.446.975
Ativo Total (C)	15.313.148	10.239.872	7.900.277
Passivo Circulante (D)	6.390.301	2.489.047	2.195.108
Passivo Não Circulante (E)	4.816.148	3.823.302	2.319.675
Passivo Total (F)	11.206.449	6.312.349	4.514.783
Patrimônio Líquido (G)	4.106.699	3.927.523	3.385.494

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de Liquidez Corrente (A) / (D)	1,01	1,52	1,57
Índice de Liquidez Geral (A + B) / (F)	0,60	0,63	0,83

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, conforme demonstrado no item "a" acima, eram de (a) 0,60 e 1,01, (b) 0,63 e 1,52 e (c) 0,83 e 1,57, respectivamente.

A Diretoria entende que a principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado através de suas atividades operacionais. Em 2023, a Companhia teve geração de caixa operacional de R\$ 835,9 milhões (versus R\$ 1.570,1 milhões em 2022 e R\$ 1.356,8 milhões em 2021).

Em 31 de dezembro de 2023, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.660,6 milhões (ante R\$ 542,4 milhões em 2022 e R\$ 717,4 milhões em 2021) e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 6.517,9 milhões (ante R\$ 3.168,1 milhões em 2022 e R\$ 1.659,2 milhões em 2021).

Desta forma, considerando os recursos existentes em caixa, a geração de caixa operacional e a sua capacidade de captar recursos no mercado, acreditamos que a Companhia tem plena capacidade e condições financeiras suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto, médio e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação referentes às suas atividades e negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento total da Companhia (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, Debêntures, Notas Promissórias e arrendamentos a pagar) atingiu o montante de R\$ 8.178,6 milhões.

O detalhamento dos principais contratos relevantes encontra-se destacado abaixo:

a) Notas Promissórias Comerciais:

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia captou R\$ 370 milhões de reais, através de Notas Promissórias Comerciais (quarta emissão), ao custo de CDI + 0,77% a.a., com prazo de cinco anos, em duas séries iguais, sendo a primeira com vencimento em 30 de novembro de 2023 e a segunda com vencimento em 30 de novembro de 2024. O pagamento de principal e juros ocorrerá no quarto e quinto ano.

Em 14 de abril de 2021, a Companhia captou R\$ 300 milhões de reais, através de Notas Promissórias Comerciais (sexta emissão), ao custo de CDI + 1,80% a.a.; CDI + 1,85% a.a. e CDI + 1,95% a.a., com prazo de cinco anos, em dez séries, sendo a primeira com vencimento em 14 de outubro de 2021, a segunda com vencimento em 10 de abril de 2022, a terceira com vencimento em 14 de outubro de 2022, a quarta com vencimento em 14 de abril de 2023, a quinta com vencimento em 14 de outubro de 2023, a sexta com vencimento em 14 de abril de 2024, a sétima com vencimento em 14 de outubro de 2024, a oitava com vencimento em 14 de abril de 2025, a nona com vencimento em 14 de outubro de 2025 e a décima com vencimento em 14 de abril de 2026. O pagamento de principal e juros ocorrerá no vencimento de cada série.

b) Debêntures:

Em 10 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, com distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução da CVM nº 476, R\$ 485 milhões de reais ao custo de CDI + 2,70% a.a., para o refinanciamento de 94 Notas Promissórias Comerciais da quinta emissão. O prazo de vencimento é de cinco anos, a partir da data de emissão, com pagamento de juros semestrais e principal e juros em 10 de dezembro de 2023, 10 de dezembro de 2024 e 10 de dezembro de 2025.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia realizou a 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, mediante distribuição pública com esforços restritos e com garantia firme, nos termos da instrução CVM nº 476, no valor de R\$ 1.000.000 ao custo de CDI + 1,40% a.a. para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. O prazo de vencimento é de seis anos a partir da data de emissão, com pagamento de juros semestrais e principal e juros no 4º (quarto), 5º (quinto) e 6º (sexto) anos contados da data de emissão. Em 25 de março de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo total das debêntures da 2ª Emissão.

Em 12 de abril de 2023 a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, por meio de Rito de Registro Automático de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme, nos termos da instrução CVM nº 160, no valor de R\$ 1.000.000 ao custo de CDI + 2,30% a.a. para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. O prazo de vencimento é de seis anos a partir da data de emissão, com pagamento de remuneração semestral e amortizações no 4º (quarto), 5º (quinto) e 6º (sexto) anos contados da data de emissão. Em 25 de março de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo total das debêntures da 3ª Emissão.

Em 15 de maio de 2023 a Companhia realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, por meio de Rito de Registro Automático de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme, nos termos da instrução CVM nº 160, no valor de R\$ 500.000 ao custo de CDI + 2,30% a.a. para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. O prazo de vencimento é de seis anos a partir da data de emissão, com pagamento de remuneração semestral e amortizações no 4º (quarto), 5º (quinto) e 6º (sexto) anos contados da data de emissão. Em 25 de março de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo total das debêntures da 4ª Emissão.

Em 22 de novembro de 2023 a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, por meio de Rito de Registro Automático de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme, nos termos da instrução CVM nº 160, no valor de R\$ 700.000 ao custo de CDI + 1,25% a.a. para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. O prazo de vencimento é de quatro anos bullet, com pagamento de remuneração semestral e sem carência, sempre no dia 15 dos meses de maio e novembro, sendo o primeiro em 15 de maio de 2024 e amortização total no 4º (quarto) ano, na data de 15 de novembro de 2027.

Em 26 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, por meio de Rito de Registro Automático de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme, nos termos da instrução CVM nº 160, no valor de R\$ 500.000 ao custo de CDI + 1,25% a.a. para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. O prazo de vencimento será de quatro anos bullet, com pagamento de remuneração semestral e sem carência, sempre no dia 26 dos meses de junho e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro, sendo o primeiro em 26 de junho de 2024 e amortização total no 4º (quarto) ano, na data de 26 de dezembro de 2027

As características das Debêntures estão apresentadas nas tabelas a seguir:

Total	1.045.439
Total	504.153
Total	498.367

c) *Financiamento junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A.:*

Em 30 de junho de 2020, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R\$ 7.937.513,00 referente ao 1º desembolso do financiamento, em 29 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R\$ 44.047.360,55 referente ao 2º desembolso do financiamento, em 13 de julho de 2021, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R\$ 95.117.400,21 referente ao 3º desembolso do financiamento referente ao contrato de abertura de crédito por instrumento particular celebrado junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor total de R\$ 375.000.000,00 com fluxo de pagamento do valor principal de dezembro de 2022 a novembro de 2030 e encargos calculados pelo IPCA + 0,7416% a.a. trimestrais durante o período de carência, fixado em 36 (trinta e seis) meses e compreendido entre 11/11/2019 a 15/11/2022 e mensalmente nos dias 15 (quinze), durante o período de amortização a partir de 15 de dezembro de 2022, juntamente com as contraprestações vincendas de principal.

d) *Financiamento junto ao IFC-International Finance Corporation:*

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia capitou, via empréstimo junto ao IFC-International Finance Corporation, uma organização internacional estabelecida por contrato entre seus países membros, incluindo a República Federativa do Brasil, no valor de R\$ 777.397.500,00 ao custo de CDI + 1,40% a.a., para financiar a construção da planta de Montes Claros e investimentos associados à produção da vacina Pfizer Biontech COVID-19. O prazo de vencimento é de oito anos, com pagamento de juros semestrais no período de carência, juros e principal semestrais, nas datas de 15 de outubro de 2024, 15 de abril de 2025, 15 de outubro de 2025, 15 de abril de 2026, 15 de outubro de 2026, 15 de abril de 2027, 15 de outubro de 2027, 15 de abril de 2028, 15 de outubro de 2028, 15 de abril de 2029, 15 de outubro de 2029, 15 de abril de 2030 e 15 de outubro de 2030.

e) *Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.*

Em 18 de fevereiro de 2021 a Companhia emitiu uma cédula de crédito bancário no valor de R\$ 365.000.000,00, referente ao refinanciamento de 02 notas promissórias da 2ª série, 03 notas promissórias da 3ª série e 66 notas promissórias da 4ª série referente a 5ª Emissão, com fluxo de pagamento do valor principal para fevereiro de 2024, janeiro de 2025 e janeiro de 2026 e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

fluxo de pagamento dos juros remuneratórios semestrais pelo período de 5 anos, ao custo de CDI + 2,40% a.a.

Em 06 de setembro de 2023 a Companhia emitiu uma cédula de crédito bancário no valor R\$ 500.000, com fluxo de pagamento do valor principal para setembro de 2026, setembro de 2027 e setembro de 2028 e fluxo de pagamento dos juros remuneratórios anual, entre 06 de setembro de 2024 a 06 de setembro de 2028, ao custo de CDI + 1,50% a.a.

Em 08 de fevereiro de 2023 a Companhia emitiu uma cédula de crédito bancário no valor equivalente em Reais a R\$ 700.000 (US\$ 134.641), com fluxo de pagamento do valor principal para fevereiro de 2027, fevereiro de 2028 e fevereiro de 2029 e fluxo de pagamento dos juros remuneratórios semestrais, entre 10 de agosto de 2023 a 14 de fevereiro de 2029, com taxa de juros prefixada a 4,8705% a.a. desconsiderando imposto de renda, pelo método simples.

f) Cédula de Crédito Bancário junto ao JPMorgan Chase Bank, N.A.

Em 11 de abril de 2023 a Companhia emitiu uma cédula de crédito bancário no valor equivalente em Reais a R\$ 406.400 (US\$ 80.000), com fluxo de pagamento do valor principal para abril de 2027 e abril de 2028 e fluxo de pagamento dos juros remuneratórios semestrais, entre 11 de outubro de 2023 a 11 de abril de 2028, com taxa de juros prefixada a 4,7040% a.a. desconsiderando imposto de renda, pelo método simples.

g) Cédula de Crédito Bancário junto ao Citibank N.A.

Em 29 de maio de 2023 a Companhia emitiu uma cédula de crédito bancário no valor equivalente em Reais a R\$ 300.600 (US\$ 60.000), com fluxo de pagamento do valor principal para maio 2025, dezembro 2025, junho 2026, novembro 2026, junho 2027 novembro 2027 e maio 2028 e fluxo de pagamento dos juros remuneratórios semestrais, entre 30 de novembro de 2023 a 30 de maio de 2028, com taxa de juros prefixada a 5,02350% a.a. desconsiderando imposto de renda, pelo método simples.

h) Cédula de Crédito Bancário – BNDES EXIM PRÉ-EMBARQUE junto ao Banco Itaú BBA S.A.

Em 28 de setembro de 2023 a Companhia emitiu um financiamento EXIM junto ao BNDES através do banco Itaú no valor equivalente em Reais a R\$ 150.000 (US\$ 29.828), com fluxo de pagamento do valor principal para agosto de 2027, e fluxo de pagamento dos juros remuneratórios trimestralmente, entre 16 de novembro de 2023 a 16 de agosto de 2027, com taxa de juros prefixada a 5,8220% a.a. A operação foi garantida por lastro em exportação.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas mencionadas no item anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todos os *covenants* financeiros decorrentes de seus contratos financeiros descritos no item (i) acima.

Os contratos de algumas Cédulas de Crédito Bancário, a 1ª Debênture e IFC preveem cláusula restritiva de índice financeiro de endividamento líquido dividido pelo EBITDA, que deve ser igual ou inferior a três e meio até o vencimento da 1ª debênture em 10 de dezembro de 2025. Após esta data, o endividamento líquido dividido pelo EBITDA deve ser igual ou inferior a quatro, mesmo patamar da cláusula restritiva dos demais contratos. A apuração da cláusula restritiva financeira Dívida Líquida/EBITDA deve considerar as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano.

A Companhia encerrou 2023 com a alavancagem medida através do indicador dívida líquida/EBITDA de 3,71x. A Eurofarma obteve o consentimento dos bancos para a não observância do índice financeiro (dívida líquida / EBITDA) que no período deveria ser igual ou inferior a 3,5x para algumas operações, sem a configuração de hipótese de vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão demonstrados os índices financeiros nos três últimos exercícios sociais:

EUROFARMA CONSOLIDADO

EM R\$'000	2021	2022	2023
Caixa e equivalentes de caixa	717.372	542.437	1.660.644
Endividamento bruto	2.376.600	3.710.583	8.178.577
Dívida líquida financeira	1.659.228	3.168.146	6.517.933
EBITDA	1.663.054	1.991.602	1.757.078
Dív. Líq. / EBITDA	1,00	1,59	3,71

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos principais contratos relevantes da Companhia caso não cumpridas são: (i) decretação de falência da Companhia ou de suas controladas; (ii) pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias; (iii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, desde que possa resultar em qualquer Efeito Adverso Relevante; (iv) ocorrência de alterações no controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Companhia, entre outros.

O contrato particular celebrado entre a Companhia e o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. possui cláusulas restritivas, tais como: (i) se a Companhia vier a ser declarado impedido, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, inclusive como coobrigado; e (ii) se a Companhia tiver contra si e/ou seus dirigentes sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição ou crime contra o meio ambiente.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui um contrato de abertura de crédito por instrumento particular junto ao BNB- Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor de R\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais), no qual já houve desembolso no total de R\$ 147.102,273,76 (cento e quarenta e sete milhões, cento e dois mil, duzentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos) restando ainda desembolso no total de R\$ 227.897.726,24 (duzentos e vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos) que ocorreu no ano de 2023 e ocorrerá durante o ano de 2024, sendo que deste saldo existe um montante de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) referente a rubrica de capital de giro.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
Receita líquida	9.120.676	100,0%	8.006.280	100,0%	1.114.396
Custos dos produtos vendidos	(3.076.381)	-33,7%	(2.720.798)	-34,0%	(355.583)
Lucro bruto	6.044.295	66,3%	5.285.482	66,0%	758.813
Despesas de vendas	(3.264.006)	-35,8%	(2.536.574)	-31,7%	(727.432)
Despesas administrativas	(1.385.745)	-15,2%	(1.014.927)	-12,7%	(370.818)
Perda esperada (<i>impairment</i>) do contas a receber	(13.625)	-0,1%	(1.243)	0,0%	(12.382)
Outras receitas	80.824	0,9%	42.173	0,5%	38.651
Outras despesas	(20.737)	-0,2%	(6.322)	-0,1%	(14.415)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	1.441.006	15,8%	1.768.589	22,1%	(327.583)
Receitas financeiras	344.873	3,8%	175.928	2,2%	168.945
Despesas financeiras	(1.043.123)	-11,4%	(472.568)	-5,9%	(570.555)
Despesas financeiras, líquidas	(698.250)	-7,7%	(296.640)	-3,7%	(401.610)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.327)	0,0%	(4.729)	0,1%	402
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	738.429	8,1%	1.467.220	18,3%	(728.791)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social corrente	(146.209)	-1,6%	(361.383)	-4,5%	215.174
Imposto de renda e contribuição social diferido	57.478	0,6%	(104.790)	-1,3%	162.268
Lucro líquido do exercício	649.698	7,1%	1.001.047	12,5%	(351.349)
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores	643.448	7,1%	934.505	11,7%	(291.057)
Acionistas não controladores	6.250	0,1%	66.542	0,8%	(60.292)

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 9.120,7 milhões comparativamente a R\$ 8.006,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma variação de R\$ 1.114,4 milhões e aumento de 13,9%. Este crescimento é explicado substancialmente pelo desempenho das unidades de prescrição, genéricos, oncologia e OTC, as aquisições de marcas e licenças da Sanofi, Valda, Medimetriks e a Genfar adicionaram R\$ 389 milhões à receita líquida do ano.

Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.076,4 milhões comparativamente a R\$ 2.720,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma variação de R\$ 355,6 milhões e incremento de 13,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas e ao aumento nos preços de insumos e materiais.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 6.044,3 milhões comparativamente a R\$ 5.285,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma variação de R\$ 758,8 milhões e aumento de 14,4%. A Margem Bruta atingiu 66,3% da receita líquida em 2023 (versus 66,0% da receita líquida em 2022), uma expansão de 0,3 p.p. em relação ao ano anterior, devido ao mix favorável dos produtos vendidos, com maior representatividade de produtos de prescrição e OTC, parcialmente compensados pelos aumentos nos custos de materiais e insumos.

Despesas Operacionais, líquidas

As despesas operacionais totalizaram R\$ 4.603,3 milhões em 2023, 30,9% superior a 2022, devido maior nível de despesas com vendas e administrativas e representaram 50,5% da receita líquida. O aumento de 6,5 p.p. versus ano anterior é explicada pela expansão da força de vendas e incremento das despesas com pesquisa e desenvolvimento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido de 2023 totalizou despesa de R\$ 698,3 milhões, com incremento de R\$ 401,6 milhões quando comparado a 2022, em virtude de maiores despesas com juros decorrentes da elevação do endividamento da companhia.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 649,7 milhões, 35% inferior a 2022 em consequência dos fatores explicados anteriormente e apresentou margem líquida de 7,1%.

FLUXO DE CAIXA

COMPARAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	1.118.207	(174.935)	-739,2%
--	-----------	-----------	---------

Fluxo de Caixa proveniente das atividades operacionais:

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 2023 foi de R\$ 835,9 milhões em comparação ao saldo de R\$ 1.570,1 milhões em 2022, apresentando redução de 46,8%, em função do consumo de caixa das operações, e impactado pelo EBITDA, que teve uma redução de R\$ 234,5 milhões em decorrência maior nível de despesas decorrentes da expansão da força de vendas.

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento:

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 2.618,6 milhões em 2023, comparado a R\$ 2.156,0 milhões em 2022, com incremento de R\$ 462,5 milhões, explicado principalmente por elevação de investimento em ativos imobilizados e aquisição da Genfar.

Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento:

O fluxo de caixa das atividades de financiamento totalizou R\$ 2.971,4 milhões em 2023, comparado a R\$ 558,1 milhões de 2022, o aumento é explicado principalmente pela captação de R\$ 2.700,0 milhões em debêntures.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita líquida da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram: (a) receita de vendas oriundas do mercado interno; (b) receita de vendas oriundas do mercado externo; (c) imposto sobre vendas; e (d) devoluções, descontos e abatimentos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Receita de vendas – mercado interno	10.596.808	9.121.993	8.201.274
Receita de vendas – mercado externo	203.925	151.572	95.177
Receita de vendas – partes relacionadas	-	27.955	2.046
Impostos sobre vendas	(938.626)	(812.799)	(789.915)
Devoluções, descontos e abatimentos	(741.430)	(482.441)	(440.755)
Total	9.120.676	8.006.280	7.067.827

Receita de vendas: A receita de vendas de bens (seja oriunda do Brasil ou dos outros mercados de atuação da Companhia) compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos produtos no curso normal das atividades da Companhia. Esses produtos são vendidos a varejistas, que realizam a venda para o consumidor final, bem como para distribuidores, que revendem esses produtos para os pontos de vendas do varejo não atendidos diretamente pela Companhia. Cabe dizer que a Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto, uma vez que a natureza e os riscos econômicos dos produtos são similares, bem como seus clientes e consumidores.

Imposto sobre vendas: O imposto sobre vendas consiste, principalmente, em ICMS (com alíquotas que variam de 4% a 20%, a depender da região), substituição tributária do ICMS, impostos municipais sobre serviços (com alíquotas que variam de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (com alíquotas que variam de 1,65% a 2,10%) e COFINS (com alíquotas que variam de 7,60% a 9,90%), bem como IPI (com alíquotas que variam de 0% a 22%).

Devoluções, descontos e abatimentos: As devoluções, descontos e abatimentos consistem no valor deduzido da receita em decorrência de devolução de produtos pelos clientes, bem como aplicação de eventuais descontos e abatimentos de acordo com condições comerciais pactuadas entre as partes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Como a Companhia integra o setor farmacêutico, os principais fatores que afetam seus resultados operacionais são: (a) concorrência; (b) sazonalidade; (c) níveis de preço; e (d) cenário macroeconômico.

Concorrência

O segmento de medicamentos é altamente competitivo, de modo que a Companhia enfrenta a concorrência de outras companhias, com presença tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Essas empresas oferecem uma grande variedade de produtos, que concorre com a maioria dos produtos oferecidos pela Eurofarma. Dessa forma, o negócio é afetado pelas condições concorrenciais, sendo que a Companhia pode precisar aumentar seus gastos com vendas, amostras e promoção e/ou reduzir os preços dos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos para manutenção de sua competitividade no mercado.

Sazonalidade

Alguns poucos produtos são afetados por sazonalidade. Todavia, de maneira geral, tais produtos tendem a ter suas vendas compensadas entre si, na medida em que o período sazonal de menores vendas de um produto tem seu resultado neutralizado pela venda de outros produtos, sujeitos às maiores vendas sazonais nestes períodos. No geral, esta compensação resulta em uma relativa estabilidade no faturamento total.

Preços

Os preços do setor caracterizam-se por aumentos graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, ao aumento nos custos de produção. Ganhos consistentes na produtividade do setor têm permitido aos fabricantes evitar o repasse de todos os aumentos nos custos aos consumidores.

Além disso, de acordo com a legislação aplicável ao setor de medicamentos, o governo brasileiro controla preços de medicamentos no Brasil para a grande maioria das apresentações disponíveis no mercado. Para alguns produtos considerados “menos críticos” pela ANVISA, como fitoterápicos e correlatos, existe apenas o monitoramento de preços de mercado, sem um controle rígido do Governo Federal.

A administração da Companhia acredita que os preços aos consumidores continuarão a crescer de maneira gradual, mas sempre em proporção menor que a inflação, dadas as regras de controle de preços e que as companhias continuarão no esforço para obter ganhos de produtividade para evitar o repasse integral do aumento dos custos aos consumidores.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Cenário macroeconômico

Por fim, as operações e clientes da Companhia estão substancialmente localizados no Brasil e, em menor proporção, em países da América Latina. As condições macroeconômicas do Brasil e dos países onde atua podem afetar as receitas da Companhia. A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o dólar no Brasil nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
Despesas Comerciais	2023	2022	2021
Produto Interno Bruto	2,90%	2,90%	4,60%
Inflação (deflação) (IGP-M)	(3,18)%	5,45%	17,78%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	4,62%	5,78%	10,06%
Taxa de câmbio ao final do período U.S.\$1.00	R\$ 5,03	R\$ 5,22	R\$ 5,58
Taxa de câmbio média U.S.\$1.00	R\$ 4,99	R\$ 5,16	R\$ 5,40
Valorização (depreciação) do real perante o dólar americano ⁽³⁾	-3,64%	-6,45%	7,31%

Fontes: IBGE, Banco Central, B3 e FGV.

- (1) Considera projeção do Banco Central do Brasil (média).
- (2) O IPCA é o índice nacional de preços ao consumidor calculado pelo IBGE (acumulado durante cada período).
- (3) Comparando a taxa de câmbio PTAX (a taxa calculada pelo Banco Central) ao término do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período em discussão. PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares americanos na data especificada no mercado interbancário de câmbio.

Além disso, alterações em regulamentos aos quais a Companhia está exposta podem afetar suas receitas.

b. variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nos três últimos exercícios sociais, a receita da Companhia foi impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços, bem como pela introdução de novos produtos em seu portfólio.

Anualmente, as receitas provenientes do setor de medicamentos são impactadas por reajustes de preços controlados pelo governo federal, que afetam os preços máximos passíveis de serem praticados no mercado. Tais aumentos são permitidos a partir de 31 de março de cada ano e tomam como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ajustado por um fator de produtividade, por uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrassetor e uma

2.2 Resultados operacional e financeiro

parcela de fator de preços relativos entre setores, conforme definidos anualmente pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

Além disso, os reajustes dos preços de medicamentos são escalonados em três níveis, segundo o grau de concentração do mercado em cada classe terapêutica, que é calculado com base no Índice Herfindahl-Hirschmann (IHH). Desde 2015, o nível 1 reúne classes sem evidência de concentração de mercado (com IHH < 1.500); o nível 2, classes em que há concentração moderada (1500 < IHH < 2.500); por fim, o nível 3, classes com forte concentração (IHH > 2.500). Até 2014, os níveis eram definidos conforme a penetração de genéricos nas classes terapêuticas que os integram: maior ou igual a 20% para o nível 1; igual ou superior a 15%, mas menor que 20% para o nível 2; inferior a 15% para o nível 3.

A tabela abaixo indica os patamares máximos de ajustes de preços permitidos nos últimos três anos pela CMED em cada nível de reajuste:

	2023	2022	2021
Nível 1	5,60%	10,89%	10,08%
Nível 2	5,60%	10,89%	8,44%
Nível 3	5,60%	10,89%	6,79%

A receita da Companhia nos três últimos exercícios sociais também foi impactada pelo crescimento do volume de vendas de seus medicamentos, pelo lançamento de novos produtos, bem como por crescimento inorgânico decorrente de aquisições nos países da América Latina.

A receita líquida da Companhia passou de R\$ 5.723,2 milhões em 2020 para R\$ 7.067,8 milhões em 2021, apresentando crescimento de R\$ 1.344,6 milhões no período, principalmente explicado por (a) crescimento de volume de vendas e aumento de preços e (b) lançamento de novos produtos e (c) aquisições do portfólio dos produtos farmacêuticos da Takeda para os países da América Latina e da marca Keflex.

A receita líquida da Companhia passou de R\$ 7.067,8 milhões em 2021 para R\$ 8.006,3 milhões em 2022, apresentando crescimento de R\$ 938,5 milhões no período, principalmente explicado por (a) crescimento de volume de vendas (com destaque para as unidades de prescrição, genéricos e OTC), (b) aumento de preços e (c) lançamento de novos produtos.

A receita líquida da Companhia passou de R\$ 8.006,3 milhões em 2022 para R\$ 9.120,7 milhões em 2023, apresentando crescimento de R\$ 1.114,4 milhões no período, principalmente explicado por (a) crescimento de volume das unidades de prescrição, genéricos, oncologia e OTC.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2.2 Resultados operacional e financeiro

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação e pela variação cambial, já que a maior parte do custo do produto vendido refere-se a produtos importados.

A receita de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. Entretanto, a receita de vendas tem seus reajustes limitados pelas atuais regras de precificação da CMED, limitando a empresa a trabalhar com sua política de descontos para repor em parte essa exposição.

Uma grande parte dos custos provém de insumos importados e/ou de insumos com seus preços fixados em dólar (USD), cujos preços em reais oscilam conforme as alterações das taxas de câmbio. Ao longo dos três últimos exercícios sociais, o resultado operacional da Companhia foi negativamente afetado pelo aumento de tais custos. Tal efeito, no entanto, foi parcialmente compensado no resultado líquido em virtude de maior eficiência em termos de despesas com vendas, gerais e administrativas. Outra ação importante para ajudar a mitigar tais riscos é o processo de desenvolvimento de novos fornecedores para os IFAs, permitindo maior poder de negociação e possibilidades de redução de custos. Cabe ressaltar que tal processo é relativamente longo, pois tem de seguir todos os trâmites de testes, validações e aprovação na Anvisa.

Já o desempenho financeiro é impactado pelo câmbio, pelas taxas de juros e pela inflação no Brasil. Tais indicadores têm efeitos sobre a despesa financeira e, por extensão, sobre o lucro líquido.

A margem bruta de 2023 foi de 66,3% ou 0,3 ponto percentual superior à margem bruta de 2022, explicada, principalmente, pelo mix de produtos vendidos.

A margem bruta de 2022 foi de 66,0%, apresentando uma expansão de 1,3 ponto percentual em relação a 2021 devido ao mix favorável dos produtos vendidos, com maior representatividade dos produtos de prescrição e OTC, parcialmente compensados pelos aumentos de nos custos dos insumos e materiais.

A margem bruta de 2021 foi de 64,7% ou 1,8 ponto percentual superior à margem bruta de 2020. Esta expansão é explicada pelo aumento da receita e efeito positivo do mix de produtos vendidos, que compensou a desvalorização do real frente ao dólar no período e os maiores preços dos insumos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nos últimos 3 (três) exercícios encerrados em 2021, 2022 e 2023 a Companhia declara que não houve alteração de prática contábil relevante.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas e/ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico serão disponibilizadas no item 6 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
EBITDA	1.757.078	1.991.602	1.663.054
Margem EBITDA	19,3%	24,9%	23,5%

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado considera o EBITDA divulgado com ajuste das despesas com Pesquisa e Desenvolvimento.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

2.5 Medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhares de reais, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	649.698	1.001.047	999.894
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	88.731	466.173	323.922
(+) Resultado financeiro líquido	698.250	296.640	125.986
(+) Depreciações e amortizações	320.399	227.742	213.252
EBITDA	1.757.078	1.991.602	1.663.054
Receita líquida	9.120.676	8.006.280	7.067.827
Margem EBITDA	19,3%	24,9%	23,5%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são as medidas mais apropriadas para a correta compreensão das suas atividades, de sua condição financeira, do resultado de suas operações e da sua geração de caixa. Adicionalmente, estas medidas são as métricas normalmente utilizadas no mercado e por investidores para analisar as operações da Companhia e permitir a comparabilidade com as demais empresas que atuam no mercado farmacêutico. Embora as medidas não contábeis EBITDA e a Margem EBITDA sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise e avaliação de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Ocorreram os seguintes eventos após as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Em 21 de março de 2024 a Companhia realizou a 7ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, por meio de Rito de Registro Automático de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme, nos termos da instrução CVM nº 160, no valor de R\$ 3.000.000 (três bilhões de reais) ao custo de CDI + 1,30% a.a. para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. O prazo de vencimento será de sete anos a partir da data de emissão, com pagamento de remuneração semestral e amortizações no 5º (quinto), 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos contados da data de emissão. Prevê cláusula restritiva de índice financeiro: endividamento líquido dividido pelo EBITDA deve ser menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) até a data de vencimento das Debêntures.

Em 25 de março de 2024 a Companhia realizou o Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Debêntures da 2ª, 3ª e 4ª Emissão, nos termos das Cláusulas 5.1 (v). O Valor do Resgate Antecipado da 2ª Emissão de Debêntures foi de R\$ 1.033.588, da 3ª Emissão de Debêntures foi de R\$ 1.066.082 e da 4ª Emissão de Debêntures foi de R\$ 523.599. As Debêntures da 2ª, 3ª e 4ª Emissão serão canceladas pela Companhia após a realização do Resgate Antecipado de Debêntures da 2ª, 3ª e 4ª Emissão.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023	2022	2021
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Reserva Legal: R\$ - Reserva de Lucros: (R\$ 21.145.978,68) Reserva de Incentivos Fiscais: R\$ 314.079.466,40	Reserva Legal: R\$ 27.550.903,26 Reserva de Lucros: R\$ 298.972.709,24 Reserva de Incentivos Fiscais: R\$ 306.437.437,15	Reserva Legal: R\$ 47.875.889,37 Reserva de Lucros: R\$ 403.402.809,49 Reserva de Incentivos Fiscais: R\$ 246.514.513,58
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: - Reserva de Lucros: - 7,219%	Reserva Legal: 3,518% Reserva de Lucros: 38,179%	Reserva Legal: 5,544% Reserva de Lucros: 46,713%

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
	Reserva com Incentivos Fiscais: 107,219%	Reserva com Incentivos Fiscais: 39,172%	Reserva com Incentivos Fiscais: 28,546%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	As debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusula restritiva para o pagamento de dividendos,	As notas promissórias e debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusula restritiva para o	As notas promissórias e debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusula restritiva para o

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
	acima do mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias de seus respectivos instrumentos.	pagamento de dividendos, acima do mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias de seus respectivos instrumentos.	pagamento de dividendos, acima do mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias de seus respectivos instrumentos.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A jornada da inovação da Companhia tem início nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento em medicamentos similares e genéricos, renovando o portfólio da Companhia e fomentando no médio e longo prazo o desenvolvimento de produtos incrementais, de inovação de parcerias, até o último estágio, que é inovação radical própria.

Em 2023, a Companhia investiu 6,7% da receita líquida em Pesquisa & Desenvolvimento, somando R\$ 614,6 milhões, 4,1% superior ao ano de 2022. Em 2023, foram 70 lançamentos de produtos no Brasil e 133 colocações nas operações internacionais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia pretende continuar investindo em inovação incremental, inovação radical e renovação de seu portfólio.

A Companhia estima que irá despender em 2024 em Pesquisa e Desenvolvimento o montante total de R\$ 724 milhões.

Em relação aos investimentos em ativos imobilizados (relacionados à expansão e melhoria da capacidade produtiva) em 2023, foram investidos R\$ 697,8 milhões, principalmente concentrados na aquisição de máquinas e equipamentos para o parque industrial de Itapevi e na construção da nova fábrica da Companhia em Montes Claros (Minas Gerais).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com três fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia; (ii) linhas de financiamento de longo prazo; e (iii) captação de recursos, por meio do mercado de capitais (emissão de títulos de dívida).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

2.10 Planos de negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas e estudos em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 614,6 milhões, representando 6,7% da Receita Líquida, sendo que R\$ 536,6 milhões foram classificados como despesas e R\$ 78,0 milhões foram classificados como adição no intangível com desenvolvimento de novos produtos.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 614,6 milhões, representando 4,1% da Receita Líquida. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 590,6 milhões, representando 7,4% da Receita Líquida. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 363,1 milhões, representando 5,1% da Receita Líquida.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Conforme exposto no item 1.16 deste Formulário de Referência, a Companhia possui iniciativas ligadas às questões ASG inseridas no âmbito de suas atividades fim.

Constantemente a Companhia busca oportunidades vinculadas às questões sociais, ambientais e de governança que possam agregar seu Plano de Negócios de forma direta e indireta, isso fica evidenciado na chamada Visão 2027, que direciona a Companhia a novos desafios, tais como: fortalecimento das práticas de governança; avanço dos programas de diversidade e inclusão social; foco em crescimento com rentabilidade sustentável; explorar novas regiões geográficas e modelo de negócios (que podem trazer desenvolvimento social/tecnológico a novas localidades); entre outras iniciativas que, quando efetivamente definidas no Plano de Negócios serão devidamente reportadas neste item.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1 As projeções devem identificar:

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções nos últimos três exercícios, pois, nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1. Descrever fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, reputação, fluxo de caixa e/ou liquidez poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco", devem ser compreendidas nesse contexto. Os fatores de risco descritos nesta seção estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para nós.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

a. emissor

Nossa habilidade de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

- proteger e fortalecer nossas marcas, qualidade e inovação de nossos produtos;
- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em nossos mercados atuais e
- identificar com êxito oportunidades em novos mercados;
- desenvolver com êxito novos conceitos de produtos, identificar novas tecnologias e fabricar produtos que respondam às demandas atuais do mercado;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada; e
- continuar a expansão de nossa base de clientes, com foco no aumento da demanda por nossos produtos por meio de relacionamento com consumidores e a comunidade médica brasileira e internacional.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Um elemento crítico de nossa estratégia é a nossa habilidade de renovar e desenvolver nosso portfólio de produtos e marcas. Se não conseguirmos identificar com sucesso as demandas do mercado, se qualquer um de nossos produtos tiver problemas de qualidade, se nossos competidores tiverem propriedade intelectual protegida que nos impeça de desenvolver novos conceitos para produtos, oferecer produtos diversificados ou se as exigências legais impuserem limites nas matérias-primas e tecnologias que podemos utilizar, poderemos ter dificuldades em fabricar produtos atraentes para nossos consumidores finais. Qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Além disso, na busca pela renovação e desenvolvimento do nosso portfólio, poderemos perder competitividade, devido à possíveis inadequações de estratégias para enfrentar as mudanças no mercado, como o surgimento de novos modelos de negócio disruptivos que podem transformar a indústria farmacêutica, que mudam a estrutura de distribuição e/ou comercialização de medicamentos permitindo e ampliando o mercado para novos entrantes, como por exemplo a impressão de pílulas em 3D diretamente no ponto-de-venda, a possibilidade de venda de medicamentos com marcas próprias pelas grandes cadeias de farmácias e pontos-de-venda, o fracionamento de medicamentos e venda direta e customizada de acordo as prescrições para os pacientes, semelhante ao pill *pack*¹ da Amazon, dentre outros.

Adicionalmente, caso falhemos na preparação e capacitação do nosso processo produtivo, não seremos capazes de obter as certificações das agências sanitárias dos Estados Unidos da América e da União Europeia (FDA- Food, and Drug Administration e EMA- European Medicines Agency) para atuar em mercados internacionais mais regulados, como os Estados Unidos e Europa, o que pode prejudicar nossa estratégia de expansão da nossa base de cliente.

Atuamos em segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O segmento de mercado em que atuamos é altamente competitivo e enfrentamos concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, tais como Aché, Hypera, NC Farma, Libbs no mercado Nacional e Pfizer, Sanofi, Novartis, MSD, AstraZeneca no mercado internacional, dentre outras. Ademais, algumas dessas empresas oferecem uma grande

¹ Serviço de entrega ao cliente com base em suas receitas médicas, reunindo em pequenos envelopes as medicações na quantidade correta que foram a ele prescritas, bem como com as instruções com relação aos dias e horários para ingestão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

variedade de produtos nos segmentos em que atuamos, competindo assim com a maior parte de nossas linhas de produtos.

Em escala global, alguns de nossos competidores possuem recursos financeiros e de *marketing* substanciais, têm maior facilidade do que nós para obter acesso a capital e a tecnologias, maiores bases de consumidores e maior variedade de produtos ofertados. Adicionalmente, em níveis diferenciados, nossos atuais e futuros concorrentes podem ser bem-sucedidos em determinadas linhas de produtos e/ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e melhores campanhas de *marketing* de forma que a competição com tais concorrentes no mercado em que atuamos pode resultar em perda da nossa participação de mercado. Poderemos vir a ter que aumentar nossos gastos com *marketing* e promoção e/ou reduzir os preços de nossos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos. O sucesso de tais medidas está sujeito a riscos, incluindo incertezas sobre a sua aceitação e efeito nos consumidores. Assim, referidas medidas poderão não ser capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado, o que poderá afetar adversamente nosso resultado.

Ainda, novos concorrentes poderão entrar em nossos mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, desastres naturais ou outros acidentes podem afetar nossa produção, instalações, principalmente os parques fabris, e estrutura de custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, danos causados por desastres naturais, danos ambientais ou outros acidentes podem danificar ou destruir nossa produção ou instalações, principalmente nossos parques fabris, matérias primas e estoques, o que acarretaria um impacto adverso relevante na continuidade das nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira. Adicionalmente, interrupções duradouras no fornecimento de água, energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nos nossos parques fabris podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos.

Além disso, a ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por nossas apólices de seguros e pode vir a causar um efeito material adverso para nós.

Ainda nesse sentido, uma vez que centralizamos os equipamentos únicos para fabricação de medicamentos de alta importância para o mercado, sem flexibilidade e *backups* para continuar sua produção em outros sites, e sem plano de continuidade para eventuais ocorrências de paralisação em alguma linha de produção, as interrupções decorrentes dos casos de acidentes, desastres naturais ou incêndios, podem acarretar um impacto operacional relevante em nossas atividades, bem como em nossa situação financeira.

Por fim, interrupções no fornecimento de matérias primas e insumos causadas por outros fatores os quais não podemos controlar (tais como, por exemplo, guerra, caso fortuito e de força maior, *lockdowns* em países que são importantes para nossa cadeia de fornecimento, principalmente a China e Índia, em

4.1 Descrição dos fatores de risco

consequência de pandemias, novas doenças, bem como a evolução daquelas já existentes), podem vir a causar um efeito material adverso para a nossa produção. Para informações adicionais sobre os riscos de eventuais interrupções na obtenção de matérias-primas, vide fator de risco “*Se não formos capazes de obter matérias-primas (insumos), incluindo princípios ativos ou medicamentos, ou se os custos das matérias-primas que utilizamos ou medicamentos que importamos aumentarem substancialmente, nossas operações poderão ser adversamente impactadas.*” deste Formulário de Referência.

Estamos expostos a riscos que podem comprometer a nossa eficiência operacional, gerando custos superiores aos ideais.

Desde a aquisição de insumos até a comercialização dos produtos fabricados por nós, existem diversos processos operacionais necessários para viabilização do nosso negócio (aquisição de matéria-prima/equipamentos necessários para a produção, obtenção de alvarás exigidos pelos órgãos regulatórios, cumprimento de requisitos da agência de saúde local para registro dos produtos, bom relacionamento comercial com distribuidores, dentre outros).

A não formalização desses processos, sua errônea execução ou então a limitação da tecnologia empregada nos mesmos, podem interferir diretamente na nossa eficiência, levando ao descarte dos produtos e/ou ao retrabalho nas etapas envolvidas para sua produção e comercialização, gerando custos superiores aos ideais.

O fornecimento de medicamentos pela Companhia pode vir a ser prejudicado em razão de dificuldade no acompanhamento e resolução dos fatores que influenciam a assertividade do Planejamento de Vendas e Operações (S&P), o que pode causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e resultados operacionais.

O fornecimento de medicamentos pela Companhia pode vir a ser prejudicado em razão de dificuldade no acompanhamento e resolução dos fatores que influenciam a assertividade do Planejamento de Vendas e Operações, considerando fatores críticos como, informações reais de vendas, previsão de vendas, produção, níveis de estoque, produtos faltantes por excesso de demanda ou outro motivo, planejamento e compra de suprimentos, dentre outros.

Acreditamos que a identidade de nossas marcas é essencial para o sucesso de nosso negócio. Se não pudermos utilizar de forma eficaz ou proteger qualquer uma de nossas marcas, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluíram várias aquisições e atualmente incluem a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a

4.1 Descrição dos fatores de risco

melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais.

Atualmente, temos 6.329 marcas depositadas ou registradas, sendo 1.332 no Brasil e o restante nos demais países onde a Companhia atua. No entanto, não podemos garantir que nossas marcas não serão violadas nem que os nossos pedidos de registro de marca em andamento serão deferidos pelo INPI ou pelo respectivo órgão responsável dos países onde a Companhia atua ou, então, que os nossos registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros.

Ainda, caso a titularidade de qualquer de nossas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, podemos ser proibidos de continuar a explorá-la. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor de nosso conjunto de marcas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, nossas marcas e identidade corporativa podem sofrer uma desvalorização caso surja qualquer problema que traga prejuízos à nossa imagem. As decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores como o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, preços e preferências subjetivas de cada consumidor. Se: (i) nossa estratégia de *marketing*, incluindo campanhas publicitárias e promocionais, não tiver êxito; (ii) formos incapazes de entregar novos produtos ou tecnologias que atendam às demandas do mercado; (iii) não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços; ou (iv) por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores sejam mais atrativos, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversa e materialmente afetados.

Nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance podem não ser suficientes para evitar sanções regulatórias, de natureza administrativa cível e/ou criminal, danos à nossa reputação, ou outros efeitos adversos aos nossos negócios, resultados e situação financeira.

Estamos sujeitos a diferentes estruturas regulatórias, tais como: (i) leis e regulamentos do setor farmacêutico brasileiro; (ii) leis e regulamentos que se aplicam a empresas de capital aberto com valores mobiliários negociados no mercado de capitais brasileiro, como a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada e a regulamentação da CVM; (iii) leis e regulamentos que se aplicam às empresas brasileiras que participam de concorrências públicas para contratação com o Poder Público, e (iv) leis e regulamentos que se aplicam à segurança da informação de pessoas físicas, entre outras. Ainda, a Companhia está sujeita às leis anticorrupção, antissuborno, antilavagem de dinheiro, antitruste e outras leis e regulamentos internacionais e é obrigada a observar as leis e regulamentos aplicáveis do Brasil, Estados Unidos e pode vir a estar sujeita a tais leis e regulamentos em outras jurisdições, incluindo a Lei nº 12.846/2013 e ao Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (em conjunto, "Lei Anticorrupção"), que determina a responsabilidade objetiva de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como regulamentação dos diversos países em que

4.1 Descrição dos fatores de risco

operamos. Nossas políticas, procedimentos internos, processos de *compliance* e de controles internos podem vir a não ser suficientes para prevenir ou detectar as práticas inadequadas, fraudes, comportamento desonesto ou violações de leis a que estamos sujeitos por parte de qualquer pessoa agindo em nosso nome, interesse ou benefício, nossos acionistas, afiliadas, funcionários, diretores, executivos, parceiros, administradores, empregados, agentes e prestadores de serviços ou que tais pessoas não pratiquem ações violando nossas políticas e procedimentos, especialmente perante o Poder Público.

Não podemos evitar que nosso nome venha a ser envolvido em processos judiciais ou administrativos visando a apuração de infrações contra a administração pública que resultem, entre outras sanções, em inabilitação para contratação com o Poder Público ou impedimento para usufruir de benefícios fiscais. Uma decisão administrativa e/ou uma sentença judicial de decretação de sanções por improbidade, ou outros atos contra a administração pública, como definidos pela Lei Anticorrupção e mencionados acima, que sejam decorrentes de eventual descumprimento das leis aplicáveis, dos contratos celebrados e de outras normas por parte dos nossos acionistas, administradores, empregados, fornecedores e demais colaboradores ou por parte de quaisquer pessoas agindo em nosso nome, interesse ou benefício, pode resultar em multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal, em indenizações trabalhistas, ambientais e em condições de segurança impróprias, bem como na perda de licenças operacionais, com nossa decorrente responsabilização para indenizar de forma subsidiária ou solidária, proibição de licitar com órgãos públicos/contratar com órgãos públicos, perda ou inelegibilidade ao recebimento de benefícios e incentivos fiscais, afastamento de nossos administradores, pagamento de multas com base em faturamento, dentre outros, o que pode afetar adversamente nossos resultados, bem como afetar a cotação dos nossos valores mobiliários, nossa imagem e reputação.

Poderão ser identificadas deficiências significativas nos nossos controles internos e, se não formos capazes de adotar as medidas corretivas necessárias, podemos não ser capazes de reportar nossos resultados de forma adequada e ser adversamente afetados.

Nossos sistemas, políticas e procedimentos de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Como parte do nosso processo de preparação e auditoria externa das demonstrações financeiras para o exercício social em 31 de dezembro de 2023 não foram identificadas deficiências significativas de controles internos. Não há garantias de que nossos esforços de remediação serão bem-sucedidos. Além disso, não há como assegurar que não serão identificadas outras deficiências ou deficiências significativas nos nossos controles internos. Se nossos sistemas e controles não estiverem operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de reportar nossos resultados de maneira precisa ou de prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficiência nos nossos sistemas, políticas ou controles internos poderá causar um efeito adverso relevante em nossos resultados. Para mais informações sobre as deficiências significativas, vide item 5.2 deste Formulário de Referência.

Nossa exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As principais matérias-primas utilizadas na fabricação, embalagem e transporte de nossos principais produtos estão sujeitas a substanciais flutuações de preço, especialmente os insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros, cujos preços são denominados principalmente em dólar norte-americano, tais como insumos biológicos e biotecnológicos. Tais oscilações, uma vez que acarretam um aumento no valor de tais insumos, poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e em nossos resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitado a, clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, sendo que diante de situações de guerra ou *lockdowns*, especialmente em razão de pandemias ou novas doenças, o risco de aumento dos custos das nossas matérias-primas pode ser intensificado. Para informações adicionais sobre os riscos de aumento substancial dos custos das matérias-primas que utilizamos, vide fator de risco “***Se não formos capazes de obter matérias-primas (insumos), incluindo princípios ativos ou medicamentos, ou se os custos das matérias-primas que utilizamos ou medicamentos que importamos aumentarem substancialmente, nossas operações poderão ser adversamente impactadas.***” deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, podemos não ser capazes de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos de insumos e outros custos operacionais relacionados à produção de nossos produtos, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Não realizamos a contratação de hedge cambial para nossas compras de matéria-prima realizadas em moedas estrangeiras, o que poderá causar um efeito negativo relevante sobre os resultados das operações e na nossa situação financeira.

Atualmente, não celebramos instrumentos de *hedge* cambial para a principal exposição cambial relativa às variações dos preços das matérias-primas que importamos. As principais matérias-primas utilizadas por nós estão atreladas a preços do mercado internacional, expressos principalmente em dólares norte-americanos.

Em períodos de alta volatilidade das taxas de câmbio, principalmente dólar/real, os preços dos medicamentos podem aumentar abruptamente para nós, sendo que não podemos garantir que seremos capazes de repassar tais custos imediatamente a nossos clientes, o que poderá causar um efeito negativo relevante nos resultados de nossas operações e sobre nossa situação financeira. Para maiores informações, vide fator de risco “*A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, nos afetar.*” deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de cumprir os covenants financeiros e as obrigações impostas em nossos contratos de financiamento podendo, consequentemente, configurar um evento de

4.1 Descrição dos fatores de risco

vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Certas condições econômicas, financeiras e setoriais que independem do nosso controle podem impactar adversamente a nossa capacidade de cumprir com os *covenants* financeiros, bem como outras obrigações pecuniárias contidas nos nossos contratos de financiamento.

Caso (i) não sejamos capazes de obter *waivers* ou aprovações necessárias de nossos credores com relação aos contratos que eventualmente sejam inadimplidos; ou (ii) não tenhamos recursos suficientes para pagar nossas dívidas tempestivamente, o que poderá ocorrer por diversas razões que afetem adversamente nossa situação econômico-financeira, poderá ser declarado o vencimento antecipado dos contratos de financiamento da Companhia devido à existência de cláusulas de *cross default* e/ou de *cross acceleration*, conforme descritas no item 2.1 deste Formulário de Referência.

Caso parte relevante ou todos os nossos contratos financeiros sejam vencidos antecipadamente nossa situação financeira e, conseqüentemente, nossa capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo até mesmo resultar em nossa insolvência.

Adicionalmente, podemos enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, na renovação das nossas linhas de crédito atuais ou na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, o que pode prejudicar a execução de nosso plano de investimentos, afetando de forma material e adversa nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para mais informações, ver Seção 12.2 deste Formulário de Referência.

Nossos parques fabris podem vir a tornar-se uma desvantagem competitiva no nosso mercado de atuação em razão dos custos aplicados a esses ativos.

As nossas empresas concorrentes têm feito movimentos de terceirização da produção e redução das dimensões de seus parques fabris a fim de otimizar seus custos. Considerando que temos atualmente 11 (onze) parques fabris, divididos da seguinte forma, 1 (um) localizado na Argentina, 1 (um) no Chile, 1 (um) no Uruguai, 1 (um) no Peru, 1 (um) na Guatemala, 2 (dois) na Colômbia e 4 (quatro) no Brasil (Itapevi, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro e Montes Claros, esta última em construção), além de 1 (um) parque fabril em São Paulo, o qual pertence a nossa controlada Momenta Farmacêutica Ltda., a depender do desenvolvimento do nosso modelo de negócios, eles podem tornar-se uma desvantagem competitiva, uma vez que teremos custos maiores que nossos concorrentes.

Adicionalmente, podemos incorrer em custos desnecessários, acompanhados de baixa eficiência e eficácia dos processos operacionais devido à falta de processos estruturados do parque fabril, o que significa por exemplo, que podemos realizar investimentos altos em equipamentos que podem apresentar baixa adaptação aos nossos processos operacionais, acarretando assim um efeito adverso relevante na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões em processos judiciais e administrativos podem nos afetar adversamente e criar obrigações relevantes.

Decisões em processos judiciais e administrativos podem criar obrigações relevantes para nós, principalmente em processos de matérias tributárias. Somos, juntamente com nossas controladas, parte em diversos processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, ambiental e trabalhista. Ademais, poderemos ser, no futuro, parte em novos processos judiciais e/ou administrativos (perante autoridades administrativa e/ou judiciais, tais como, a título de exemplo, trabalhistas, tributárias, regulatórias, criminais, ambientais, concorrenciais, dentre outras). Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados pela Companhia serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Alguns dos processos judiciais e administrativos dos quais somos parte envolvem matérias relevantes que, caso decididas de maneira contrária aos nossos interesses, poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios e situação financeira. Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira, além de afetar nossa condição reputacional de forma negativa.

Da mesma forma, um ou mais administradores da nossa Companhia podem vir a ser parte em processos judiciais e administrativos cuja instauração e/ou resultado podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente, sua capacidade de contratar com o Poder Público e/ou de fazer jus à benefícios e incentivos fiscais.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos dos quais somos parte, vide itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

Poderemos enfrentar situações de conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Mantemos contratos de prestação de serviços com partes relacionadas identificadas na seção 11 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas podem ser concretizadas em situações de conflito de interesse entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderemos vir a ser negativamente impactados no âmbito reputacional, bem como termos um impacto negativo adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados.

Mudanças na nossa alta administração e a eventual impossibilidade de reter, atrair e recolocar pessoal qualificado podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Os nossos negócios dependem da capacidade, experiência e qualificação profissional da nossa alta administração para garantir as etapas dos processos devido à ausência de processos estruturados e automatizados que independam da ação dos operadores. Adicionalmente, para execução do nosso

4.1 Descrição dos fatores de risco

plano de expansão, dependemos de pessoas que consigam administrar nossas operações internacionais, sobretudo para gestão e fornecimento de inteligência e suporte operacional e de processo.

Poderemos não ser capazes de manter ou repor esses profissionais experientes e conhecedores dos nossos negócios, tanto no aspecto de gestão, quanto técnico. Ainda, não possuímos um plano de sucessão formalizado, de modo que podemos não ser capazes de substituir de maneira adequada e no momento apropriado membros que ocupam posições-chave na Companhia, caso esses cargos fiquem vagos por ocasião de renúncia, aposentadoria ou morte de tais pessoas. A perda de membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos resultados operacional e financeiro.

A concorrência entre nossos próprios produtos sob marcas distintas, mas com o mesmo princípio ativo pode afetar negativamente nossas margens e, conseqüentemente, nosso resultado operacional.

Possuímos como estratégia de lançamento, a fabricação de medicamentos com o mesmo princípio ativo em diversas unidades de negócio (Farma, Supera, Momenta, Genérico). Em situações de crise econômica ou maior competitividade nos mercados internos e externos, poderemos privilegiar a produção de medicamentos genéricos, os quais podem prejudicar a venda dos produtos da Farma, além de reduzir as nossas margens de lucro.

Cabe salientar que fábricas de primeira linha tornam o custo de produção alto frente aos seus concorrentes para produtos com muita concorrência e briga por preço (similares e genéricos). Ainda, poderemos ter nossas margens e resultado operacional negativamente afetados também em razão da imprecisão nos estudos de viabilidade comercial (precificação, previsibilidade de receita) de medicamentos inovadores ao serem consideradas nas análises projeções com base nos medicamentos genéricos.

Eventuais declarações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto a surtos ou potenciais surtos de doenças, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual impactará nossos negócios e de nossas controladas depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações e das nossas controladas. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo coronavírus (COVID 19), zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Como exemplo, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia da COVID-19,

4.1 Descrição dos fatores de risco

doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimentos globais e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Durante o exercício social de 2021, o Brasil era considerado um dos centros da pandemia global em número de casos e óbitos.

Nós e nossas controladas não podemos garantir que eventuais outros surtos regionais ou globais, caso aconteçam, não causarão um impacto negativo em nossos negócios.

Novas cepas de qualquer tipo de doença, podem causar efeitos em nós e em nossas controladas, tais como redução da atividade econômica e restrição de mobilidade que podem impactar adversamente o potencial de consumo da população e a necessidade de redução da atividade produtiva, respectivamente. Ainda, eventual contaminação de colaboradores pode acarretar uma redução da atividade operacional, que poderá causar impactos nos resultados financeiros e operacionais da Companhia e de suas controladas.

Destaca-se, que a produção fabril não foi interrompida em nenhum momento ao longo da pandemia da COVID-19 no período entre 2020 e 2022. Caso novas cepas de qualquer tipo de doença, é possível que a Companhia e/ou suas controladas tenham despesas adicionais relacionadas a (i) substituição temporária de colaboradores afastados em razão da doença, (ii) medidas e equipamentos de segurança contra pandemia, (iii) contratação de mão de obra terceirizada para cobrir a produção com o aumento de demanda de produtos relacionados à quaisquer novas cepas, de qualquer doença.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses dos nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas que venham a ingressar na Companhia.

Os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas e resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas que venham a ingressar na Companhia e que podem não resultar em melhorias dos nossos resultados operacionais. Além disso, nossos acionistas controladores podem vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o nosso controle societário. Qualquer

4.1 Descrição dos fatores de risco

mudança no nosso controle pode afetar materialmente nossa administração, nossos negócios, resultados operacionais e nossa condição financeira.

Acreditamos que não estamos expostos, atualmente, a quaisquer riscos relevantes cuja fonte sejam nossos acionistas, além dos riscos relacionados ao acionista controlador que já foram tratados no item anterior.

c. suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são substancialmente os mesmos relacionados a nós, conforme descritos no item (a) acima. Não obstante, considerando que, parte das nossas controladas ou coligadas está sediada fora do Brasil, para mais informações sobre os riscos envolvendo essas controladas ou coligadas, vide o item "4.1 (i)" abaixo.

d. seus administradores

Decisões desfavoráveis ou processos judiciais, administrativos ou arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais envolvendo nossos administradores podem causar efeitos adversos em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como em nossa imagem e reputação.

Nossos administradores são e podem vir a ser partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras. Não podemos garantir que os resultados destes processos e/ou de novos processos serão favoráveis aos membros de nossa administração. O envolvimento dos nossos administradores em tais processos, ou decisões que sejam contrárias aos nossos interesses, podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira. Da mesma forma, a condenação de administradores e/ou acionistas da Companhia em processos ou seu envolvimento em investigações podem afetar negativamente a Companhia, seja em termos de imagem, seja pela impossibilidade de seus administradores continuarem a exercer suas atividades na Companhia.

Eventuais repercussões na mídia de tais processos, que possam impactar adversamente nossa imagem e reputação perante nossos clientes, fornecedores e investidores, podem causar efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

e. seus fornecedores

Alguns insumos necessários para a produção de alguns dos medicamentos fabricados por nós possuem fornecedores únicos cadastrados na ANVISA e a interrupção do fornecimento

4.1 Descrição dos fatores de risco

de tais insumos pode afetar nosso desempenho operacional e financeiro e, ainda, nossa reputação.

Alguns dos medicamentos comercializados por nós são produzidos a partir de insumos que possuem fornecedores únicos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), principal órgão regulador do mercado farmacêutico no Brasil, como por exemplo: Etinilestradiol, Enoxaparina Sódica, Fumarato de Quetiapina, Dipropionato Betametasona, Sulfato Polimixina e Cloridrato Sertralina, os quais representam 13% do nosso faturamento do Brasil.

Como tais fornecedores estão cadastrados na ANVISA e sua substituição depende do cadastramento e homologação de novos fornecedores, o que pode demorar mais de um ano, qualquer evento adverso que venha a comprometer operacionalmente as atividades desses fornecedores, de forma conjunta ou isolada, bem como a dificuldade de desenvolvimento de um fornecedor alternativo em caso de impossibilidade dos fornecedores iniciais, pode nos expor a riscos relacionados à incapacidade de produção de alguns desses medicamentos, o que pode afetar negativamente nosso desempenho operacional e financeiro.

Se não formos capazes de obter matérias-primas (insumos), incluindo princípios ativos ou medicamentos, ou se os custos das matérias-primas que utilizamos ou medicamentos que importamos aumentarem substancialmente, nossas operações poderão ser adversamente impactadas.

Dependemos de terceiros para obtenção de matérias-primas, incluindo princípios ativos e medicamentos, as quais estão, no geral, disponíveis junto a um número limitado de fornecedores, especialmente devido à ausência de indústrias de química fina no Brasil, com forte concentração em grandes multinacionais ou da Índia e China. Ainda, não dispomos de contratos formais de fornecimento de longo prazo para as matérias-primas que utilizamos e boa parte dos insumos que adquirimos advêm do mercado internacional.

Assim, estamos expostos ao risco de fornecimento de matérias-primas e medicamentos em termos satisfatórios ou mesmo de interrupção no seu fornecimento sem qualquer aviso, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19, seus desdobramentos e eventuais novas cepas ou epidemias de outras doenças, como o retorno dos *lockdowns* na China e as estritas restrições nas fronteiras do país, bem como das limitações no espaço aéreo mundial causadas pela intensificação da guerra entre a Ucrânia e Rússia em 2022, gerando a necessidade de replanejamento de rota para o transporte de insumos. Além disso, a falência ou interdição de nossos fornecedores e mudanças significativas nas características das políticas internacionais de países onde nossas matérias-primas são oriundas podem causar impactos em nossas cadeias de fornecimento. Qualquer restrição na disponibilidade de matérias-primas poderá influenciar no aumento dos custos do insumo e de produção, comprometer a produção ou gerar outros atrasos e, no caso de produtos para os quais haja apenas um fornecedor de matéria-prima ou um fornecedor de medicamento, poderá resultar em um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, o preço dos princípios ativos pode oscilar de forma relevante em um curto período, inclusive em decorrência de boa parte de os insumos e medicamentos adquiridos por nós estar referenciada em moeda estrangeira, bem como pelos fatores acima mencionados, sendo que um aumento substancial nos custos de princípios ativos poderá afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados.

Ademais, pelo fato de que as autoridades regulatórias em geral terem que aprovar previamente as origens de princípios ativos para produtos farmacêuticos, caso necessário, as mudanças nos fornecedores de princípios ativos poderão resultar em atrasos e aumento dos custos de produção e, consequentemente, perdas nas vendas e de clientes.

Quando importamos princípios ativos ou outras matérias-primas de países onde não operamos, estamos sujeitos à regulamentação aduaneira, barreiras sanitárias e agropecuárias além de outras liberações governamentais, encargos e regulamentação pelos países de origem. As imposições de tais regramentos impactam no tempo de atuação dos órgãos governamentais, de forma que a eventual morosidade pode acarretar, inclusive, na materialização do risco de perecimento das matérias-primas. A ocorrência de qualquer dos eventos previstos acima poderá afetar de maneira adversa nossos negócios, resultados e nossa situação financeira.

Dependemos de alguns fornecedores exclusivos para fabricação de produtos específicos e qualquer evento adversos envolvendo tais fornecedores poderá nos impactar negativamente.

Alguns de nossos produtos são fabricados a partir de insumos e matérias-primas de fornecedores exclusivos. Caso tais fornecedores não sejam capazes de entregar os insumos por eventos adversos ou pelo aumento do volume da nossa produção, a continuidade da produção de tais medicamentos poderá ser inviabilizada, o que pode nos impactar negativamente.

Ainda, alguns de nossos fornecedores, potencialmente, podem também ser nossos concorrentes. Caso isso aconteça e o fornecimento de insumos seja interrompido, seremos obrigados a buscar fornecedores alternativos, o que nem sempre é factível considerando as condições de mercado. Nesse cenário, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

f. seus clientes

Dependemos de alguns clientes que contribuem com parte significativa de nossa receita operacional líquida, e que são também distribuidores de nossos produtos, o que apresenta riscos comerciais e operacionais, podendo afetar adversamente nossas operações e resultados financeiros.

Considerando que os clientes Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda e a Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda detêm uma parcela significativa de nossas vendas, vide item 1.5 deste Formulário de Referência, caso não sejamos capazes de manter as parcerias ou relações

4.1 Descrição dos fatores de risco

comerciais que temos na data deste Formulários de Referência com esses clientes, visando a venda dos produtos fabricados por nós, poderemos ter um impacto adverso em nossos negócios. Ainda, não há garantias de que as parcerias ou relações comerciais serão mantidas em condições favoráveis, ou, que futuramente continuaremos a obter receitas equivalentes às atuais advindas dessas parcerias ou relações comerciais.

Ainda, utilizamos e dependemos das estruturas de distribuição desses clientes para que os produtos de nosso portfólio cheguem ao mercado, não havendo um mapeamento de outros distribuidores que poderiam ser utilizados caso haja qualquer intercorrência com os nossos clientes atuais.

Nossa dependência de distribuidores limita a nossa capacidade de posicionar nossos produtos nos estabelecimentos de maneira imediata e que consideramos adequada. O uso de distribuidores e de uma estrutura de logística terceirizada nos submete a uma série de riscos, incluindo possíveis atrasos e interrupções na entrega de nossos produtos e a perda da qualidade como resultado de manuseio inadequado destes produtos durante o transporte.

Adicionalmente, não temos como assegurar que nossos distribuidores intermediários atuarão em conformidade com a legislação aplicável, como por exemplo, em relação à distribuição de determinados produtos apenas nos pontos de vendas autorizados. Ainda, devido à inexistência de contratos com os nossos distribuidores intermediários, existe a possibilidade de estes optarem por não adquirir nossos produtos em determinado mês, o que nos obrigaria a encontrar outros distribuidores intermediários para comercializar nossos produtos.

Por fim, a perda total ou parcial da capacidade operacional e/ou financeira de um ou mais de nossos distribuidores, nos obrigará a redobrar esforços comerciais visando a substituição total ou parcial de tais distribuidores, o que poderá causar um efeito material adverso nas atividades e resultados da Companhia.

Podemos ser responsabilizados por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o uso dos produtos que fabricamos.

O uso de nossos produtos eventualmente pode ocasionar alguns tipos de reações adversas nos nossos consumidores, podendo causar efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. A propositura de ações com a finalidade de reparação dos danos ocasionados pelos nossos produtos e medicamentos poderá ocorrer sob diversas alegações, as quais podem incluir produtos adulterados, contaminados, que não possuíam as propriedades anunciadas, que não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras.

Tais processos poderão resultar em custos não calculados previamente em decorrência de eventuais *recalls* de produtos, além do custo com a promoção das defesas necessárias em diferentes esferas regulatórias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos nossos produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, pode causar a perda de confiança de nossos consumidores na segurança, eficácia e qualidade de nossos produtos. Qualquer alegação dessa natureza contra os nossos produtos poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Podemos sofrer impactos indiretos relacionados à epidemia de opioides em curso nos Estados Unidos da América.

Os EUA enfrentam atualmente a crise de medicamentos denominada "epidemia de opioides" em que um número considerável de americanos estaria dependente de medicamentos derivados dessa substância. De acordo com os dados do Centro de Controle de Doenças (Centers for Disease Control and Prevention - CDC), os medicamentos utilizados para diminuição da dor - sob prescrição médica - causaram a morte de 48 mil americanos, apenas em 2017. Com base no novo levantamento, autoridades do país se mostram preocupadas com a atual epidemia causada pelo uso descontrolado dos analgésicos.

Segundo o jornal estadunidense Washington Post, mais de 100 bilhões de doses de oxicodona e hidrocodona foram distribuídas nos EUA, entre 2006 e 2014. Em julho de 2019, o jornal já havia informado que empresas farmacêuticas do país tinham fabricado e disponibilizado mais de 76 bilhões de analgésicos. Tais dados foram obtidos no âmbito de uma ação judicial ajuizada contra indústrias de opioides, em sua maior parte, companhias farmacêuticas.

Em razão da epidemia dos opioides, muitas companhias que mantêm atividades farmacêuticas e distribuição de medicamentos com substâncias analgésicas nos EUA têm se tornado rés em ações judiciais e responsabilizadas pelo pagamento de reparações bilionárias.

Essa movimentação em torno da indústria farmacêutica nos EUA pode reverberar no Brasil.

A Eurofarma possui 9 medicamentos classificados como opioides e comercializados no Brasil (Paco – paracetamol com codeína, Gésico - cloridrato de tramadol, Gésico Duo, Remifentanila, Paracetamol + Codeína, Algico D, Atrace, Tramadol e Tramadol + Paracetamol), de modo que substâncias opioides têm participação em menos de 1,1% da receita líquida de 2023 auferida pela Companhia

Até o momento, a Companhia não enfrentou qualquer questão relativa a este assunto, porém, o uso de alguns dos produtos que fornecemos ao mercado eventualmente pode ocasionar algum tipo de dependência em nossos consumidores, podendo causar efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Não obstante, é possível que a epidemia nos EUA resulte em maior fiscalização das companhias farmacêuticas nacionais, incluindo a propositura de ações com a finalidade de reparação dos danos ocasionados pelo uso indiscriminado de nossos produtos e medicamentos que, na visão do consumidor,

4.1 Descrição dos fatores de risco

não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de dependência de substâncias químicas.

De todo modo, entendemos que o risco é baixo, uma vez que, ao contrário do que ocorre nos EUA, nossos órgãos reguladores nacionais exercem um rígido controle na prescrição desses medicamentos - receitas controladas e carbonadas. Além do controle na prescrição, não é autorizada a distribuição de amostra grátis desses produtos.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A variação do preço dos produtos que importamos e/ou exportamos, sobretudo, devido às variações de câmbio, podem impactar negativamente nossas margens e, consequentemente, nossos resultados.

O aumento do custo dos medicamentos exportados e/ou importados por nós, devido a fatores tais como frete, custos alfandegários, atendimento às legislações locais, podem impactar na diluição da rentabilidade de produtos, sejam eles produzidos localmente, ou exportados para atendimento de demanda.

Nesse cenário, não podemos garantir que seremos capazes de repassar esse aumento de custos para os nossos clientes, o que poderá causar um impacto negativo nas nossas margens, crescimento, e, consequentemente, no cumprimento de nossas obrigações financeiras.

Cabe salientar que a ausência de estudos robustos sobre o cenário concorrencial nos países em que nossas subsidiárias atuam, podem fazer com que sejamos menos competitivos em termos de custo nas regiões em que operamos, especialmente considerando a variação dos preços.

(h) regulação dos setores em que o emissor atue

Somos sujeitos à extensa regulamentação da indústria farmacêutica, interação com autoridades governamentais, e alterações nas exigências regulatórias para obter e renovar licenças, alvarás ou registro de produtos poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a inúmeras leis e regulamentos locais, estaduais e federais, no Brasil e no exterior, relativos às permissões e exigências para a obtenção de licenças, alvarás ou registros de produtos, incluindo os padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA bem como das secretarias estaduais e municipais de saúde. Também estamos sujeitos à certificação de boas práticas de fabricação pela ANVISA. A regulamentação do setor farmacêutico brasileiro inclui as regras para aprovação de produtos e unidades industriais, promoção e visita médica e propaganda direta ao consumidor final.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Contamos com uma área específica e dedicada a monitorar, avaliar e determinar ações necessárias para qualquer tipo de alteração na regulamentação a que estamos expostos. Esta área, denominada de "Assuntos Regulatórios", acompanha todas as regulamentações de impacto no setor farmacêutico, através de publicações oficiais, como exemplo Diário Oficial da União (DOU) e associação em entidades. Adicionalmente, também contamos com uma diretoria denominada "Relações Institucionais" que acompanha temas de impacto junto às entidades de classe. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com as obrigações e observando a regulamentação aplicável a nossas atividades, incluindo aquelas relativas às atividades no exterior.

Não obstante, caso descumpramos quaisquer de nossas obrigações perante a ANVISA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação aplicável, estaremos sujeitos não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença entre outras. Adicionalmente, o Ministério da Saúde poderá, a qualquer momento, suspender a fabricação e a venda de qualquer produto submetido às regras da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada, caso se torne suspeito de ter efeitos nocivos à saúde. Não podemos assegurar que as autoridades públicas não irão alterar as exigências para obter ou renovar licenças, alvarás ou registros de produtos de terceiros ou de produtos que fabricamos, ou atrasar a emissão de licenças, alvarás ou registros de produtos, ou requisitos para a certificação das boas práticas de fabricação. Qualquer mudança significativa em tais exigências ou nossa inabilidade para atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças, alvarás ou registros, ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, podem nos impedir de fabricar, vender e distribuir um determinado produto ou causar atrasos no lançamento de produtos ou aumentar nossos custos, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, a complexidade e amplitude da regulamentação aplicável da ANVISA poderá, também, dificultar a entrada de produtos durante cenários emergenciais, como a pandemia atual de COVID-19.

Mudanças nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor farmacêutico, especialmente no tocante à promoção e propaganda desses produtos, poderão nos afetar adversamente.

O mercado farmacêutico é altamente regulamentado. Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentações locais, estaduais e federais, incluindo as normas de operação e segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA. Mudanças nessas leis e regulamentações, bem como dificuldades em agendar reuniões para discussões técnicas ou outras interações com membros técnicos de tais órgãos, poderão afetar adversamente várias de nossas operações reguladas, especialmente as vendas e atividades de *marketing* dos produtos farmacêuticos, restringir nossas operações existentes, limitar a expansão de nossos negócios e regular áreas de nossos negócios não reguladas anteriormente, o que pode afetar significativamente nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Alterações na regulamentação relativa a propagandas, publicidade, informação e outras práticas de divulgação, promoção comercial, dispensação e comercialização de medicamentos, incluindo, especialmente, a norma referente a eventual proibição de comercialização de medicamentos de marca própria pelas farmácias e a revisão da norma de inovação incremental versus os requerimentos regulatórios para registro de um novo produto, poderão impactar de maneira relevante nossas atividades e resultados.

Parcela significativa dos medicamentos existentes no mercado, incluindo os nossos, está sujeita à regulamentação de controle de preços. Tal controle pode limitar nossas margens e nossa capacidade de repassar o aumento aos nossos clientes, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos à legislação federal que impõe controle de preços sobre parte dos produtos farmacêuticos que produzimos. Tal controle de preços limita o reajuste e correção dos preços de tais produtos a apenas uma vez por ano, de acordo com um teto que é definido com base no IPCA, um fator de produtividade, um fator de ajuste de preços relativos entre setores e um fator de preços intrasetor, todos calculados em percentuais ao ano. Esses controles de preços acarretam a redução das margens de lucro, no caso de não acompanharem os custos incorridos pela Companhia na produção de seus medicamentos.

Não podemos assegurar que conseguiremos manter nossa margem no futuro, bem como que o governo não alterará ou expandirá tal política de controle de preços, ou ainda, criará novos fatores ou forma de cálculo para estabelecer o teto máximo de preços, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Caso órgãos fiscalizadores competentes tenham interpretações/entendimentos divergentes dos nossos sobre a legislação tributária que nos é aplicável, e/ou caso os incentivos ou benefícios fiscais dos quais somos beneficiários venham a ser alterados, revogados ou não renovados, nossos resultados e nossa situação financeira poderão ser negativamente afetados.

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos e somos direta e indiretamente impactados por várias legislações fiscais, tributárias e previdenciárias, em diversas esferas (nacional, estadual e municipal) aplicáveis nos diversos países em que operamos.

Não podemos garantir que, em caso de eventual fiscalização, os órgãos fiscalizadores/competentes não terão interpretações/entendimentos divergentes dos nossos, mediante aplicação de autos de infração. Qualquer uma dessas ocorrências poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados, em decorrência da aplicação das medidas necessárias à defesa dos nossos interesses em âmbito administrativo e/ou judicial.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, podemos estar sujeitos a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. Não podemos garantir que os provisionamentos de nossos procedimentos e processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) podem nos afetar negativamente.

Ainda, na data deste Formulário de Referência, nós e nossas controladas usufruímos de benefícios e incentivos fiscais, que poderão ser revogados, contestados ou não renovados. Caso deixemos de cumprir as obrigações necessárias para usufruirmos de tais benefícios, eles poderão ser suspensos ou cancelados e poderemos ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em nossa lucratividade e liquidez.

Adicionalmente, já há algum tempo existem projetos no Congresso Brasileiro objetivando uma possível reforma tributária no Brasil. Alguns projetos têm incorporado no seu texto propostas para a extinção de incentivos fiscais estaduais, podendo ou não preservar os atualmente concedidos para as companhias até seu prazo final. Caso tais projetos venham a ser aprovados e transformados em lei, nossa geração de caixa também poderá sofrer um efeito adverso relevante. Além disso, não podemos assegurar que eventuais alterações tributárias a serem aprovadas no âmbito desta reforma não sejam desfavoráveis aos nossos negócios, que as propostas para a manutenção dos incentivos fiscais já concedidos até o final do prazo de concessão sejam incorporadas à legislação. As propostas e projetos em discussão podem ser alterados antes de serem transformadas em Lei podendo tornar-se desfavoráveis aos nossos negócios.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Operamos em mercados emergentes e qualquer piora na situação econômica desses países poderá prejudicar os nossos resultados.

Em 31 de dezembro de 2023, 19,9% da nossa venda líquida total decorreu das operações e atividades realizadas fora do Brasil, na sua maioria, América Latina, incluindo em países como Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Estados Unidos e Moçambique.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nos últimos anos, o Brasil, bem como os demais países da América Latina, tem vivenciado períodos de instabilidade econômica e política. Caso entidades particulares e governamentais busquem maneiras de reduzir ou controlar custos com a saúde, os níveis de estoque dos nossos clientes e compras por consumidores e preços podem ser afetados, o que pode causar um efeito adverso em nossos negócios, situação financeira e resultados.

Adicionalmente, operamos atualmente e pretendemos operar no futuro em regiões e países onde possuímos pouca experiência e podemos não ser capazes de comercializar nossos produtos ou desenvolver novos produtos com sucesso em tais mercados.

À medida que expandirmos nossos negócios para outros mercados, podemos ter dificuldade em nos adaptar a circunstâncias e condições desconhecidas. Também podemos enfrentar outros riscos de realizar negócios internacionalmente, incluindo: (i) dificuldades e custos associados ao cumprimento de uma variedade de leis, regulamentos e tratados complexos, nacionais e estrangeiros; (ii) mudanças nos requisitos legislativos ou regulatórios; (iii) controles de preço e câmbio; (iv) instabilidade política, incluindo nacionalização e expropriação; (v) restrições comerciais, incluindo atrasos associados a procedimentos de aduana, tarifas e requisitos de licenciamento de importação e exportação; (vi) impostos; e (vii) dificuldades na aplicação de direitos de propriedade intelectual.

Ainda, os governos, em muitos dos mercados onde operamos, muitas vezes interferem em suas economias e ocasionalmente fazem alterações significativas nas políticas monetárias, de crédito, do setor e outros regulamentos. As ações governamentais para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras medidas, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital e limites nas importações. Não podemos prever quais medidas ou políticas governamentais teremos de cumprir no futuro. Os nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas e/ou regulamentos governamentais nas jurisdições em que operamos, tais como:

- leis e políticas de saúde;
- leis trabalhistas;
- crescimento econômico;
- oscilações de câmbio;
- inflação;
- políticas de câmbio e controle de capital;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados de capitais e empréstimos internos;
- política monetária;
- liquidez e solvência do sistema financeiro;
- alterações nas negociações comerciais por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou outras organizações internacionais;
- leis e regulamentações ambientais;
- leis tributárias, incluindo royalties, incentivos fiscais e o efeito das leis tributárias na distribuição de lucros pelas nossas controladas;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- restrições na repatriação de investimentos e na transferência de recursos do exterior;
- expropriação ou nacionalização;
- restrições de importação/exportação ou outras leis e políticas que afetam o comércio exterior e investimentos;
- controles de preço ou regulamentos de fixação de preços; e/ou
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos, incluindo instabilidade política, social ou econômica no país ou que afetem o país onde cada um dos negócios da Companhia está sediado.

Não podemos assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde operamos ou pretendemos operar não gerarão aumentos nos custos de conformidade ou redução na demanda pelos nossos produtos, o que pode prejudicar nossos resultados e situação financeira.

A obtenção de aprovações governamentais necessárias consome tempo e não é garantida.

As aprovações regulatórias pleiteadas por nós, diretamente ou por meio de nossas controladas, em outros países estão sujeitas a diversos requisitos de segurança, qualidade e eficácia, em conformidade com as exigências técnicas, regulatórias e legais adaptadas à realidade de cada país, não sendo possível assegurar o êxito na obtenção dos registros sanitários e nas licenças de comercialização ou uma eventual aplicação de restrições a algumas indicações terapêuticas. Quaisquer destes fatores pode resultar em atrasos no processo de obtenção das licenças com consequente aumento de custos e/ou inviabilização da comercialização de um determinado produto, o que pode afetar adversamente o nosso resultado.

Não podemos garantir que as restrições à movimentação de capital, distribuições de dividendos e alterações nas leis tributárias nas jurisdições onde as nossas controladas estão constituídas ou operam não afetarão sua capacidade de remeterem dividendos para nós e, por fim, aos nossos acionistas.

Operamos em outros países da América Latina que não o Brasil, o que nos obriga a adequar nossos negócios à legislação e à regulação desses países. Eventual concorrência e medidas protecionistas adotadas por qualquer um desses países poderão gerar riscos de decréscimo no nosso faturamento direto ou por meio de nossas controladas. Os governos dessas jurisdições podem impor restrições sobre (i) conversões de moedas locais em moeda estrangeira; (ii) remessas a investidores estrangeiros de resultados de seus investimentos; e (iii) a distribuição de dividendos e outras distribuições a acionistas nessas jurisdições.

A imposição de quaisquer das restrições acima poderá prejudicar ou impedir retorno do investimento nas controladas por nós, o recebimento de dividendos e outras distribuições advindas de controladas, o que poderá afetar a nossa capacidade de distribuir quaisquer dividendos a nossos acionistas, impactando adversamente nossos negócios e nosso resultado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos enfrentar dificuldades na obtenção dos registros de patentes, marcas e concessões para o desenvolvimento de nossas atividades nos países estrangeiros em que atuamos.

Pela natureza do nosso negócio, dependemos de patentes, marcas e concessões para o desenvolvimento de nossas atividades. Nesse cenário, podemos vir a ter dificuldades na exportação, registro e obtenção das aprovações de dossiês nos países em que atuamos, devido a fatores como: (i) regulamentação internacional menos complexa que a brasileira, sobretudo na América Latina, o que faz com que as autoridades locais imponham maiores exigências e restrições para registro de marcas, patentes e concessões por empresas estrangeiras; (ii) não adaptação dos processos produtivos para atender o ambiente regulatório (Argentina, Chile, Uruguai, Peru Colômbia e Guatemala); e (iii) baixa previsibilidade sobre os prazos de aprovação dos dossiês submetidos às autoridades locais para desenvolvimento de um produto.

Adicionalmente, podemos vir a enfrentar dificuldades na expansão de nossos negócios para outros mercados estrangeiros como, por exemplo, Estados Unidos e Europa, devido à diferença da regulação aplicável e dos requisitos impostos para registro de dossiês. Nesse cenário, nosso projeto de negócios poderá ser negativamente impactado.

j. questões sociais

A diversidade, equidade e inclusão de empregados tornaram-se fatores críticos para as companhias. O mercado está exigindo indicadores de diversidade das companhias, sendo que os relacionamentos com clientes e operações com outras empresas estão sendo impactados por tais fatores. Não podemos garantir que seremos capazes de corresponder às expectativas crescentes referentes aos indicadores de diversidade. Caso não consigamos satisfazer tais requisitos, a demanda pelos nossos serviços e a nossa reputação podem ser impactados negativamente.

k. questões ambientais

Atuamos em segmentos de produtos cuja fabricação exige a utilização de substâncias potencialmente perigosas à saúde e/ou ao meio ambiente resulta na geração de resíduos sólidos e efluentes industrial. Acidentes ou a manipulação equivocada de insumos químicos ou sua disposição incorreta no ambiente podem alterar aspectos ambientais no ar, água e solo (não citaria a expressão de riscos mais severos uma vez que há controles estabelecidos e não foram classificados como riscos significativos junto a área de Integridade).

Atuamos no setor industrial farmacêutico, cuja produção exige manipulação de substâncias químicas diversas e atividades industriais que são controladas e monitoradas de acordo com exigências técnicas estabelecidas pelos órgãos ambientais licenciadores e outros requisitos ambientais estabelecidos por partes interessadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, nossos processos industriais possuem como impacto ambiental a emissão de poluentes atmosféricos, efluentes e geração de resíduos perigosos podendo acarretar riscos ambientais caso não sejam estabelecidos, mantidos/controlados e monitorados de forma permanente pela organização. Impactos ambientais adversos são classificados como benéficos ou adversos, sendo que para estes são adotados e mantidos planos de atendimento à emergência com o objetivo de mitigar impactos negativos ao meio ambiente.

A não observância das leis e regulamentos ambientais por nós ou por terceiros por nós contratados pode resultar em uma obrigação de reparar danos ambientais, na imposição de sanções de natureza penal e administrativa, bem como na obrigação de responder por prejuízos causados a terceiros, incluindo eventuais comunidades localizadas no entorno dessas áreas, o que resultará em aumento de despesas, investimentos inesperados e risco à nossa reputação.

Por fim, as nossas atividades podem causar impactos e danos ao meio ambiente, podendo haver responsabilização em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e/ou (iii) criminal. Na esfera da responsabilidade civil àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental, deve reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independente de dolo ou culpa. Além da condenação na esfera civil, podemos ser responsabilizados na esfera criminal, a qual pode implicar em penas pecuniárias e restritivas de direitos, e na esfera administrativa, com a imposição de multas e outras penalidades, como suspensão total ou parcial de atividades, advertência, cancelamento da licença ambiental e outros. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nosso fluxo de caixa, nossa imagem e nossos investimentos.

As leis e regulamentos ambientais podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Nossas atividades podem estar sujeitas a determinadas regulamentações relativas à proteção do meio ambiente. Eventual descumprimento desses regulamentos, bem como a ausência de licenças e autorizações, quando obrigatórias, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nos termos do Decreto Federal nº 6.514/2008, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade civil pela reparação de eventuais danos ambientais.

Considerando que a legislação ambiental e sua aplicação pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, podemos incorrer em despesas adicionais relevantes de *compliance* ambiental. Ademais, as demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças poderão afetar nossos resultados operacionais de forma negativa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais podem se tornar mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Para o cumprimento de novas regras ambientais, poderá ser necessário dispêndio não programado em investimentos para adequação a tais regras, o que, consequentemente, pode impactar negativamente os nossos resultados.

Podemos figurar como responsáveis solidários pelos danos ambientais causados por nossos fornecedores.

Na esfera civil e criminal, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente nossos resultados e atividades.

Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas atividades, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos sólidos, não exime a nossa responsabilidade pela reparação de eventuais danos ambientais causados pela contratada, de modo que poderemos ser incluídos no polo passivo de ações judiciais visando à reparação dos danos ambientais causado pelos terceiros por nós contratados e, eventualmente, ser condenada a adotar as medidas reparatórias definidas.

Caso sejamos responsabilizados por eventuais danos ambientais causados pelos nossos fornecedores ou prestadores de serviços, nossos resultados operacionais, financeiros e a nossa imagem poderão ser adversamente afetados.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Os riscos físicos resultantes das mudanças climáticas podem ser causados por eventos (agudos) ou mudanças de longo prazo (crônicas) no clima: (i) Os riscos físicos agudos incluem o aumento da gravidade de eventos climáticos extremos, como secas, furacões ou inundações. (ii) Os riscos físicos crônicos incluem mudanças nos padrões de precipitação e extrema variabilidade nos padrões climáticos, aumento das temperaturas médias, ondas de calor crônicas ou aumento do nível do mar.

Os riscos de transição referem-se a ações realizadas para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados a mudanças climáticas, e podem se enquadrar em várias categorias, como mercado, tecnologia e mudanças de mercado: (i) O risco de mercado pode se manifestar por meio de mudanças na oferta e demanda de certas commodities, produtos e serviços, uma vez que os riscos e oportunidades relacionados ao clima são cada vez mais levados em consideração. (ii) O risco tecnológico surge de melhorias ou inovações para apoiar a transição para um ambiente de baixo carbono, sistema econômico energeticamente eficiente que pode ter um impacto significativo nas empresas na medida em que novos a tecnologia desloca sistemas antigos e perturba algumas partes do sistema econômico

4.1 Descrição dos fatores de risco

existente. (iii) As ações de política geralmente se enquadram em duas categorias – aquelas que tentam restringir ações que contribuem para os efeitos adversos das mudanças climáticas e aqueles que buscam promover a adaptação às mudanças climáticas. O risco associado e o impacto financeiro das mudanças na política dependem da natureza e do momento da mudança das políticas.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso as operações. Eventuais novas cepas e/ou doenças que possam vir a surgir e as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios dependem de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

A OMS declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do COVID-19. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbações significativas em escala mundial. Em resposta a tal disseminação, a partir de março de 2020, autoridades em muitos países em todo o mundo implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como fechamentos temporários de um grande número de escritórios corporativos, lojas de varejo e instalações e fábricas, a restrição à circulação de bens e pessoas, assim como o isolamento social, e essas medidas estão atualmente em vigor e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores.

Futuras cepas e/ou novas doenças que podem afetar os países, assim como a COVID19, podem afetar a liquidez dos nossos clientes e fornecedores da Companhia no âmbito público e privado, impactando o nosso fluxo de caixa e, consequentemente, a nossa situação financeira.

Ainda, não podemos garantir ou ter instrumentos eficazes para impedir que o aumento dos custos e/ou escassez de produtos acabados, insumos farmacêuticos ativos, produtos semi-acabados, demais bens e serviços que subsidiam a cadeia produtiva e/ou de consumo não afetem o nosso resultado financeiro.

Eventual aplicação da medida de *lockdown* pode, ainda, impactar diretamente na interrupção das nossas atividades industriais e comerciais impactando nos nossos resultados financeiros. Essa restrição de deslocamento pode afetar também o recebimento de insumos e matérias-primas advindos de outros países, como por exemplo a China, que em 2022 readotou sua política de controle rigoroso, estabelecendo *lockdown* obrigatório para a população e mantendo o fechamento de suas fronteiras.

Embora a Organização Mundial de Saúde - OMS tenha decretado o fim da pandemia da COVID-19, os efeitos negativos continuarão a afetar, por um período indeterminado, as atividades e resultados

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeiros da Companhia. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os resultados financeiros da Companhia, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

Podemos vir a ser material e adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os nossos negócios, operações e condição financeira.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como "Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O resultado destas e outras investigações já impactaram negativamente a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Quaisquer consequências dessas investigações, incluindo potenciais procedimentos de *impeachment*, podem afetar material e adversamente o ambiente de negócios no Brasil e as nossas atividades, em razão de poderem causar uma recessão econômica no país e, como resultado, reduzir a demanda por nossos produtos e serviços.

Ademais, Luis Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em outubro de 2022, para o mandato de quatro anos, iniciado em 2023. As incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, principalmente considerando que a maioria eleita para o legislativo federal é de partido de oposição do presidente eleito, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como o clima político instaurado após as eleições, com manifestações massivas e/ou greves, podem contribuir para a

4.1 Descrição dos fatores de risco

instabilidade econômica do país. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira. Tais acontecimentos podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil, o que, conseqüentemente, pode impactar os negócios da Companhia.

Ademais, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, nos afetando adversamente.

O Brasil registra historicamente altas taxas de inflação, que têm o potencial de gerar efeitos negativos sobre a economia brasileira em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram, além do aumento da taxa SELIC estabelecida pelo Banco Central, a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, têm produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre nós.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, podemos não ser capazes de ajustar os preços que cobramos dos clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que

4.1 Descrição dos fatores de risco

aumentará os nossos custos de operação no Brasil e poderá reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Com o aumento, o Comitê de Política Monetária do Brasil (Comitê de Política Monetária) aumentou as taxas de juros oficiais para 13,75% (treze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) em dezembro de 2022, tendo atingido altas históricas. Quaisquer medidas futuras adotadas pelo governo brasileiro, incluindo reduções adicionais nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real brasileiro podem desencadear inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

O aumento nas taxas de juros afetará não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo da nossa dívida atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão nos afetar adversamente.

A deterioração das condições econômicas e políticas gerais pode impactar negativamente nossos negócios.

Os nossos negócios podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições econômicas e políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade dos mercados nos quais operamos e contribuir para perdas líquidas.

Desacelerações econômicas globais e a instabilidade relacionada no sistema financeiro internacional tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre o crescimento econômico no Brasil. Nesse sentido, considerando que o Brasil exporta uma gama diversificada de produtos a diversos países, um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de quaisquer dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a União Europeia, a China e os Estados Unidos, pode ter um impacto adverso e relevante sobre as exportações e a balança comercial do Brasil, prejudicando o crescimento econômico brasileiro.

Além disso, como a reação dos investidores internacionais a eventos que ocorrem em um mercado emergente algumas vezes produz um efeito de “contágio”, onde toda uma região ou classe de investimentos é desfavorecida por investidores internacionais, o Brasil pode ser afetado adversamente por desdobramentos econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desdobramentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, consequentemente, nos nossos resultados operacionais. Por exemplo, o mundo foi afetado pela pandemia da COVID-19, o que desencadeou desenvolvimentos econômicos globais negativos, cuja gravidade não conseguimos quantificar. Consequentemente, espera-se que o poder de compra da população brasileira diminua, assim como em diversos países afetados pela pandemia, o que pode reduzir o consumo e os investimentos e afetar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Incertezas quanto à implantação, pelo governo brasileiro, de mudanças significativas nas políticas públicas podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil e para o aumento da volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Consequentemente, o mercado financeiro brasileiro pode apresentar alta volatilidade no curto prazo, prejudicando a recuperação econômica no longo prazo. Assim, melhorias no mercado de trabalho e no aumento da renda podem sofrer limitações, o que pode prejudicar os nossos negócios e o nosso resultado financeiro.

Por exemplo, em 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido anunciou finalmente sua saída oficial da União Europeia e sua entrada em um período de transição ("*Brexit*"). O *Brexit* causou, e pode continuar causando, incerteza política e econômica, incluindo volatilidade significativa nos mercados de ações internacionais e nas taxas de câmbio.

Os efeitos do *Brexit* dependerão de diversos fatores, inclusive *hard Brexit* de quaisquer acordos comerciais que o Reino Unido faça para manter o acesso aos mercados da União Europeia. O *Brexit* pode causar incerteza jurídica e originar possíveis conflitos em leis e regulamentos nacionais até que o Reino Unido defina quais leis da União Europeia serão substituídas ou replicadas. Poderá haver aumento de custos resultantes da imposição de tarifas sobre o comércio entre o Reino Unido e a União Europeia, atrasos no envio de produtos pela necessidade de inspeção, procedimentos alfandegários e escassez temporária de alguns produtos. Além disso, o comércio e investimentos entre o Reino Unido, a União Europeia, o Brasil e outros países serão afetados pelo fato de que Reino Unido operava com base nos acordos fiscais da União Europeia e tal situação tende a se modificar: o Reino Unido terá que negociar seus próprios tratados fiscais e comerciais com os outros países, o que pode levar anos. O potencial impacto na nossa participação de mercado, vendas, rentabilidade e resultados operacionais não está claro. As condições econômicas no Reino Unido, na União Europeia e nos mercados globais podem ser negativamente afetadas pela redução do crescimento e volatilidade. A deterioração das condições econômicas no Brasil e no mundo e da estabilidade política no Brasil, em virtude dos impactos sofridos em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID-19 pode impactar negativamente os nossos negócios. Além disso, em 7 de novembro de 2020, Joseph Biden venceu as eleições presidenciais nos Estados Unidos e assumiu como Presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2021. O presidente dos Estados Unidos possui considerável influência sobre o cenário internacional, o que pode afetar material e adversamente a economia global e a estabilidade política. A Companhia não pode garantir que o governo de Biden adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal, bem como o investimento interno e externo. Ainda, a crescente incerteza econômica e as notícias de uma economia potencialmente recessiva nos Estados Unidos também podem criar incerteza na economia brasileira. Esses desenvolvimentos, bem como crises potenciais e instabilidade política naquele país, decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento ainda imprevisível, podem afetar adversamente os nossos negócios e os resultados de nossas operações.

Em março de 2021, a fim de permitir o pagamento do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal à população de baixa renda, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que alterou as regras orçamentárias do governo. A partir de 2022, os estados, cidades e municípios brasileiros que atingirem o limite de endividamento de 95% de sua renda terão que reduzir em 10% os incentivos fiscais e financeiros concedidos. Além disso, em dezembro de 2021, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional para mudar as regras de pagamento de crédito entre estados, cidades e municípios brasileiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Como em qualquer ano eleitoral, o cenário político no Brasil para 2024 pode trazer incertezas que poderão impactar negativamente os nossos negócios. A Companhia não pode garantir que o cenário eleitoral não causará dificuldades na recuperação econômica do país, acarretando volatilidade do mercado, redução no montante de investimentos, bem como incerteza sobre as políticas econômicas a serem implementadas por uma nova administração federal.

Por fim, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de *commodities* agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Os efeitos do conflito militar em curso resultaram em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros, bem como em um aumento nos preços de energia e commodities globalmente. Caso as tensões geopolíticas não diminuam ou se deterioreem ainda mais, sanções governamentais adicionais podem ser decretadas, impactando negativamente a economia global, seus sistemas bancários e monetários, mercados ou clientes dos produtos da Companhia.

Adicionalmente, cabe mencionar possíveis impactos ocasionados pelo atual conflito existente na invasão de Israel na faixa de Gaza, onde pode-se também trazer uma alta do preço do petróleo, tendo em vista que a região do Oriente Médio é uma grande exportadora da commodity, um aumento do preço do petróleo deveria afetar diretamente os valores de combustíveis no Brasil, bem como, uma possível disparada do dólar pode impactar a inflação, sobretudo dos produtos importados, assim como neste cenário, o efeito macroeconômico poderá afetar uma queda de juros menor do que o esperado.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política e econômica ao redor do mundo, daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente.

Reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco poderão afetar negativamente o valor de mercado da companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores. O Brasil perdeu a classificação de Grau de Investimento da sua dívida soberana de longo prazo nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

Em junho de 2023, a Standard & Poor's alterou a perspectiva de estável para positiva e em dezembro de 2023, a agência de classificação de riscos elevou o rating de crédito soberano do Brasil de "BB-" para "BB". Em julho do mesmo ano, a agência de classificação de riscos Fitch elevou o rating soberano do Brasil para "BB", ante "BB-". A perspectiva, por sua vez, foi mantida em estável. Foi a primeira movimentação positiva realizada pela agência sobre os ratings do Brasil desde 2018, quando houve o rebaixamento para "BB-".

Em abril de 2024, a Moody's elevou a perspectiva do rating Ba2 do Brasil de estável para positiva. Dessa forma, para as três principais agências de classificação de risco, o Brasil está dois níveis abaixo do grau de investimento.

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia, afetando adversamente seus resultados e operações.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

A seguir apresentamos informações sobre os riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas:

- i. Risco de crédito;
- ii. Risco de liquidez;
- iii. Risco de taxa de juros;
- iv. Risco cambial; e
- v. Risco de preço das matérias-primas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Risco de crédito

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	1.297.420	152.850	1.660.644	542.437
Contas a receber de clientes	1.299.069	1.073.899	2.021.337	1.449.517
Outras contas a receber	2.706	15.397	30.025	43.263
Títulos e valores mobiliários	11.462	-	40.124	29.572
Total	2.610.657	1.242.146	3.752.130	2.064.789

(a) Contas a receber de clientes

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mercado interno	1.199.573	997.396	2.002.652	1.423.756
Mercado externo	3.084	1.885	41.323	37.849
Partes relacionadas mercado interno	22 52.920	36.725	6.847	399
Partes relacionadas mercado externo	22 59.412	42.194	-	-
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(15.920)	(4.301)	(29.485)	(12.487)
Total	1.299.069	1.073.899	2.021.337	1.449.517
Ativo circulante	1.293.641	1.073.899	2.015.909	1.448.136
Ativo não circulante	5.428	-	5.428	1.381

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima, líquida das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber, conforme demonstrado no quadro de composição por vencimento dos valores vencidos e a vencer do contas a receber:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	1.281.637	1.064.149	1.868.232	1.399.950
Vencidos até 30 dias	12.933	6.983	98.950	33.358
Vencidos de 31 a 60 dias	6.176	2.188	35.276	10.097
Vencidos de 61 a 90 dias	2.726	1.847	10.350	4.982
Vencidos de 91 a 180 dias (i)	4.163	1.290	17.333	4.183
Vencidos de 181 a 360 dias (i)	1.121	414	6.070	2.550
Vencidos há mais de 361 dias (i)	6.233	1.329	14.611	6.884
Total	1.314.989	1.078.200	2.050.822	1.462.004

Não há na controladora títulos vencidos acima de 90 dias com partes relacionadas no Grupo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 45 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber

Movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber:

Provisão constituída de acordo com a política, que no decorrer do período foram revertidas à medida em que os títulos foram regularizados pelos clientes.

Composição por vencimento dos valores vencidos incluídos nas perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	(622)	(1.313)	(3.806)	(1.313)
Vencidos até 30 dias	(2)	-	(197)	-
Vencidos de 31 a 60 dias	(2.044)	-	(2.138)	-
Vencidos de 61 a 90 dias	(1.736)	-	(1.864)	-
Vencidos de 91 a 180 dias	(4.163)	(1.290)	(4.642)	(4.183)
Vencidos de 181 a 360 dias	(1.121)	(369)	(2.227)	(1.489)
Acima de 361 dias	(6.232)	(1.329)	(14.611)	(5.502)
Total	(15.920)	(4.301)	(29.485)	(12.487)

Risco de liquidez

Risco de o Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, de forma a garantir a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Controladora 2023					Acima de 5 anos
	Saldo contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	551.194	551.194	551.194	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (i)	8.038.184	9.329.660	1.504.174	1.262.552	5.492.625	1.070.309
Instrumentos financeiros	139.146	129.057	99.630	69.738	1.490	(41.801)
Arrendamentos a pagar	1.247	1.285	1.285	-	-	-
Arrendamentos por direito de uso	510.562	644.265	130.456	118.837	207.457	187.515
Outras contas a pagar	77.896	77.896	77.896	-	-	-
Total	9.318.229	10.733.357	2.364.635	1.451.127	5.701.572	1.216.023

(i) Esses valores estão sendo apresentados em conformidade com o fluxo financeiro contratual dos mesmos, não considerando os valores que foram momentaneamente reclassificados para o curto prazo em razão do não atendimento de limite estabelecido para o índice financeiro endividamento líquido dividido pelo EBITDA em 31 de dezembro de 2023, detalhados nas notas 19 e 20.

	Consolidado 2023					Acima de 5 anos
	Saldo contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	812.810	812.856	812.856	-	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)	8.038.184	9.329.660	1.504.174	1.262.552	5.492.625	1.070.309
Instrumentos financeiros	139.146	129.057	99.630	69.738	1.490	(41.801)
Arrendamentos a pagar	1.247	1.285	1.285	-	-	-
Arrendamento por direito de uso	680.691	837.778	177.657	152.851	256.668	250.602
Outras contas a pagar	323.068	323.068	323.068	-	-	-
Total	9.995.146	11.433.704	2.918.670	1.485.141	5.750.783	1.279.110

(i) Esses valores estão sendo apresentados em conformidade com o fluxo financeiro contratual dos mesmos, não considerando os valores que foram momentaneamente reclassificados para o curto prazo em razão do não atendimento de limite estabelecido para o índice financeiro endividamento líquido dividido pelo EBITDA em 31 de dezembro de 2023, detalhados nas notas 19 e 20.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Controladora 2022						
	Saldo contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	530.694	530.694	530.694	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	3.697.841	5.382.042	914.284	1.327.229	2.821.532	318.997
Arrendamentos a pagar	6.792	7.288	6.002	1.286	-	-
Arrendamentos por direito de uso	437.500	558.378	101.653	78.353	164.307	214.065
Outras contas a pagar	57.559	57.559	57.559	-	-	-
Total	4.730.386	6.535.961	1.610.192	1.406.868	2.985.839	533.062

Consolidado 2022						
	Saldo contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	765.379	765.379	765.379	-	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.697.841	5.382.042	914.284	1.327.229	2.821.532	318.997
Arrendamentos a pagar	12.743	13.255	11.927	1.328	-	-
Arrendamento por direito de uso	612.479	746.233	146.892	114.566	202.764	282.011
Outras contas a pagar	184.119	184.119	184.119	-	-	-
Total	5.272.561	7.091.028	2.022.601	1.443.123	3.024.296	601.008

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros não derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

O Grupo tem empréstimos bancários e debêntures com cláusula contratual restritiva (covenant). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima.

Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentariam as despesas financeiras relativas a passivos captados no mercado.

Os valores em exposição de taxas de juros do Grupo são indexados a taxas pré e/ou pós fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por TJLP, CDI, LIBOR e IPCA, que compreendem os saldos de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento a pagar.

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Instrumento com taxa de juros pré-fixada				
Ativos financeiros:				
Caixa e bancos	1.037	737	164.510	107.954
Passivos financeiros:				
Arrendamento mercantil financeiro	(1.247)	(6.792)	(1.247)	(12.742)
Arrendamento por direito de uso	(510.562)	(437.500)	(680.691)	(612.479)
Capital de giro em USD	(1.343.999)	-	(1.343.999)	-
FINIMP	(953)	-	(953)	-
EXIM em USD BNDES	(145.455)	-	(145.455)	-
Instrumento com taxa de juros pós-fixada				
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras - CDI	1.296.383	152.113	1.496.134	434.483
Passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos - CDI	(6.390.983)	(3.493.916)	(6.390.983)	(3.493.916)
Empréstimos e financiamentos - TJLP	(23.589)	(52.833)	(23.589)	(52.833)
Empréstimos e financiamentos - Libor	-	(7.335)	-	(7.335)
Empréstimos e financiamentos - IPCA	(125.494)	(143.757)	(125.494)	(143.757)
Empréstimos e financiamentos - TR	(7.710)	-	(7.710)	-
Instrumentos financeiros - CDI	(139.146)	-	(139.146)	-
Exposição líquida	(7.391.718)	(3.989.283)	(7.198.623)	(3.780.625)

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa de juros pré-fixada

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final da data base não impactaria o resultado do Grupo.

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa de juros pós-fixada.

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros pós-fixadas, na data do balanço, teria aumentado (reduziu) do resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado	Resultado do exercício	
	100 pb aumento	100 pb diminuição
31 de dezembro de 2023		
Ativo financeiro		
Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do CDI)	920	(924)
Passivo financeiro		
Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do CDI)	(63.976)	66.086
Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do IPCA)	678	6.866
Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do TR)	(983)	54
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(63.361)	72.082
31 de dezembro de 2022		
Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do CDI)	(12.778)	12.814
Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do IPCA)	(2.345)	7.217
Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do Libor)	(8)	12
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(15.131)	20.043

Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia.

O resultado da Companhia é suscetível a sofrer variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os saldos a pagar: (i) fornecedores estrangeiros de insumos (denominados principalmente em dólares americanos) e (ii) de empréstimos e financiamentos bancários denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Controladora							
	2023				2022			
	USD	Euro	GBP	Valor em Reais	USD	Euro	Franco Suíço	Valor em Reais
Contas a receber de clientes	637	-	-	3.084	361	-	-	1.885
Fornecedores	(38.296)	(16.369)	(2)	(228.127)	(38.690)	(3.781)	-	(223.572)
Empréstimos e financiamentos	(309.249)	-	-	(1.497.167)	(1.406)	-	-	(7.335)
Instrumentos financeiros	-	-	-	(139.145)	-	-	-	-
Exposição líquida	(346.908)	(16.369)	(2)	(1.861.355)	(39.735)	(3.781)	-	(229.022)

A Companhia está exposta a variação cambial das dívidas contratadas em moedas estrangeiras conforme quadro acima. Para as dívidas mais expressivas em moeda estrangeira a companhia realiza a contratação de Swap. O valor nominal do Swap é de U\$ 304.469 e R\$ 1.557.000.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado															
2023	USD	Euro	Libra Esterlina	Peso Argentino	Peso Chileno	Peso Colombiano	Peso Uruguiano	Quetzal	Colón Costa Rica	Nova Sol	Peso Boliviano	Guarani	Peso Mexicano	Real	Real
Contas a receber de clientes	44.391	-	-	2.383.865	31.388.697	222.638.518	108.134	28.330	990.042	34.779	6.908	4.678.587	170.318	2.493	3.084
Fornecedores	(79.640)	(18.403)	(2)	(374.894)	(2.407.329)	(34.006.042)	(15.916)	(18.412)	(73.545)	(24.700)	(450)	(81.961)	(45.987)	(1.335)	(213.828)
Exercícios e financiamentos	(308.249)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.407.267)
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(339.346)
Exposição Líquida	(144.498)	(18.403)	(2)	2.008.969	8.771.368	188.632.476	122.184	12.378	836.497	30.079	6.458	4.596.626	124.332	1.158	(1.889.515)

Consolidado															
2022	USD	Euro	Franc Suíço	Peso Argentino	Peso Chileno	Peso Colombiano	Peso Uruguiano	Quetzal	Colón Costa Rica	Nova Sol	Peso Boliviano	Guarani	Peso Mexicano	Real	Real
Contas a receber de clientes	10.877	-	-	719.181	8.210.759	38.109.819	137.841	27.460	608.889	25.687	1.876	3.382.410	224.171	-	2.885
Fornecedores	(19.268)	(1.871)	-	(74.341)	(8.269.348)	(32.148.206)	(27.467)	(13.483)	(500.836)	(1.526)	(329)	(384.712)	(47.341)	(173)	(256.487)
Exercícios e financiamentos	(1.456)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.335)
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Líquida	(10.390)	(1.871)	-	644.840	2.941.410	18.961.613	190.374	13.977	108.053	24.161	1.547	2.997.698	176.830	(173)	(261.637)

Contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. De acordo com as características do hedge, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (hedge accounting), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de fluxo de caixa. Para as operações de Swap de dívida em moeda estrangeira que são designadas para hedge accounting, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de hedge; A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração.

Em dezembro de 2023, como parte da avaliação prospectiva de efetividade, a administração efetuou análise da relação econômica de suas estruturas de hedge accounting, e não identificou impactos relevantes nas relações de hedge, nem tampouco inefetividade relacionada. A avaliação da efetividade das relações de hedge com o reconhecimento no resultado do exercício da parcela inefetiva decorrente da alteração da taxa de referência está em monitoramento constante pela administração para que seja realizado o registro quando a incerteza não estiver mais presente (isto é, quando concluída a substituição contratual da taxa) ou quando a relação de proteção for descontinuada).

Derivativos

No ano de 2023 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos de Swap Cambial.

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos. Elas não são utilizadas

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas.

Em 31 de dezembro de 2023, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 114.539 (Em 31 de dezembro de 2022 – R\$ 8.328).

Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 139.146.

Em 31 de dezembro de 2023, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

				Posição em	31/12/2023
Banco	Modalidade	Ponta	Tipo	Referência (accrual)	Valor justo a receber (a pagar)
Santander	4131	Ativa	Dólares	666.595	693.354
		Passiva	CDI +	(736.690)	(772.899)
			Total	(70.095)	(79.545)
JP Morgan	4131	Ativa	Dólares	392.008	403.128
		Passiva	CDI +	(417.799)	(440.068)
			Total	(25.791)	(36.940)
Citibank	4131	Ativa	Dólares	291.861	300.206
		Passiva	CDI +	(303.672)	(315.858)
			Total	(11.811)	(15.652)
Itau	Exim	Ativa	Dólares	145.409	150.826
		Passiva	CDI +	(152.251)	(157.835)
			Total	(6.842)	(7.009)
			Total	(114.539)	(139.146)

Risco de preço das matérias-primas

Este risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia comercializa ou no preço das matérias-primas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Não há como assegurar que alterações nos preços nacionais ou internacionais de suas principais matérias-primas e insumos não terão impacto no custo dos produtos vendidos.

Análise de sensibilidade

Taxas de Câmbio

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas de estresse conforme cenários apresentados (desvalorização de 11,10% e de 18,46%; e valorização de 11,10% e 18,46%).

As tabelas a seguir demonstram os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários:

	Controladora			
	Resultado do exercício			
	Desvalorização (11,10%)	Desvalorização (18,46%)	Valorização 11,10%	Valorização 18,46%
Dólar	14.649	24.362	(14.649)	(24.362)
Euro	9.723	16.171	(9.723)	(16.171)
Libra Esterlina	1	2	(1)	(2)
Exposição líquida	24.373	40.535	(24.373)	(40.535)

	Consolidado 2023			
	Resultado do exercício			
	Desvalorização (11,10%)	Desvalorização (18,46%)	Valorização 11,10%	Valorização 18,46%
Dólar	13.354	22.208	(13.354)	(22.208)
Euro	9.745	16.207	(9.745)	(16.207)
Libra Esterlina	1	2	(1)	(2)
Peso Argentino	(1.336)	(2.221)	1.336	2.221
Peso Chileno	(5.355)	(8.906)	5.355	8.906
Peso Colombiano	(23.398)	(38.912)	23.398	38.912
Peso Uruguaio	(2.096)	(3.486)	2.096	3.486
Quetzal	(766)	(1.274)	766	1.274
Colón Costa Rica	(865)	(1.439)	865	1.439
Novo Sol	(4.389)	(7.300)	4.389	7.300
Peso Boliviano	(506)	(841)	506	841
Guarani	(341)	(568)	341	568
Peso Mexicano	(10.250)	(17.047)	10.250	17.047
Bolívar Venezuelano	20	33	(20)	(33)
Metical	(15)	(26)	15	26
Exposição líquida	(26.197)	(43.570)	26.197	43.570

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Controladora 2022				
Resultado do exercício				
	Desvalorização (8,53%)	Desvalorização (12,12%)	Valorização 8,53%	Valorização 12,12%
Dólar	17.685	25.128	(17.685)	(25.128)
Euro	1.796	2.552	(1.796)	(2.552)
Exposição líquida	19.481	27.680	(19.481)	(27.680)

Consolidado 2022				
Resultado do exercício				
	Desvalorização (8,53%)	Desvalorização (12,12%)	Valorização 8,53%	Valorização 12,12%
Dólar	22.341	31.744	(22.341)	(31.744)
Euro	1.841	2.616	(1.841)	(2.616)
Peso Argentino	(1.677)	(2.382)	1.677	2.382
Peso Chileno	(1.536)	(2.182)	1.536	2.182
Peso Colombiano	(1.688)	(2.399)	1.688	2.399
Peso Uruguiaio	(1.675)	(2.380)	1.675	2.380
Quetzal	(793)	(1.127)	793	1.127
Colón Costa Rica	(118)	(168)	118	168
Novo Sol	(2.725)	(3.872)	2.725	3.872
Peso Boliviano	(490)	(696)	490	696
Guarani	(180)	(256)	180	256
Peso Mexicano	(4.018)	(5.709)	4.018	5.709
Metical	4	6	(4)	(6)
Exposição líquida	9.286	13.195	(9.286)	(13.195)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal-tributária, trabalhista e regulatória, com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Em linha com o informado acima, a composição das provisões por natureza que a Administração mantém para contingências em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas é demonstrada a seguir para a data-base 31 de dezembro de 2023:

		Controladora		
		2023		
(em R\$ mil)		Montante Provisionado	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida
Tributárias		11.103	(8.230)	2.873
Trabalhistas		42.053	-	42.053
Cíveis	e	12.987	-	12.987
administrativas				
TOTAL		66.143	(8.230)	57.913
		Consolidado		
		2023		
(em R\$ mil)		Montante Provisionado	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida
Tributárias		14.374	(8.230)	6.144
Trabalhistas		75.685	-	75.685
Cíveis	e	21.258	-	21.258
administrativas				
TOTAL		111.317	(8.230)	103.087

Ainda, o Grupo está sendo reclamado em determinadas demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

(em R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	2023	2023
Trabalhistas	220.165	300.482
Cíveis	24.851	24.851
Tributárias	349.231	368.284
TOTAL	594.247	693.617

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Para os fins deste item, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que **(i)** possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou **(ii)** individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2023 segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversos processos de natureza cível, os quais versam, em geral, sobre as seguintes matérias: (i) indenizações em razão de utilização de produtos; (ii) sustação de protestos e nulidade de títulos, cobrança; (iii) execução de títulos; (iv) ações ligadas à propriedade intelectual (uso de marcas e de domínios na internet), sendo que algumas delas versam sobre campanhas de *recall*, objetivando a imediata e eficaz retirada do mercado de determinados lotes de um produto da Companhia que apresente comprovação ou indícios suficientes de risco à saúde e segurança da população por meio da efetiva comunicação aos seus consumidores; (v) desacordos comerciais com fornecedores e (vi) ações envolvendo empregados da Companhia em acidentes de trânsito.

A seguir, apresentamos atualização do processo de natureza cível considerado relevante para a Companhia:

Processo nº 0037912-94.2019.8.25.0001	
a. Juízo	18ª Vara Cível de Aracaju – Sergipe
b. Instância	Justiça Estadual de Teresina - Sergipe
c. Data de instauração	24/07/2019
d. Partes no processo	Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Sergipe Polo Passivo: Companhia e Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. ("Aché")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.506.554,51 (sete milhões, quinhentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos)
f. Principais fatos g. Resumo das decisões h. Estágio do processo.	Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Estado de Sergipe e Ministério Público Estadual, com o objetivo de regularizar o fornecimento dos medicamentos Glicolive, produzido pela Aché e o medicamento Ártico, produzido pela Eurofarma, sob a alegação de que referidos laboratórios deixaram de ingressar em certame licitatório da Secretaria de Estado da Saúde, bem como não teriam atendido à tentativa de aquisição por dispensa de licitação, prejudicando a disponibilidade dos medicamentos, gerando desassistência dos usuários do SUS. Em 25 de julho de 2019 foi proferida decisão em sede de pedido de liminar feito pelo Estado de Sergipe e Ministério Público do Estado de Sergipe determinando ambos os laboratórios no prazo de 5 dias a: (i)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0037912-94.2019.8.25.0001	
	fornecer os medicamentos de sua produção em quantitativo suficiente a atender as necessidades do Estado de Sergipe por 6 (seis) meses observando-se o preço máximo de venda ao governo - PMVG, sem prejuízo de unidades adicionais no futuro; (ii) indicar à Secretaria Estadual de Saúde contatos institucionais atualizados para recebimento de certames para atendimento com maior rapidez. Fixada multa pecuniária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) diários, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em caso de descumprimento dos itens da decisão. A sentença de mérito proferida em 01/03/2021 confirmou a decisão proferida em pedido de liminar, sendo a Companhia e a Aché condenadas a ingressarem, diretamente ou através de distribuidores, em processos licitatórios para fornecer medicamentos para todo o Estado de Sergipe no prazo estabelecido. Em 23 de agosto de 2021, a Companhia apresentou recurso de apelação, o qual foi acolhido para julgar improcedente a Ação Civil Pública, com acolhimento integral das teses da Companhia. Em 06/09/23, foi interposto recurso Extraordinário pelo Ministério Público ao qual foi negado seguimento em 16/11/23. Em 29/02/2024, houve o trânsito em julgado da ação certificado pelo Supremo Tribunal Federal. Aguarda-se arquivamento dos autos.
i. Chance de perda	Remota
j. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado no valor de R\$ 7.506.554,51 (sete milhões, quinhentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) em 31/12/2022, conforme descrito acima. Ainda, se mantida a obrigação da Companhia de participar de todos os certames licitatórios do Estado, a ausência de participação poderá gerar multa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por descumprimento de participação, acrescida de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) enquanto perdurar a ausência de participação.

Administrativos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversos processos administrativos em trâmite perante a ANVISA, os quais versam, em geral, sobre: (i) importação de produtos; (ii) qualidade do produto com eventual recolhimento voluntário; (iii) questões regulatórias; e (iv) ações de publicidade dos medicamentos. Não obstante, na referida data, a Companhia não possuía processos administrativos relevantes.

Contingências Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas eram parte em alguns processos judiciais e processos administrativos de natureza fiscal-tributária, os quais versam, em geral, sobre as seguintes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

matérias: (i) glosa de créditos de PIS, COFINS e ICMS, (ii) recolhimento a menor de IRPJ, CSLL, ICMS, PIS e COFINS. A seguir, apresentamos o processo de natureza fiscal-tributária considerado relevante para a Companhia:

Processo nº 16327.720170/2021-02	
a. Juízo	6ª Turma da DRJ07
b. Instância	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
c. Data de instauração	10/03/2021
d. Partes no processo	Polo Ativo: Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Eurofarma Laboratórios S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor total atualizado corresponde a R\$ 111.124.637,40 (cento e onze milhões, cento e vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta centavos).
f. Principais fatos g. Resumo das decisões h. Estágio do processo.	Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 10/03/2021, no qual o Fisco Federal entendeu que a Companhia deduziu da base de IRPJ e da CSLL no período de 2016, as despesas a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) calculados com base em períodos anteriores ao respectivo ano (Período de 2013 a 2015) - comumente conhecido como "JCP retroativo". O entendimento do Fisco é que deveria ser observado o período de competência para as respectivas deduções de JCP. Foi apresentada impugnação pela Companhia ressaltando, entre outros fundamentos, que não existe limite temporal para pagamento de JCP, e que a lei vinculou a dedutibilidade ao momento em que são pagos ou creditados, não ocorrendo ofensa ao regime de competência. Entretanto, a impugnação foi julgada improcedente em 25/08/2021. Em 20/09/2021, a Companhia apresentou Recurso Voluntário o qual aguarda decisão. Em 19.09.2023 o CARF julgou pela procedência do Recurso Voluntário da Companhia. Em 02.12.2023 a PGFN interpôs Recurso Especial, que aguarda despacho de admissibilidade. Em 13.03.2024 a empresa foi intimada do despacho de admissibilidade do recurso especial da PGFN, e do prazo para a apresentação de contrarrazões. Em 25.03.2024 a empresa protocolou as contrarrazões ao Recurso Especial da PGFN.
i. Chance de perda	Possível
j. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R\$ 111.124.637,40 (cento e onze milhões, cento e vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta centavos).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversas reclamações trabalhistas que versam, em geral, sobre as seguintes matérias: (i) horas extras; (ii) aplicação de direitos trabalhistas previstos em instrumentos coletivos dos locais de trabalho dos empregados da força de vendas; (iii) diferenças de pagamento de remuneração variável (premiações) e reflexos nas demais verbas trabalhistas; (iv) adicional de insalubridade; (v) indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho; e (vi) ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária.

Não obstante, na referida data, a Companhia não possuía processos trabalhistas relevantes.

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes.

Processos Trabalhistas Rio Grande do Sul (Reclamações Trabalhistas)	
Valores envolvidos	Em 31 de dezembro de 2023, o valor envolvido nestas reclamações totalizava R\$ R\$ 91.914.734,01 (noventa e um milhões, novecentos e quatorze mil, setecentos e trinta e quatro reais e um centavo) dos quais R\$ R\$ 12.767.064,78 (doze milhões, setecentos e sessenta e sete mil, sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos) correspondia ao valor total provisionado. A Companhia entende que eventuais perdas em tais processos causariam apenas impactos financeiros nos montantes descritos acima, não causando qualquer impacto relevante ao desenvolvimento das atividades e/ou resultados operacionais da Companhia.
Prática causou contingência que tal	A Companhia é parte passiva em 99 ações propostas no estado do Rio Grande do Sul, em sua maioria, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e que, em conjunto, são considerados relevantes. Estes processos judiciais foram, em sua maioria, ajuizados por colaboradores que integraram a área comercial da Companhia e possuem como objeto comum o pagamento de (i) horas extras e reflexos; (ii) diferenças de premiações e outras verbas; e (iii) aplicação de direitos trabalhistas previstos no instrumento coletivo do estado.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

O valor total provisionado Consolidado para os processos de natureza trabalhista, cíveis e administrativos descritos no item 4.4 acima, relacionado às referidas demandas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 96.943.000,00 (noventa e seis milhões, novecentos e quarenta e três mil reais).

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todas as contingências julgadas relevantes foram apresentadas e descritas nos itens acima, conforme aplicável.

Adicionalmente, encontram-se abaixo informações sobre um Termo de Ajustamento de Conduta ativo e duas Ações Cíveis Públicas relevantes dos quais a Companhia, ou suas controladas, são partes:

1. Em maio de 2016 foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0001559-84.2016.5.22.0004, a partir de Inquérito Civil de nº 673.2015.5.22.000/3, pela Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região para determinar que a Companhia se abstenha de submeter seus trabalhadores à teste de alguns produtos de formas líquidas em todo o território nacional requerendo a condenação da empresa ao pagamento de dano moral coletivo. A alegação recebida é de que em algumas reuniões de ciclo havia uma sugestão de que fossem ingeridas pequenas doses de medicamentos em forma líquida (como alguns antibióticos ou xaropes) para que o time conhecesse o sabor e pudesse conversar sobre isso com os médicos. Em março de 2018 foi proferida sentença de mérito que julgou os pedidos improcedentes. Em setembro de 2018, foi proferido acórdão que reformou a sentença e condenou a empresa ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos no valor histórico de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), bem como ao cumprimento de obrigação de abster-se de submeter os trabalhadores a degustação de qualquer espécie de medicamento. Em 09.11.2021, a Eurofarma comprovou o pagamento integral da execução no valor de R\$ 1.256.932,94 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos). Em 11.11.2021, foi proferido despacho dando ciência ao MPT do pagamento realizado pela Eurofarma. Foi expedido alvará de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) a favor Ação Social Arquidiocesana – ASA. O MPT peticionou em julho/2022 informando que está buscando propostas que tenham vinculação direta com a matéria do trabalho e possam atuar de forma efetiva no processo de melhoria social e profissional dos trabalhadores para destinar o restante do valor pago da execução, R\$ 366.954,24 (trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos). Em março/2023, foi proferido despacho determinando a transferência no valor de R\$ 60.021,03 à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BURITI DOS LOPES, bem como determinando que o MPT informe outra entidade a ser beneficiada por nova transferência do valor da multa existente nos autos. Em 07/08/23, o MPT peticionou requerendo a transferência dos valores remanescentes de R\$ 400.470,49 (quatrocentos mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos) a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BURITI DOS LOPES. Em 25/09/23 a companhia peticionou requerendo a transferência do saldo dos depósitos recursais de RO, RR, AIRR e REXT, 27/09/23, foi expedido alvará judicial em benefício a companhia, para que a caixa transferisse os valores de forma a zerar a conta, foi levantado o valor total de R\$ 24.050,47 (vinte e quatro mil, cinquenta reais e quarenta e sete centavos). Em 17/11/23 o processo transitou em julgado e foi arquivado definitivamente.

4.7 Outras contingências relevantes

2. Em junho de 2016 foi ajuizada Ação Civil Pública nº 0001364-02.2016.5.22.0004, a partir de Inquérito Civil de nº 000669.2015.22.000/4, pela Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região para determinar que a Companhia se abstenha de dispensar empregados diretores de cooperativa requerendo a sua condenação ao pagamento de dano moral coletivo. Em maio de 2019 foi proferida sentença de mérito que determinou que a Companhia se abstenha de dispensar empregados diretores de cooperativas e detentores da garantia provisória de emprego e condenou a Companhia ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos no valor histórico de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dispensa irregular, sendo a sentença mantida pelo acórdão proferido em agosto de 2020. A Companhia interpôs em 15 de setembro de 2020, recurso de revista contra o acórdão proferido o qual está pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho. Desde 20 de fevereiro de 2022, o recurso encontra-se concluso para julgamento pela 4ª turma do TST.
3. Em 09 de março de 2021 foi firmado termo de ajustamento de conduta ("TAC" ou "Termo de Ajustamento de Conduta"), a partir do Inquérito Civil nº 004746.2020.02.000/9) entre a Companhia e a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, visando estabelecer as diretrizes para cumprimento da cota legal de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS. Por meio do TAC firmado, a Companhia deverá:
 - (i) Comprovar 12 contratações de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS trimestrais, no mínimo, até fevereiro de 2023, sendo prazo prorrogado para setembro de 2024;
 - (ii) Realizar a dispensa de empregados nessas condições somente após a contratação de substituto;
 - (iii) Manter comissão integrada por membros das áreas médica e de recursos humanos, a qual ficará responsável pela administração dos empregados nessas condições;
 - (iv) Comprovar, a cada seis meses a contar da assinatura do TAC, (a) relação dos empregados com deficiência/reabilitados, outrora contabilizados, que foram desligados no período; (b) relação dos empregados com deficiência/reabilitados pelo INSS, relativamente à matriz e a todas as filiais, com vínculo ativo, com destaque para os contratados no período; (c) atas de reunião da comissão multidisciplinar ou documentos equivalentes que demonstrem o desenvolvimento contínuo dos trabalhos por todas as especialidades que a compõe, durante o semestre em análise; e
 - (v) Apresentar laudo técnico de conformidade das instalações de todos os estabelecimentos (matriz e filiais), com detalhamento dos serviços executados; atestando o atendimento integral da legislação a respeito.

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do TAC ensejará a aplicação de multa, nos seguintes moldes: (i) multa de R\$3.000,00 (três mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitada do INSS não contratada; (ii) multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitado prejudicado; (iii) multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitada do INSS demitida sem a respectiva substituição prévia; (iv) multa

4.7 Outras contingências relevantes

diária de R\$ 100,00 (cem reais) por dia por ausência de manutenção de comissão multidisciplinar; (v) multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por ausência da comprovação semestral do cumprimento do termo; (vi) multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) por dia por ausência de cumprimento de disponibilização do laudo técnico de conformidade das instalações.

A Companhia vem cumprindo com a obrigação da contratação de, no mínimo, 12 pessoas de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS ("PCD") trimestrais, que é o objeto principal do TAC firmado. Nesse sentido, a Companhia já demonstrou ao Ministério Público do Trabalho ("MPT") cumprimento da cota superior ao previsto para cumprimento dos prazos trimestrais estipulada no TAC, sendo que até 01.02.2023, comprovou a contratação de 247 PCDs, restando 52 contratações pendentes em razão de aumento de quadro, contratações estas que poderão ser realizadas até setembro de 2024, prazo concedido pelo MPT após requisição da Companhia. Não obstante, há algumas obrigações administrativas contidas no TAC cujo cumprimento pela Companhia ainda não se deu de forma integral em razão de óbices internas ou externas, sendo elas: (i) demissão após contratação de substituto – em razão de questões sistêmicas do cronograma de admissões/demissões da Companhia, não é possível realizar admissões em vagas que estão preenchidas; (ii) término de realização das obras de acessibilidade nas Unidades de Varginha, Itapevi e Ribeirão Preto, cujo estudo já foi iniciado por arquiteta especializada em acessibilidade para todas as unidades para que a Companhia consiga (a) cumprir com as regras de acessibilidade e (b) viabilizar a elaboração do laudo contemplando o cumprimento das regras até o prazo concedido pelo MPT, que se findará em 10 de setembro de 2024.

A Companhia mantém canal de comunicação direto e aberto com MPT para evidenciar o cumprimento e tratar sobre as dificuldades encontradas. Em agosto de 2023 fomos notificados pelo MPT para apresentar documentação comprobatória semestral do TAC, relativa ao período de 11/03/23 a 10/09/23, foi protocolada petição juntando as documentações comprobatórias em 02/10/23. Em 09/10/23, fomos notificados novamente com documento do MPU, referente a análise das documentações, onde foi constatado que não cumprimos com a cláusula II.h – Resta pendente a verificação da obrigação prevista na cláusula II.h., que trata da apresentação de fichas de registro de 3 trabalhadores, não obstante, a Eurofarma apresentou os documentos restantes.

Atualmente, fomos notificados a apresentar documentação comprobatória semestral do TAC, relativa ao período de 10/09/23 a 10/03/24, até março/24. Apresentada a documentação em cumprimento à notificação em março/2024.

4. Em 13 de dezembro de 2022 foi firmado termo de ajustamento de conduta ("TAC" ou "Termo de Ajustamento de Conduta") de nº 57650161/2022, entre a Companhia e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ("SEMAD"), contendo obrigações e prazos de implementação do empreendimento na cidade de Montes Claros/MG, até a obtenção da licença ambiental. Das doze ações planejadas, poucas restam pendentes de cumprimento, tendo sido requerido em novembro de 2023 a prorrogação do prazo por mais 12 meses em decorrência de

4.7 Outras contingências relevantes

ajustes do projeto e proximidade do período chuvoso. O pedido está em discussão junto à SEMAD (maio/24) pendente de análise final para definição sobre prorrogação x novo pedido de TAC apenas para formalização da ação pendente objeto do pedido de prorrogação e/ou análise de outras medidas que se façam necessárias.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gestão de Riscos"), com o objetivo de controlar e mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política, inicialmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de novembro de 2021, continua vigente. Sua versão atual foi revisada e aprovada pelo Comitê de Ética em julho de 2023 e sua implementação é supervisionada pelo próprio Comitê de Ética e pelo Comitê de Auditoria e pela área de Compliance da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos da Companhia são classificados em grupos e subgrupos, de acordo com sua natureza e origem, conforme indicado abaixo:

- **Estratégico:** Riscos associados à tomada de decisão da administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.
- **Operacional:** Riscos relacionados à infraestrutura da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos.
- **Financeiro:** Riscos cuja materialização resulte em perdas de recursos financeiros pela Companhia, comprometa o cumprimento de seus compromissos financeiros, dificultem ou impossibilitem a obtenção de crédito, ultrapassem os níveis de endividamento e de exposição definidos pela Eurofarma.
- **Regulamentar:** Riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao setor de atuação bem como de leis gerais (ANVISA, ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal, anticorrupção, saúde e segurança do trabalho, contábil, LGPD).
- **Cibernético:** Riscos relacionados a aspectos tecnológicos que suportam os processos da Eurofarma e que tem como características as categorias de riscos de infraestrutura de tecnologia, integridade da informação, segurança da informação, suporte sistêmico e tecnologias e disponibilidade das informações e sistemas.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo assegurar que os riscos inerentes às atividades da Companhia sejam identificados, avaliados, tratados, monitorados e comunicados, tanto no

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

âmbito estratégico quanto no operacional, avaliando incertezas futuras a tempo de tomar decisões adequadas e obter melhores benefícios. Além disso, visa contribuir com a prevenção de materialização de riscos, por meio de sua detecção, tratamento e monitoramento.

É baseada nas melhores práticas e metodologias de governança corporativa e governança de riscos no Brasil e no exterior, sendo essas práticas contidas nas seguintes instituições e documentos:

- ISO 31.000 - Gestão de riscos — Princípios e diretrizes;
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO;
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC;
- The Institute of Internal Auditors – IIA; e
- Código de Ética e Conduta Eurofarma.

A Companhia está comprometida com a dinâmica de gerenciamento de riscos, de forma a preservar e desenvolver seus valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios, por meio da integração do gerenciamento de riscos na condução dos negócios e da adoção de um processo estruturado e de aculturação.

Nesse sentido, o procedimento de gerenciamento de riscos é observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo no planejamento estratégico, nas decisões de investimento e na gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Para tanto, o processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia está dividido nas seguintes etapas:

a) Identificação dos riscos

Esta etapa consiste em elaborar uma lista abrangente de riscos, considerando os eventos que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos estratégicos do Grupo Eurofarma.

A Companhia contratou em 2020 a consultoria da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“Deloitte”) para realizar seu projeto de mapeamento de riscos, criação da política de gestão de riscos e manual de riscos. O resultado deste trabalho e os principais riscos foram validados com o Comitê de Auditoria e Compliance e Conselho de Administração da Companhia, e compreenderam a entrega do mapa de riscos, modelo de classificação de processos, mapa de valor dos acionistas e proposta de estrutura de governança de risco. Os riscos mapeados foram todos detalhados em um relatório. Como trabalho de processo contínuo para Gestão de Riscos, durante todo o ano de 2024 a mesma consultoria da Deloitte realizará cálculo de risco residual para os principais riscos.

b) Análise dos riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Esta etapa envolve a verificação das causas e consequências dos riscos, sendo elas positivas ou negativas, bem como da probabilidade de concretização de referidas consequências.

c) Avaliação dos riscos

O objetivo da avaliação de riscos é apoiar na tomada de decisão considerando os resultados da etapa de análise de riscos, levando em conta quais riscos serão tratados com prioridade pelo Comitê de Auditoria e Compliance.

A metodologia para avaliar o nível de exposição de riscos da Companhia inclui uma combinação de medições qualitativas e quantitativas, por meio da avaliação do impacto e da vulnerabilidade ao evento, identificando também se existem controles vinculados, assim definindo a estratégia para gerenciamento.

d) Tratamento dos riscos

O tratamento de riscos relaciona as formas para gerenciar os riscos e em consequente a implementação das opções selecionadas em linha com as aspirações e objetivos do Grupo Eurofarma, refletidas nas decisões do Comitê de Auditoria e Compliance.

A decisão do Comitê de Auditoria e Compliance deve ser baseada em como responder aos riscos, avaliar os efeitos da ação de resposta em relação ao impacto e vulnerabilidade, custos e benefícios, e selecionar a melhor alternativa para reduzir o risco inerente conforme a tolerância desejada.

e) Comunicação dos Riscos

A comunicação é uma atividade que deve permear todas as áreas do Grupo responsáveis por desempenhar as atividades do dia a dia necessárias para o funcionamento da organização ("Unidades de Negócio"), nos quais os riscos devem ser divulgados e conhecidos por todos os envolvidos em seu gerenciamento e monitoramento, e deve acontecer durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

Os aspectos de informação e comunicação dentro da estrutura de controle do Grupo Eurofarma são essenciais para que os colaboradores entendam seu papel dentro dessa estrutura e tenham disponíveis as informações necessárias e assertivas para a execução de suas atividades.

f) Monitoramento e Análise Crítica

O processo de monitoramento e análise crítica deve garantir as melhorias contínuas dos ambientes de controles internos evitando que a exposição dos riscos aumente e ultrapasse os níveis aceitáveis.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

As responsabilidades relativas ao monitoramento e à análise crítica serão de responsabilidade da Área de Auditoria Interna, conforme definido neste item 5 do Formulário de Referência, com o apoio das áreas de negócio e suporte.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que a atuação conjunta de áreas resulta em uma visão integrada dos riscos e das atividades de aprimoramento da governança e controles, evitando redundâncias, atividades concorrentes e custos adicionais à Companhia.

Não obstante, a participação da alta Administração da Companhia na gestão e governança dos riscos é fundamental para definição e entendimento dos riscos por todos os stakeholders internos da Companhia, pois permite a utilização de linguagem comum de riscos, que direciona tanto a criação como a preservação de valor à empresa, permitindo conhecimento e adoção por toda a organização.

Nesse sentido, fazem parte da estrutura da gestão de riscos da Companhia, dentre outros órgãos e áreas:

- **Conselho de Administração**, o qual deve dentre outras atribuições:
 - Acompanhar e cobrar a atuação dos executivos quanto a gestão dos riscos;
 - Questionar, discutir e acompanhar os resultados da Companhia e da diretoria;
 - Avaliar se a governança de riscos da Companhia é adequada e possui recursos suficientes;
 - Discutir com a diretoria executiva e com o alta Administração o nível de efetividade do sistema de controles internos da organização; e
 - Aconselhar e propor estratégias para a alta Administração sobre a implementação de controles efetivos para mitigar os riscos de continuidade dos negócios. Discutir e aconselhar a alta Administração na definição e revisão periódica do apetite de riscos do Grupo, bem como dos níveis e limites de autoridade sobre os riscos.
- **Comitê de Auditoria e Compliance**, o qual deve, dentre outras atribuições:
 - Aprovar metodologias de gestão de riscos e controles internos;
 - Participar da avaliação e definir a priorização dos riscos de negócio;
 - Aprovar limites de exposição aos riscos em linha com a estratégia de negócios;
 - Aprovar plano de Auditoria Interna, proposto pelo Comitê de Ética;
 - Aprovar ações mitigantes elaboradas pelas Unidades de Negócio;
 - Aprovar e acompanhar a implementação das ações mitigantes e monitorar os riscos;
 - Garantir o fortalecimento das áreas de Auditoria Interna e Compliance, definindo os recursos necessários com o Conselho de Administração e Alta Administração;
 - Divulgar resultados dos trabalhos das áreas de Compliance e Auditoria Interna para a Alta Administração e Conselho de Administração;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Definir e revisar periodicamente o apetite de riscos do Grupo Eurofarma, bem como definir quais riscos serão conhecidos e assumidos de forma a monitorá-los;
- Aprovar as diretrizes estratégicas e políticas de gestão de riscos;
- Estabelecer a existência de recursos físicos e financeiros para a atividade de gestão de riscos e controles internos;
- Definir seu papel e o dos comitês de assessoramento na supervisão dos riscos;
- Avaliar se a governança de riscos da empresa é adequado e tem recursos suficientes;
- Assegurar que a administração implemente controles efetivos para mitigar os riscos de continuidade dos negócios e controles para mitigar riscos de perdas das informações ou de acessos não autorizados; e
- Orientar e monitorar estrategicamente as atividades de gestão de riscos e do sistema de controles internos.

A área de Compliance está posicionada na Governança Corporativa da Companhia. Essa estrutura lhe confere independência e autonomia, assim como, trânsito livre entre os principais órgãos da Governança.

- **Diretor Presidente**, o qual deve, dentre outras atribuições:

- Fornecer liderança e direcionamento aos altos executivos, estabelecendo os valores, os princípios e as principais políticas (aprovadas pelo Comitê de Auditoria e Compliance que constituem o alicerce do modelo de Riscos e do sistema de controles internos);
- Reunir periodicamente para revisar suas responsabilidades quanto à forma como administram riscos;
- Conhecer os riscos inerentes às operações, às respostas a risco e às melhorias de controles necessárias, bem como à condição das iniciativas em andamento; e
- Colocar em prática o tom e o nível de maturidade esperados pelo Conselho de Administração em relação ao modelo de gestão de riscos.

- **Comitê de Ética**, órgão independente, vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, de assessoramento à Alta Administração e responsável, dentre outras atribuições, por:

- Observar e assegurar o cumprimento de todos os dispositivos do Código de Ética e Conduta, bem como das normas, políticas, manuais e procedimentos internos e/ou quaisquer outros normativos com relação ao cumprimento de valores éticos e legais pertinentes do Grupo Eurofarma;
- Aprovar e/ou propor alterações nas Políticas e Normas integrantes do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma.
- Avaliar a necessidade de alteração do conteúdo deste regimento, do Código de Ética e Conduta, ou norma relacionada como parte do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma, propondo alterações ao Presidente.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Analisar, processar, investigar ou supervisionar, as denúncias e/ou informações que lhe forem dirigidas, diretamente ou por meio do Canal de Ouvidoria, mesmo que se trate de infrações potenciais;
- Tratar com confidencialidade as informações obtidas e o conteúdo do procedimento de investigação, incluindo sigilo em relação à identidade dos denunciantes de condutas, comprometendo-se a exigir esse mesmo sigilo de quaisquer terceiros que sejam convidados a assessorar os trabalhos do Comitê;
- Proteger e garantir a não retaliação aos denunciantes de boa-fé;
- Prezar pela imparcialidade das decisões;
- Deliberar, na maior brevidade possível e de forma fundamentada, acerca de suas conclusões e das providências cabíveis relativas aos assuntos e fatos avaliados pelo Comitê, consoante previsto neste regimento;
- Indicar ao Presidente do Grupo Eurofarma, as medidas específicas de controle e monitoramento necessárias ao funcionamento efetivo do Programa de Integridade instituído, recomendando, conforme for o caso, ações corretivas, educativas e preventivas;
- Apoiar a implementação de medidas, visando assegurar a correta aplicação do Código de Ética e Conduta, bem como das demais normas internas do Grupo Eurofarma;
- Incentivar a capacitação dos Colaboradores e Terceiros, com relação à compreensão e adesão aos dispositivos do Código de Ética e Conduta do Grupo Eurofarma, por meio da realização de treinamentos regulares específicos e comunicação interna;
- Requisitar às áreas pertinentes do Grupo Eurofarma o envio de informações e/ou documentos para apuração das denúncias e/ou informações submetidas à sua apreciação;
- Determinar a realização de diligências, sindicâncias e solicitar pareceres de especialistas com relação às denúncias e/ou informações de infração ética ou à legislação vigente, ao Código de Ética e Conduta e demais normas internas do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma; e
- Comunicar e propor medidas quando identificar quaisquer conflitos que possam prejudicar a atuação independente e imparcial do Comitê.

• **Auditoria Interna**, área integrante da Diretoria Jurídica e de Integridade, que, dentre outras atribuições, deve:

- Priorizar riscos no plano de auditoria com base no *Risk Assessment* aprovado pelo Comitê de Auditoria e Compliance;
- Avaliar a confiança das informações, revisar a efetividade e a eficiência das operações;
- Examinar de forma independente o sistema de controles internos, bem como aspectos regulatórios, operacionais e financeiros, provendo à alta direção uma avaliação sobre a sua efetividade;
- Comunicar novos riscos à equipe de Controles Internos; e
- Assessorar o Presidente e o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria e Compliance, monitorando, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias de adequação no ambiente interno e efetividade no processo de governança de riscos
- Elaborar o plano e escopo dos trabalhos da área de Auditoria Interna;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Garantir a manutenção e cumprimento da Política de Gestão de Riscos, por meio de trabalhos específicos e reportes tempestivos ao Comitê Auditoria Interna e Compliance;
- Coordenar e acompanhar os trabalhos executados pelas áreas de Controles Internos e Auditoria;
- Alertar a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos; e
- Monitorar a adequação e a eficácia dos controles internos, bem como os testes de controles e acompanhar os planos de ação.

● **Área de Compliance**, área integrante da Diretoria Jurídica e de Integridade, que, dentre outras atribuições, deve:

- Definir e propor metodologias para avaliação e acompanhamento dos riscos de Compliance; Consolidar os riscos de Compliance e ações mitigantes;
- Conduzir o processo de monitoramento dos riscos de Compliance junto as áreas de negócios, promovendo a cultura interna de Compliance;
- Coordenar as melhorias de processos para mitigar os riscos de Compliance;
- Acompanhar os riscos de Compliance;
- Divulgar as definições às áreas responsáveis e a governança;
- Consolidar os reportes de Riscos de Compliance a serem feitos para o Comitê de Ética.
- Auxiliar as áreas de negócio e suporte de forma consultiva na identificação das causas e consequências associadas aos riscos;
- Apoiar cada Unidade de Negócio nas diretrizes da gestão de riscos e demais necessidades;
- Monitorar e controlar periodicamente os riscos do Grupo Eurofarma;
- Prover treinamentos relacionados a gestão de riscos de Compliance;
- Desenvolver, propor ao Comitê de Ética as métricas de mensuração do apetite aos riscos de Compliance;
- Fazer a gestão adequada do Programa de Compliance Eurofarma com fins a manter sua efetividade e melhoria contínua, atendendo os objetivos macros de prevenção, detecção e resposta aos riscos de Compliance;
- Conduzir, em conjunto com as unidades de negócio, o processo de monitoramento dos riscos e avaliação dos controles, a aplicação dos componentes da governança de riscos e o reporte de exceções; e
- Reportar os indicadores e temas críticos de Compliance para os órgãos de Governança periodicamente, tais como: Comitê de Ética; Comitê de Auditoria e Compliance; Comitê Executivo e Conselho de Administração.

● **Unidades de Negócio do Grupo Eurofarma (operacionais e apoio)**

- Comunicar a área de Auditoria Interna qualquer alteração em seu processo de negócio para que possa ser objeto de análise e identificação de novos riscos e seus respectivos controles;
- Auxiliar a área de Auditoria Interna na definição dos controles adequados para mitigação dos riscos identificados;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Implementar os planos de ação elaborados em conjunto com a área de Auditoria Interna segundo a prioridade associada aos riscos identificados;
- Assegurar que as recomendações implantadas sejam efetivamente seguidas e que eventuais recomendações não aplicáveis sejam comunicadas; e
- Contribuir para que o processo de implementação dos planos de ação seja executado no prazo acordado e com as ferramentas adequadas, garantindo que o grau de exposição aos riscos esteja dentro dos limites estabelecidos.

- **Agente de Riscos (das Unidades de Negócio)**

- Assegurar a aplicação dos componentes da governança de riscos e das atividades de controles, certificando-se de que a sua aplicação esteja consistente com o perfil e o apetite a riscos dentro de sua área;
- Reportar à Auditoria Interna o status de implementação dos controles e melhorias;
- Reportar exceções de exposição média e alta para Auditoria Interna;
- Comunicar a identificação de novos riscos na sua Unidade de Negócio;
- Auxiliar as áreas de negócio (donos do risco) no desenho de controles internos para gerenciamento de riscos; e
- Propor à área de Auditoria Interna possíveis métricas de mensuração dos riscos da Unidade de Negócio.

A atuação em conjunto das áreas permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e das atividades de aprimoramento da governança e controles, evitando redundâncias, atividades concorrentes e custos adicionais.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade de sua Política de Gestão de Riscos, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo, interdisciplinar e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas por auditor independente de primeira linha (para o exercício social encerrado em 31/12/2023, a KPMG Auditores Independentes) e são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adota práticas de controles internos para assegurar a confiabilidade da elaboração e divulgação das informações financeiras, de forma que suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Companhia.

O registro das operações é realizado através do sistema SAP, o qual é totalmente integrado e possibilita completa rastreabilidade dos registros contábeis, garantindo assim, segurança para a área contábil em relação aos lançamentos efetuados. Adicionalmente as áreas de Controladoria e Centro de Serviços Compartilhados realizam a análise das variações das contas patrimoniais e de resultados e a análise da razoabilidade dos saldos das movimentações financeiras. As variações significativas são analisadas para checagem e validação dos saldos apresentados. O monitoramento dos saldos financeiros é realizado diariamente pela área de Tesouraria, que é responsável por controlar todas as movimentações financeiras e reportá-las à alta administração.

A Controladoria também é responsável pela (i) elaboração mensal de relatórios gerenciais e financeiros que são submetidos à diretoria e ao conselho de administração, que os revisam, analisam e os discutem em suas reuniões e (ii) coordenação do processo de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Vale dizer que a Diretoria de Controladoria integra a Vice-Presidência Financeira da Companhia, razão pela qual assim que as demonstrações financeiras são aprovadas pela Controladoria e assinadas pelo contador, são submetidas à Vice-Presidência Financeira, ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração para aprovação.

Adicionalmente, a Companhia adota diretrizes a serem seguidas para assegurar a gestão e a disseminação dos seus controles internos, de modo a mitigar os riscos de perdas financeiras, desgaste da reputação institucional e assegurar o cumprimento das regulamentações existentes, tais como:

- atuação dos Agentes de Risco, pessoas chave de cada área da Companhia que detém o conhecimento dos seus processos, sistemas e pessoas e sugerem melhorias para otimizar os controles, sendo que realizam uma divulgação periódica dos riscos globais para os acionistas;

5.2 Descrição dos controles internos

- processos da área de Gestão de Riscos, que monitoram a adequação e eficácia dos controles internos, bem como os testes de controles e acompanha os planos de ação, alertando a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos;
- testes de Auditoria Interna, área que desenvolve seus trabalhos de forma independente, sendo responsável pela avaliação dos controles internos e pela implementação de melhorias de processos, com foco em redução de riscos e segregação de funções, incluindo o controle de estratégias de aprovação, acessos e travas sistêmicas. Os resultados dos trabalhos de auditoria interna e os planos de ação são reportados periodicamente a diversas instâncias independentes, como o Comitê de Auditoria e Compliance e o Conselho de Administração; e
- emissão de relatório de recomendações sobre os controles internos e procedimentos contábeis e fiscais pelo auditor independente da Companhia, bem como sua avaliação pela Administração.

Além das práticas descritas neste item, a Companhia conta também as demais práticas de controles internos descritas nas seções 5.1 e 5.4 deste Formulário de Referência.

Desta forma a administração da Companhia entende que tem adotado práticas necessárias para assegurar um ambiente de controles internos adequado e eficiente.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

De modo a garantir maior efetividade e precisão dos processos internos, a Companhia adota uma gestão colaborativa de seus controles internos e de preparação de suas demonstrações financeiras.

As seguintes áreas da Companhia estão envolvidas no processo de elaboração das suas Demonstrações Financeiras e na aplicação e monitoramento de controles, sempre em busca da integridade das informações contábeis e financeiras:

- Contabilidade

Responsável pelos registros contábeis, pela análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados, pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estando sujeita a uma série de normas e procedimentos para assegurar os controles necessários e garantir que as demonstrações financeiras apresentem adequadamente a posição financeira e patrimonial da companhia.

Além disso, conforme mencionado no item 5.2 (a) acima, a Companhia utiliza o sistema SAP, que é totalmente integrado e possibilita completa rastreabilidade dos registros contábeis.

- Centro de Serviços Compartilhados

5.2 Descrição dos controles internos

Responsável pelo gerenciamento e contabilização das contas a pagar, contas a receber, custos, faturamento, lançamentos de notas fiscais, folha de pagamento, ativo imobilizado e análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados.

- Tesouraria

Responsável pelo gerenciamento do endividamento e fluxo de caixa da Companhia e pela análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados.

- Jurídico

Responsável pelo acompanhamento e gestão dos processos judiciais da Companhia.

- Tributário

Responsável pelo acompanhamento e gestão dos processos judiciais tributários e gestão tributária da Companhia

- Controladoria

Responsável pela integridade das demonstrações financeiras da Companhia, pela conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios e pela independência e qualificações do auditor independente externo ("Auditor Independente").

- Vice-presidência Financeira e Presidência

Responsável pela análise e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, auditadas por empresa de auditoria externa (atualmente KPMG Auditores Independentes), após serem analisadas e aprovadas pelo contador responsável e Diretoria de Controladoria.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é monitorada pela Auditoria Interna e Gestão de Riscos e reportada periodicamente ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria e Compliance e este, por sua vez, reporta-se ao Conselho de Administração da Companhia. Para as deficiências apresentadas, são definidas ações de aprimoramento de processos e controles, com responsáveis definidos e prazos de implantação, que são objeto de "*follow-up*" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação. A eficácia dos controles internos da Companhia relacionados à divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foi revisada pela KPMG Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

Nossos auditores independentes não identificaram deficiências significativas para a data base 31 de dezembro de 2023.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Tendo em vista que os auditores independentes não identificaram deficiências significativas para a data base 31 de dezembro de 2023, não há comentários dos diretores sobre as eventuais deficiências do relatório em razão da ausência de apontamentos.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui uma área de Integridade Corporativa, composta pelas áreas de *Compliance*, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos, sendo estas vinculadas à Diretoria Jurídica e Integridade Corporativa, a qual está ligada a Vice-presidência Financeira e indiretamente ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração da Companhia,

A área de Integridade Corporativa orienta e monitora as boas práticas de governança e auxilia na elaboração de diretrizes, aprimoramento de controles internos, reforço às políticas e aderência da cultura de conformidade às regras estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta, assim como, aderência também às legislações que incidem nas operações Eurofarma. São responsáveis também por realizar auditorias internas, atender auditorias externas e investigar os casos que são reportados no Canal de Ouvidoria/Denúncias, conforme será explicado ao longo deste item.

A seguir apresentamos um pouco das atribuições das respectivas áreas:

Auditoria Interna: é responsável pela prevenção e detecção de riscos e avaliação da conformidade dos processos, incluindo os ciclos de auditoria interna, *follow-up* dos planos de ação e a realização de trabalhos especiais.

A área de Auditoria Interna utiliza-se de um mecanismo de incentivo ao cumprimento das leis, normas internas e externas, de proteção contra desvios de conduta e de preservação e geração de valor econômico, em consonância com os valores éticos e com as boas práticas de governança corporativa, a fim de orientar o comportamento dos colaboradores e fornecedores da Companhia.

Compliance: é responsável pelo reforço do ambiente ético e conformidade com normas internas e regulamentações, em especial, por meio do Código de Ética e demais políticas de Compliance. É de sua responsabilidade também a gestão do Programa de Compliance da companhia, por meio dos três macros objetivos de prevenção, detecção e respostas às ações não conformes. Os pilares de gestão de riscos de compliance, comunicação, treinamento, melhoria contínua, monitoramento, gestão de denúncias, investigação, due diligence e demais, fazem partes das

5.3 Programa de integridade

rotinas de atividades vitais à efetividade e funcionalidade do Programa de Compliance e são realizadas e geridas pela área de Compliance, com reportes de indicadores aos órgãos de governança corporativa, tais como, Comitê de Ética, Comitê de Auditoria e Compliance, Comitê Executivo e Conselho de Administração.

Os principais objetivos do Programa de Integridade são:

- Ajudar os colaboradores a cumprirem a legislação, o Código de Ética e as políticas internas, através de regras claras e definidas (prevenção).
- Esclarecer responsabilidades em todas as áreas do Grupo Eurofarma para fortalecer o sistema de integridade (prevenção).
- Garantir orientação aos envolvidos para que as atividades e os negócios sejam conduzidos com legalidade, ética, integridade e transparência (prevenção).
- Identificar os riscos de Compliance e de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas relacionados às atividades do Grupo Eurofarma (detecção).
- Proteger a Companhia de possíveis danos a sua imagem e prejuízos de ordem financeira (prevenção).
- Fortalecer a cultura de conduta ética, de integridade e de aderência ao compliance (prevenção).
- Prevenir, detectar e corrigir condutas irregulares, ilícitas e antiéticas (responder).

Os dez pilares que estruturam o Programa de Integridade são:

1. Comprometimento da Alta Administração com a Ética e Integridade
2. Avaliação de Riscos
3. Políticas e Procedimentos
4. Treinamento e Comunicação
5. Canal de Denúncia e Investigação
6. *Due Diligence* Terceiros
7. *Due Diligence* de Compliance em M&A
8. Autonomia e Recursos da Função de Compliance
9. Medidas Disciplinares e Remediação – Gestão de Consequências
10. Monitoramento e Melhoria Contínua do Programa

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

a. Código de Ética e Conduta: O código de Ética e Conduta da Companhia ("Código de Ética" ou "Código") foi aprovado à época, pelo Presidente do Grupo Eurofarma e atual Presidente do Conselho de Administração da Eurofarma, Sr. Maurizio Billi, e define um conjunto de princípios, valores e regras para assegurar a ética, o interesse público, a transparência, a eficiência e a proteção de direitos nas atividades da Companhia. O Código está disponível em três idiomas (português, inglês e espanhol) e é divulgado no site do Grupo, na intranet da Companhia (CONNECTA), em todos os materiais de treinamentos e no site do Canal de Ouvidoria/Denúncias.

5.3 Programa de integridade

Além disso, os colaboradores podem solicitá-lo à área de *Compliance ou de RH*. Todos os colaboradores assinam termo de adesão e responsabilidade do Código de Ética e declaração de conflitos de forma digital na primeira semana de trabalho na organização, bem como, reafirmam anualmente esse compromisso por meio da rotina de assinatura anual da declaração de compliance. Por fim, cabe ao Comitê de Ética a revisão periódica do Código e atualização sempre que necessário.

b. Código de Ética do Fornecedor: o Grupo Eurofarma possui o Código de Ética do Fornecedor, com as orientações que pautarão todas as suas relações comerciais da Companhia com os seus fornecedores. A aplicação dos princípios do Código de Ética do Fornecedor permite ao fornecedor e prestador de serviços da Companhia, melhorar continuamente o cumprimento dos direitos e normas trabalhistas e demais questões relativas aos direitos humanos e padrões éticos que integram o processo de produção.

c. Canal de Ouvidoria/Denúncias: O canal de denúncias da Companhia foi criado em 2012, como instrumento de auxílio do Comitê de Ética, sendo um canal, aberto para todos (funcionários e terceiros), disponibilizado para relato de situações de violações ou descumprimentos ao Código e suas políticas. Esse canal auxilia o Comitê de Ética a apurar a ocorrência de violações ao Código e a tomar as medidas disciplinares apropriadas para cada caso, de acordo com a legislação vigente e a gravidade da violação "Canal de Ouvidoria/Denúncias"). O Canal de Ouvidoria/Denúncias pode ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio do seu website <https://www.contatoseguro.com.br/pt/grupoeurofarma> ou do endereço de e-mail compliance@eurofarma.com

As denúncias feitas ao Canal de Ouvidoria/Denúncias são confidenciais e podem ser feitas de forma anônima, se o denunciante assim o desejar. A Companhia não tolera retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação por meio do Canal de Ouvidoria/Denúncias.

d. Políticas Corporativas: são as políticas que complementam o Código de Ética ("Políticas Corporativas"). As Políticas Corporativas trazem maior detalhamento de regras para situações específicas. Elas são analisadas criticamente e atualizadas de acordo com mudanças regulatórias e / ou em função dos riscos. As Políticas Corporativas que a Companhia possui, diretamente ligadas à mitigação de riscos de compliance, na data desta Formulário de Referência são as que seguem abaixo:

- Política de Doações e Patrocínios
- Política de Registro Contábeis
- Política de *Due Diligence* (Fornecedores e M&A)
- Política de Gestão de Compliance
- Política Anticorrupção e Relacionamento com Funcionários Públicos
- Política de Medidas Disciplinares
- Política de Auditoria Interna
- Política do Canal de Ouvidoria

5.3 Programa de integridade

- Regimento Comitê de Ética
- Política de Relacionamento com Profissionais de Saúde

e. Política Anticorrupção e Relacionamento com Funcionários Públicos: a Companhia adota uma Política Anticorrupção ("Política Anticorrupção"), a qual tem como objetivo estabelecer as diretrizes, padrões e procedimentos do programa de prevenção e combate à corrupção e de relacionamento com setor público, para todas as empresas do Grupo Eurofarma, em consonância à legislação vigente, o Código de Ética, políticas, manuais, e procedimentos estabelecidos pelo Programa de Integridade.

O compromisso com a ética e a integridade determina e guia todas as ações dos colaboradores, terceiros e relacionamentos do Grupo Eurofarma, na condução de seus negócios e atividades, sempre em conformidade com os mais elevados padrões morais e legais, não tolerando qualquer forma de corrupção e suborno. O Grupo Eurofarma e todos aqueles que com ele se relacionem, interna ou externamente, devem entender e agir em conformidade com as leis de combate à corrupção aplicáveis, em todas as relações com a Administração Pública ou Agentes Públicos.

Adicionalmente, a Companhia oferece treinamento sobre a Política Anticorrupção anualmente.

f. Política de *Due Diligence* (M&A, Fornecedores e Colaboradores): a referida política visa estabelecer as diretrizes e responsabilidades para a realização do processo de *Due Diligence* em operações de M&A, terceiros e executivos contratados ou que venham a ser contratados pelo Grupo Eurofarma, objetivando a mitigação dos riscos de *compliance*. A Companhia respeita os limites estabelecidos pelas leis vigentes para a obtenção de informações para conduzir seus processos de diligência, adotando boas práticas e garantindo a confidencialidade dos dados.

***Due Diligence* em operações de M&A**

A *Due Diligence* de *compliance* em operações de M&A, consiste em uma análise metódica de como a empresa alvo se comporta diante do mercado em relação as leis anticorrupção, improbidade administrativa e leis que regulamentam a concorrência.

É de responsabilidade da área de M&A informar a área de *Compliance* a intenção de adquirir uma nova empresa ou somente ativos de uma determinada empresa.

A área de *Compliance* e o Departamento jurídico irão avaliar a forma de *Due Diligence* a ser realizada que pode ser internamente pela área de *Compliance* ou através de contratação de consultoria especializada.

***Due Diligence* de terceiros**

5.3 Programa de integridade

A *Due Diligence* de terceiros envolve a coleta de informações relevantes do terceiro em fontes públicas de consulta, a fim de verificar sua reputação no mercado em que atua, para garantir que o Grupo Eurofarma faça negócios apenas com empresas íntegras, que partilham dos mesmos valores e princípios da Companhia.

Antes de celebrar um contrato, a área de Suprimentos ou o colaborador da área responsável pela contratação deverá verificar se o fornecedor a ser contratado enquadra-se dentro um dos quesitos relacionados abaixo:

- Terceiros com interação com órgão público;
- Escritório ou profissionais de advocacia;
- Despachantes / Aduaneiro;
- Contadores;
- Prestação de serviços de Consultorias ou Assessorias (para obtenção de licenças e alvarás);
- Prestadores de serviços responsáveis pelo transporte e descarte de resíduos;
- Prestadores de serviços com mão de obra (incluindo engenharia/ Empreiteiras);
- Instituições Beneficiárias de doações ou patrocínios;
- Instituições filantrópicas e Organizações Não Governamentais - ONG's;
- Distribuidores (clientes) – Principalmente Licitações; e
- Profissionais de Saúde.

Cada caso é analisado individualmente, considerando as especificidades da atividade do Terceiro (porte, área de atuação etc.) ou do serviço a ser prestado, bem como a importância nos processos de negócio do Grupo Eurofarma.

Para efeito de classificação final deve-se considerar o maior risco identificado nas informações coletadas.

- **Risco Alto:** A decisão para contratação de terceiro deverá ser tomada pelo Vice-Presidente da área responsável pela contratação com base no relatório de avaliação de risco enviado pela área de *Compliance*. Neste caso, a presidência deverá ser informada do risco apontado na DD, assim como o Comitê de Ética.
- **Risco Médio:** A decisão para contratação de terceiro deverá ser tomada pelo Diretor da área responsável pela contratação com base no relatório de avaliação de risco enviado pela área de *Compliance*. *Para este cenário, controles adicionais e medidas de monitoramento poderão ser desenvolvidas para gerenciamento da relação com esse terceiro.*
- **Risco Baixo:** Não há necessidade de aprovação adicional para contratação e a área demandante poderá seguir com o processo normal de contratação.

5.3 Programa de integridade

***Due Diligence* de Colaboradores (Membros do Conselho de Administração, Vice-presidentes e Diretores)**

A *Due Diligence* de candidatos a membros do Conselho de Administração, Vice-Presidente e Diretores deve compreender três etapas, conforme descritas abaixo, sendo que a contratação dos referidos administradores somente deverá ocorrer após a conclusão satisfatória deste processo.

As três etapas da diligência dos administradores colaboradores são:

- 1ª Análise do colaborador (candidato);
- 2ª Verificação de antecedentes; e
- 3º Parecer da área de *Compliance*.

a. Gestão de Conflitos de Interesses: O Grupo Eurofarma possui diretrizes para identificação, declaração e resolução de situações que possam apresentar conflitos de interesse de seus colaboradores. O Código de Ética conta com um capítulo específico dedicado ao tema, e os colaboradores preenchem o Termo de Declaração de Conflitos de Interesses na data de admissão. O termo eletrônico está disponível na *intranet* da empresa e pode ser atualizado pelo colaborador sempre que houver necessidade. A gestão dos termos e análise dos possíveis conflitos é realizada pela Área de *Compliance* e Comitê de Ética.

b. Política de Doações e Patrocínios:

Doações a causas beneficentes

A Companhia realiza doações financeiras com objetivo de ajudar no desenvolvimento de organizações sociais que atuam em diversos setores. Equipamentos e ativos da empresa que serão substituídos também são destinados à doação para instituições que atendem população de baixa renda, localizadas próximas das unidades ou para cooperativas de reciclagem. Entre os materiais doados regularmente estão itens como mesas, cadeiras e outros mobiliários.

A Companhia veda quaisquer doações em troca de favores com qualquer pessoa física ou jurídica, agente público ou não, mesmo que o favorecido seja uma instituição beneficente genuína.

As regras e procedimentos abaixo devem ser observados quando se realizar doação a causas beneficentes:

- Os pedidos devem ser cuidadosamente analisados, para que se verifique se a doação não irá fornecer benefício pessoal a algum agente público ou a qualquer pessoa que tenha relação

5.3 Programa de integridade

direta ou indireta com o agente Público e se a instituição está registrada nos termos da legislação aplicável;

- A doação deve ser feita à instituição de caridade e não a pessoa física e, em nenhuma circunstância, o pagamento pode ser feito em dinheiro ou através de depósito em conta corrente pessoal.

Patrocínios com Leis de Incentivo

A área de Responsabilidade Corporativa & Eventos faz a gestão através dos comitês de Responsabilidade Social e Patrocínios Culturais e Esportivos e utiliza seis leis de incentivo por meio de renúncia fiscal.

Em Responsabilidade Social a premissa é apoiar os projetos sociais com as leis: **Condaca**/Fumcad/FIA, Pronon, Pronas e Fundo do Idoso. Para a Cultura e Esporte utilizamos as leis: LIC (Lei Federal de Incentivo à Cultura), **PROAC**, LIE (Lei Federal de Incentivo ao Esporte), **PIE (Programa de Incentivo ao Esporte)**.

Todas as solicitações de patrocínios são submetidas a área de Responsabilidade Corporativa & Eventos, que verifica a idoneidade e as referências dos produtores, captadores e instituições que serão beneficiadas com o aporte de recurso e segue acompanhando até a conclusão dos projetos.

A área seleciona os principais projetos a serem apresentados aos comitês, composto por equipes multidisciplinares representando as áreas que espelham os interesses dos principais stakeholders, como comunidades, clientes e médicos por meio de voto aos projetos apresentados.

Os patrocínios são contabilizados de forma transparente e de acordo com os princípios contábeis aceitos, legislação pertinente e sempre suportados com as evidências da aplicação do patrocínio para o qual foi destinado.

Doações de Medicamentos

Iniciativa estruturada para promover a ampliação do acesso aos medicamentos e evitar desperdícios, envolvendo o engajamento de diferentes áreas da Companhia no processo. Os impostos dos produtos destinados à doação são pagos integralmente e toda a logística envolvida para a distribuição dos produtos, e eventual recolhimento caso não sejam utilizados, é responsabilidade da Companhia.

Para viabilizar o programa, os medicamentos com prazo de validade igual ou inferior a 8 meses são destinados às organizações não governamentais e entidades de saúde que atuam com populações de baixa renda, evitando que produtos necessários a esses pacientes e em perfeitas condições de uso sejam destruídos.

5.3 Programa de integridade

A destinação segue critérios rigorosos e as entidades beneficiadas precisam comprovar que têm espaço adequado para armazenamento e autorização sanitária da Anvisa ou outro órgão responsável, bem como a presença no local de um profissional habilitado para fazer a prescrição, como médicos e cirurgiões-dentistas. Qualquer medicamento fabricado pela Companhia nas condições descritas anteriormente pode ser doado.

Doações para instituições públicas, somente em casos de calamidades públicas ou para àquelas que estejam próximas das operações industriais da Eurofarma;

Doações a campanhas eleitorais

A Companhia não realiza doações e contribuições para campanhas eleitorais, conforme estabelecido em seu Código de Ética.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme descrito no Código de Ética da Companhia, o Comitê de Ética da Companhia é responsável pela implementação, aplicação e monitoramento do cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética é órgão permanente e com membros com conhecimento do negócio, mercado e com autonomia para tomar as decisões de acordo com suas responsabilidades, eleitos nos termos do seu regimento interno. As principais diretrizes são pautadas pelo Código de Ética e demais documentos que suportam o Programa de Integridade Corporativa.

A sua premissa é promover ações claras de prevenção, detecção, resposta e remediação de eventuais condutas de não conformidade com as normas instituídas pelo Grupo Eurofarma, atuando sempre com alta confidencialidade e imparcialidade na aplicação de regras, leis e normas em vigor, respeitando o anonimato dos denunciadores, quando desejado, bem como recomendando medidas corretivas, preventivas e educativas sempre que necessário.

Objetivos do Comitê de Ética

Os objetivos principais do Comitê de Ética são: (i) auxiliar na minimização dos riscos éticos e legais do Grupo Eurofarma; (ii) proteger a imagem e a reputação deste; (iii) auxiliar na promoção de uma cultura de alto desempenho com integridade; (iv) avaliar e estabelecer medidas para fortalecimento do Programa de Integridade; (v) recomendar frentes de trabalho e auditorias

5.3 Programa de integridade

quando necessário; e (vi) reportar ao Conselho de Administração para o adequado tratamento quando necessário.

São responsabilidades do Comitê de Ética:

- Observar e assegurar o cumprimento de todos os dispositivos do Código de Ética e Conduta, bem como das normas, políticas, manuais e procedimentos internos e/ou quaisquer outros normativos com relação ao cumprimento de valores éticos e legais pertinentes do Grupo Eurofarma;
- Aprovar e/ou propor alterações nas Políticas e Normas integrantes do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma.
- Avaliar a necessidade de alteração do conteúdo deste regimento, do Código de Ética e Conduta, ou norma relacionada como parte do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma, propondo alterações ao Presidente.
- Analisar, processar, investigar ou supervisionar, as denúncias e/ou informações que lhe forem dirigidas, diretamente ou por meio do Canal de Ouvidoria, mesmo que se trate de infrações potenciais;
- Tratar com confidencialidade as informações obtidas e o conteúdo do procedimento de investigação, incluindo sigilo em relação à identidade dos denunciante de condutas, comprometendo-se a exigir esse mesmo sigilo de quaisquer terceiros que sejam convidados a assessorar os trabalhos do Comitê;
- Proteger e garantir a não retaliação aos denunciante de boa-fé;
- Prezar pela imparcialidade das decisões;
- Deliberar, na maior brevidade possível e de forma fundamentada, acerca de suas conclusões e das providências cabíveis relativas aos assuntos e fatos avaliados pelo Comitê, consoante previsto neste regimento;
- Indicar ao Presidente do Grupo Eurofarma, as medidas específicas de controle e monitoramento necessárias ao funcionamento efetivo do Programa de Integridade instituído, recomendando, conforme for o caso, ações corretivas, educativas e preventivas;
- Apoiar a implementação de medidas, visando assegurar a correta aplicação do Código de Ética e Conduta, bem como das demais normas internas do Grupo Eurofarma;
- Incentivar a capacitação dos Colaboradores e Terceiros, com relação à compreensão e adesão aos dispositivos do Código de Ética e Conduta do Grupo Eurofarma, por meio da realização de treinamentos regulares específicos e comunicação interna;
- Requisitar às áreas pertinentes do Grupo Eurofarma o envio de informações e/ou documentos para apuração das denúncias e/ou informações submetidas à sua apreciação;
- Determinar a realização de diligências, sindicâncias e solicitar pareceres de especialistas com relação às denúncias e/ou informações de infração ética ou à legislação vigente, ao Código de Ética e Conduta e demais normas internas do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma;
- Comunicar e propor medidas quando identificar quaisquer conflitos que possam prejudicar a atuação independente e imparcial do Comitê;

5.3 Programa de integridade

Conselho de Ética

O Conselho de Ética conta com a participação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo uma instância superior que é acionada em situações de impasse, de maior gravidade e/ou que envolvem maior risco à operação. São estes os seus integrantes:

- Presidente do Conselho de Administração
- Eventuais convidados
- Membros do Comitê de Ética

Comitês de Ética Internacionais/Locais

É um grupo colaboradores das operações internacionais, gerente geral, ponto focal de RH, ponto focal financeiro e Diretor Corporativo Internacional, juntamente com a área de compliance corporativa, que atuam no suporte, acompanhamento e discussão das ocorrências recebidas no Canal de Ouvidoria, assim como, nos demais temas de Compliance atinentes à operação local da subsidiária internacional. Seus membros possuem conhecimento do negócio, do mercado e da legislação do país estrangeiro. Em síntese, o Comitê de ética é composto conforme abaixo:

- Gerente Geral;
- Área de Compliance Corporativa;
- Recursos Humanos local;
- Diretoria Corporativa Internacional; e
- Responsável por finanças locais.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

i. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta da Companhia, conforme descrito acima, é aplicável a todos os seus acionistas, colaboradores, estagiários e menores aprendizes, bem como aos fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Companhia e seus representantes, na modalidade do Código de Conduta do Fornecedor.

Todos os novos colaboradores no momento de sua admissão precisam, obrigatoriamente, realizar treinamento do Código de Ética, sendo que anualmente, é aplicado treinamento de atualização para todos os colaboradores da Companhia ("Atualização"). O objetivo do treinamento é disseminar a cultura de *compliance*. Este pilar garante que o conhecimento das políticas e procedimentos cheguem aos colaboradores. É também com a frequência anual que todos os

5.3 Programa de integridade

colaboradores assinam a Declaração Anual de Compliance, uma renovação de compromissos para com os parâmetros de Compliance da companhia.

Para o exercício social corrente, as ações de treinamento estão previstas no Plano Anual de treinamento de Compliance, cujo monitoramento da execução faz parte dos itens monitorados do Programa de Compliance e reportados em sede de Comitê de Ética.

Além disso, a Companhia proporciona treinamentos customizados para cada público-alvo de acordo com tema a ser tratado e de forma periódica. O Grupo Eurofarma estabelece um plano anual de comunicação e treinamento, prevendo os meios que serão utilizados a cada público.

Os fornecedores, prestadores de serviços e seus prepostos, aqueles que celebrarem qualquer tipo de acordo com o Grupo Eurofarma recebem um *link* de acesso ao Código de Ética do Fornecedor no momento da assinatura do contrato, incumbindo-se a difundi-lo junto aos seus colaboradores, além de serem público-alvo das ações de comunicação e treinamento de compliance da Eurofarma. Os contratos celebrados pelo Grupo Eurofarma, na qualidade de tomador de serviços/ordenador de despesas, também trazem uma cláusula com normas anticorrupção.

Principais Treinamentos realizados pela Companhia:

Público interno:

- i. Integração de Novos Colaboradores;
- ii. Melhores Práticas Comerciais;
- iii. Código de Ética e Conduta e parâmetros de Compliance;
- iv. *Anticorrupção e Relacionamento com o Setor Público;*
- v. Combate ao Assédio Moral e Sexual;
- vi. Compliance para Alta e Média gestão
- vii. Gestão de Terceiros e processo de Due Diligence
- viii. Compliance e ações de responsabilidade social

Público Externo:

- i. Distribuidores que representam o Grupo Eurofarma em Licitações (anual)
- ii. Integração de novos terceiros (sob demanda)
- iii. Atualização anual de compliance para terceiros Eurofarma (anual)

Comunicação:

- i. Material para divulgação imediata no Programa de Integração de novo colaborador;
- ii. Mensagens periódicas nos canais de comunicação internos para reforçar os conceitos do

Programa de Integridade;

- iii. Reuniões de Diretoria;
- iv. Reunião do Conselho de Administração; e
- v. Comitês Executivos.

5.3 Programa de integridade

ii. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

As medidas disciplinares e de remediação alcançam todos os colaboradores do Grupo Eurofarma. Os terceiros também são alcançados no formato de medida de gestão de consequência com a aplicação das cláusulas contratuais devidas. As medidas disciplinares e de remediação são justificadas nas seguintes situações, podendo gerar advertências verbais, escritas e suspensões, assim como afastamentos e desligamentos:

- Erro ou desvio cometido de modo reiterado;
- Ações indevidas que causam prejuízos/ impactos aos clientes, colaboradores, parceiros ou à empresa;
- Ações faltosas ou comportamentos que revelam falhas funcionais; e
- Transgressões às diretrizes do Código de Ética.

Atualmente a Companhia realiza por meio da área de Compliance o monitoramento da aplicação das medidas disciplinares por infrações ao Código de Ética. Todas as medidas disciplinares são enviadas ao Centro de Serviços Compartilhados (CSC)/Recursos Humanos (RH) para que o documento seja anexado ao prontuário SAP do colaborador.

iii. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética da Companhia, aprovado pelo Diretor do Grupo Eurofarma, Sr. Maurizio Billi, está disponível em três idiomas (português, inglês e espanhol), com a sua última versão atualizada até 2021, sendo divulgado no site do Grupo <https://eurofarma.com.br/governanca-corporativa>, na intranet (CONNECTA) e no site do Canal de Ouvidoria/Denúncias. Além disso, os colaboradores podem solicitar à Área de Compliance ou de RH. Todos os colaboradores assinam um termo de adesão e responsabilidade do Código de Ética e declaração de conflitos de forma digital na primeira semana de trabalho na organização. Todos os materiais de treinamento incluem informação sobre o Código de Conduta com link ou QR Code para sua localização e acesso.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal de Ouvidoria/Denúncias é um canal externo, independente e confidencial de comunicação, em que colaboradores, clientes e fornecedores podem relatar episódios suspeitos, fatos e comportamentos que estejam em desacordo com o Código de Ética. O canal via internet preserva, sempre que solicitado, o anonimato dos denunciantes (colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio etc) de modo a assegurar a não retaliação ao denunciante de boa fé.

5.3 Programa de integridade

A proposta do Canal de Ouvidoria/Denúncias visa manter um ambiente de trabalho saudável, em que os colaboradores pratiquem os preceitos éticos e os valores da Companhia. Também busca promover a cultura da transparência, alinhando comportamentos e desestimulando condutas contrárias aos princípios da organização.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ouvidoria/Denúncias da Companhia é administrado por uma empresa independente (Contato Seguro) e pode ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com atendimento em português, espanhol e inglês. Ele permite que denúncias sejam realizadas por telefone, internet e via *e-mail*, conforme informações abaixo:

Internet

O site na Internet www.contatoseguro.com.br/grupoeurofarma registra eletronicamente as denúncias. O registro é feito a partir de um formulário desenvolvido para extrair um conjunto mínimo de informações que possam dar suporte a uma análise e investigação. O IP do computador do usuário do sistema não é registrado.

E-mail e telefone

A Eurofarma disponibiliza um número de telefone gratuito em todos os países em que atua. As ligações são sempre atendidas por ouvidores especialmente treinados para obter o máximo de informações a respeito da denúncia, sem comprometer o anonimato e a segurança da fonte. O número do telefone a partir do qual se origina a ligação do denunciante não é identificado.

País
Argentina: 0800-345-3145
Bolívia: 800-104 612
Brasil: 0800-6021834
Chile: 800 914 489
Colômbia: 01-800-5189605
Costa Rica: 8000320029
El Salvador: 8006414
Equador: 1800 001 131
Guatemala: 1800 300 0189
Honduras: 80027916003
México: 800 681 8206
Nicarágua: 18002202475
Panamá: 8002030093
Paraguai: 9800120003
Peru: (0800) 78148
República Dominicana: 1 (809) 200-1590
Uruguai: 000 416 205 2735

A área de *Compliance* recebe também denúncias pelo e-mail compliance@eurofarma.com. Todas as denúncias são registradas no Canal de Denúncias e geridas conforme procedimentos internos de investigação.

Cada denúncia recebida gera um número de protocolo alfanumérico, que permite ao denunciante acompanhar o andamento do processo.

5.3 Programa de integridade

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ouvidoria/Denúncias da Companhia está disponível para todos os seus colaboradores, fornecedores, intermediários e demais terceiros que queiram reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de qualquer violação ao Código de Ética, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia oferece a possibilidade de se registrar denúncias de forma anônima, em demonstração ao respeito ao sigilo e confidencialidade desses contextos, bem como, pratica a política de não retaliação ao denunciante de boa-fé.

Em conformidade com a Política do Canal de Ouvidoria/Denúncias, e os princípios que norteiam a gestão do Canal, todos os colaboradores do Grupo Eurofarma são proibidos de praticar ou envolver-se em atos de represália contra quem denuncie, de boa-fé, suspeitas de atos ilícitos ou que coopere em uma investigação ou auditoria.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O relato é apresentado e discutido no Comitê de Ética, que tem 30 dias para avaliação, investigação e retorno, podendo este prazo ser postergado por igual período caso necessário. É importante ressaltar ainda que (a) há uma metodologia para classificação quanto à criticidade das ocorrências; (b) possibilidade de investigação por equipe interna ou consultoria externa; (c) disponibilização de relatório/indicadores das denúncias recebidas e suas respectivas apurações aos órgãos de governança e; e por fim (d) um fluxo específico para denúncias envolvendo membros do Comitê de Ética.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não tem conhecimento de casos relativos a desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública cometidos pela Eurofarma.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável, uma vez que a Companhia possui um programa de compliance devidamente implementado e eficaz, contando com regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a

5.3 Programa de integridade

prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia estava exposta.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, em complemento ao item 5.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que os principais fatores de risco aos quais o Grupo Eurofarma está exposto refletem aspectos estratégicos-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo Eurofarma e os riscos econômico-financeiros, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo Eurofarma são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional do Grupo Eurofarma, sendo que a prática é gerir os riscos existentes de forma conservadora, e essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para o qual a Companhia busca proteção constam no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Como estratégia de gerenciamento de riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio, a Companhia pode fazer uso de diversos instrumentos de derivativos como swaps, NDF (*non-deliverable forward*) e opções. A escolha por cada tipo de contrato vai depender da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como liquidez dos contratos. A Companhia administra tais instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreada em suas operações e não utiliza tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (*hedge*).

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia realizou, entre 2021 e 2022, operações de NDF (*non-deliverable forward*), com o objetivo de gerenciar riscos de mercado sobre investimentos atrelados ao dólar americano, bem como importações de insumos denominados em dólar americano ou euro. Tais operações foram liquidadas antecipadamente em maio de 2022, de modo que, em 31 de dezembro de 2023, não havia NDF em aberto.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Gestão de risco de crédito

Para fins de gerenciamento do risco de crédito que advém das aplicações financeiras e demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter concentração de investimentos em um único grupo econômico. De acordo com a política de aplicações financeiras, o Grupo não poderá alocar recursos em investimentos financeiros em

5.5 Outras informações relevantes

instituições financeiras sem nota de crédito e/ou que não tenham ao mínimo rating A-, em escala local, emitida por uma das principais agências de classificação de risco de crédito. Como o objetivo do Grupo é manter a liquidez de seus recursos, deverão ser priorizadas aplicações financeiras com liquidez imediata. No entanto, quando o fluxo de caixa permitir e com disciplina financeira, estão autorizadas operações com carência (período em que o Investimento Financeiro não pode ser resgatado) de até 90 dias, a ser aprovado pela área financeira corporativa. Ademais, o Grupo monitora constantemente as notas das instituições parceiras para determinar se as avaliações de riscos publicadas permanecem as mesmas ou se houve um aumento significativo no risco dessas, a fim de remanejar suas aplicações financeiras, caso necessárias. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações a termo para proteções cambiais via NDF (*non deliverable forward*). As operações são contratadas com bancos e/ou instituições financeiras que possuem rating mínimo A-, em escala local, baseado na análise de risco de crédito de uma das três principais agências de classificação de risco. O Grupo monitora constantemente as notas das instituições parceiras para determinar se as avaliações de riscos publicadas permanecem as mesmas ou se houve um aumento significativo no risco dessas, a fim de remanejar suas operações, caso necessário.

Adicionalmente, a política de vendas do Grupo Eurofarma está subordinada às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação de suas vendas (pulverização do risco). As perdas estimadas são integralmente provisionadas. A Companhia tem contas a receber com dois clientes representando em média 36,6% do total do contas a receber.

A exposição do Grupo Eurofarma a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Diante disso, foi estabelecida uma política de crédito na qual os novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo Eurofarma apresentar sua proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

Gestão de risco de liquidez

A abordagem do Grupo Eurofarma no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, de forma a garantir a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com um risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Gestão do risco da taxa de juros

5.5 Outras informações relevantes

Os riscos relacionados a perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem a despesa financeira relativa a empréstimos e financiamentos captados no mercado são mitigados com a diversificação na captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas e/ou pós-fixadas lastreadas em CDI, LIBOR, TJLP e IPCA, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

Gestão do risco com taxa de câmbio

Ao longo do exercício social de 2023, a Companhia não utilizou o mecanismo de proteção cambial via *Non Deliverable Forward* (NDF) para gerenciar o risco de variação cambial, principalmente às exposições de compras de insumos importados e investimentos denominados em dólar e euro. Em 31 de dezembro de 2023, a Controladora não possuía contratos futuros de NDF em aberto.

Gestão do risco de preço das matérias-primas

Para mitigar esse risco, tanto no mercado nacional quanto no internacional, o Grupo Eurofarma monitora permanentemente as oscilações dos preços das matérias-primas e dos insumos utilizados e que impactam os seus custos de produção.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)
Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, em linha com o informado em suas demonstrações financeiras, os riscos de mercado são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional do Grupo Eurofarma, sendo que a prática é gerir os riscos existentes de forma conservadora, e essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, bem como garantir que o risco esteja alinhado com os parâmetros definidos pela Administração.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MAURIZIO BILLI						
943.308.168-49	Brasil	Não	Sim	31/12/2020		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Santos Fundo de Investimento em Ações						
15.831.754/0001-60	Brasil	Não	Sim	07/11/2024		
Não						
987.568.072	100,000	0	0,000	987.568.072	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
987.568.073	100,000	0	0,000	987.568.073	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Santos Fundo de Investimento em Ações				15.831.754/0001-60		
CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO						
40.479.429/0001-28	Brasil	Não	Sim	28/12/2023		
Não						
2.016.569	0,580	0	0,000	2.016.569	0,580	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CONTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES						
10.225.683/0001-39	Brasil	Não	Não	07/11/2024		
Não						
5.987.249	1,723	0	0,000	5.987.249	1,723	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MAIRA BILLI						
395.714.238-58	Brasil	Não	Sim	10/12/2020		
Não						
169.736.035	48,848	0	0,000	169.736.035	48,848	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Santos Fundo de Investimento em Ações				15.831.754/0001-60		
MARCO BILLI						
395.608.208-77	Brasil	Não	Sim	10/12/2020		
Não						
169.736.035	48,848	0	0,000	169.736.035	48,848	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
347.475.888	100,000	0	0,000	347.475.888	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO				40.479.429/0001-28		
MAIRA BILLI						
395.714.238-58	Brasil	Não	Sim	16/05/2023		
Não						
404.998.468	50,000	0	0,000	404.998.468	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARCO BILLI						
395.608.208-77	Brasil	Não	Sim	16/05/2023		
Não						
404.998.468	50,000	0	0,000	404.998.468	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO				40.479.429/0001-28		
809.996.936	100,000	0	0,000	809.996.936	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ASSURUÁ IV SUBHOLDING I S.A.	38.249.067/0001-37	16,97
DAMUZI COMPANY S.A.	00.000.000/0000-00	100
DIPLO PARTICIPAÇÕES LTDA.	37.001.900/0001-63	100
DIPLO-DARWIN S.R.L. DE C.V.	00.000.000/0000-00	100
EUROFARMA ARGENTINA S.A.	00.000.000/0000-00	67
EUROFARMA CHILE S.P.A.	00.000.000/0000-00	99
Eurofarma Colombia S.A.S	00.000.000/0000-00	100
EUROFARMA COSTA RICA, S.A.	00.000.000/0000-00	99,5
EUROFARMA EL SALVADOR, SOCIEDAD ANÓNIMAS DE CAPITAL VARIABLE	00.000.000/0000-00	99
EUROFARMA GUATEMALA, SOCIEDAD ANÓNIMA	00.000.000/0000-00	99,999
Eurofarma Guatemala, Sociedad Anónima	00.000.000/0000-00	99,9998
EUROFARMA HONDURAS, S.A.	00.000.000/0000-00	99,9
EUROFARMA MOÇAMBIQUE LIMITADA	00.000.000/0000-00	99
EUROFARMA NICARÁGUA S.A.	00.000.000/0000-00	99
EUROFARMA PANAMÁ, S.A.	00.000.000/0000-00	99
EUROFARMA PARAGUAY S.A.	00.000.000/0000-00	99,99
Eurofarma Perú S.A.C	00.000.000/0000-00	99,363
EUROFARMA S.A.S.	00.000.000/0000-00	99,9999

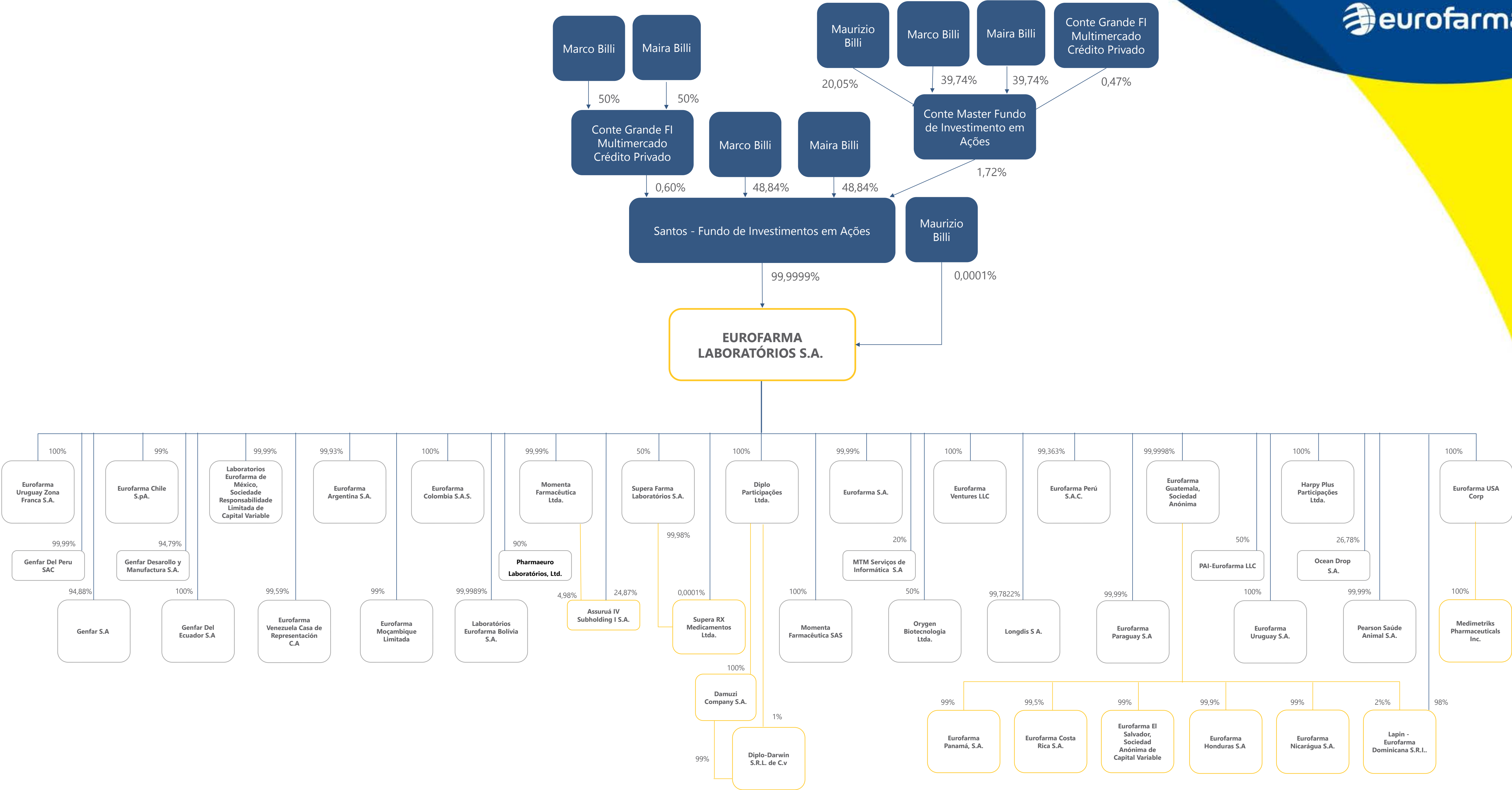
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
EUROFARMA URUGUAY ZONA FRANCA S.A.	00.000.000/0000-00	100
EUROFARMA US LLC	00.000.000/0000-00	100
EUROFARMA USA CORP.	00.000.000/0000-00	100
EUROFARMA VENEZUELA CASA DE REPRESENTACIÓN C.A.	00.000.000/0000-00	99,59
GENFAR DEL ECUADOR S.A.S.	00.000.000/0000-00	100
GENFAR DEL PERU S.A.C.	00.000.000/0000-00	99,99
GENFAR DESAROLLO Y MANUFACTURA S.A.	00.000.000/0000-00	100
GENFAR S.A.	00.000.000/0000-00	100
HARPY PLUS PARTICIPAÇÕES LTDA.	42.496.503/0001-40	100
LABORATÓRIOS EUROFARMA BOLÍVIA S.A.	00.000.000/0000-00	99,9989
LABORATÓRIOS EUROFARMA DE MÉXICO, SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA DE CAPITAL VARIABLE	00.000.000/0000-00	99,999
Longdis S.A.	02.338.534/0001-58	99,7767
MEDMETRIKS PHARMACEUTICALS, INC.	00.000.000/0000-00	100
Momenta Farmacêutica Ltda.	14.806.008/0001-54	99,999
MOMENTA FARMACÊUTICA S.A.S	00.000.000/0000-00	100
MTM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A.	07.622.836/0001-77	20

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
OCEAN DROP S.A.	29.201.041/0001-28	26,78
ORYGEN BIOTECNOLOGIA LTDA.	16.530.067/0001-78	50
PAI - EUROFARMA LLC	00.000.000/0000-00	50
PEARSON SAÚDE ANIMAL S.A.	07.746.586/0001-87	99,999
PHARMAEURO LABORATÓRIOS, LTD.	00.000.000/0000-00	50
Supera Farma Laboratórios S.A.	43.312.503/0001-05	50
SUPERA RX MEDICAMENTOS LTDA.	15.759.157/0001-72	0,0001

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

- Informação adicionais aos itens 6.1 e 6.2 do Formulário de Referência

Usufruto das costas de emissão do Santos FIA: Na data deste Formulário de Referência, das 339.472.070 cotas de emissão do Santos – Fundo de Investimento em Ações (“Santos FIA”) de titularidade, em conjunto, do Sr. Marco Billi e da Sra. Maira Billi, que equivalem a 97,69% do total de cotas do Santos FIA, foi constituído usufruto sobre 254.604.052 cotas, que equivalem a 73,26% do total de cotas do Santos FIA, ao Sr. Maurizio Billi.

Usufruto das cotas de emissão do Conte Grande FIM: Na data deste Formulário de Referência, das 75.372.675 cotas do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (“Conte Grande FIM”) de titularidade, em conjunto, do Sr. Marco Billi e da Sra. Maira Billi, que equivalem a 100% do total de cotas do Conte Grande FIM, foi constituído usufruto sobre 56.529.506 cotas, que equivalem a 75% do total de cotas do Conte Grande FIM, ao Sr. Maurizio Billi.

Usufruto das cotas de emissão do Conte Master FIA: Na data deste Formulário de Referência, das 201.504.216.075.642 cotas do Conte Master Fundo de Investimento em Ações (“Conte Master FIA”) de titularidade, em conjunto, do Sr. Marco Billi e da Sra. Maira Billi, que equivalem a 79,46% do total de cotas do Conte Master FIA, foi constituído usufruto sobre 151.128.162.056.732 cotas, que equivalem a 59,6% do total de cotas do Conte Master FIA, ao Sr. Maurizio Billi.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia geral e administração

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que os conselheiros serão eleitos pela Assembleia Geral, a qual nomeará também o presidente do órgão, sendo que ocorrendo vacância definitiva do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá o mandato do Conselheiro substituído até a primeira Assembleia Geral da Companhia, que poderá ratificar a nomeação ou eleger outro Conselheiro. Caso os Conselheiros remanescentes não logrem, por maioria, escolher o substituto, será convocada Assembleia Geral para proceder a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

A Companhia não possui mecanismos de avaliação formal de desempenho de cada órgão da administração e seus membros.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Item não aplicável.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Item não aplicável.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item não aplicável.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Estatuto Social da Companhia veda a intervenção dos membros do Conselho de Administração nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que a Companhia considera suficiente para sua atual situação.

iii. como número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia, mediante deliberação da Reunião do Conselho de Administração, aprovou a extinção do Comitê de Pessoas e Organização e do Comitê ASG - Ambiental, Social e Governança, bem como aprovou a criação e instalação do Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG, órgão de assessoramento estratégico e de recomendação do Conselho de Administração, que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no que diz respeito ao alinhamento entre a visão, as estratégias de negócios e a gestão dos colaboradores da Companhia, assegurando o desenvolvimento, constante, de um modelo de governança e de gestão que proporcione maior eficiência e agilidade decisória, com foco especial na integração dos temas ambientais, sociais, de governança e sustentabilidade, no processo de gestão da Companhia.

Uma vez que as reuniões do Comitê são realizadas, no mínimo, 4 vezes por ano, é assegurado ao Conselho de Administração o conhecimento e debate de temas de Pessoas, Organização e ESG de forma contínua, estruturada e eficaz. Nesse sentido, o Comitê analisa, acompanha, recomenda e reporta regularmente ao Conselho (i) diretrizes, estratégias e plano de trabalho de temas ESG; (ii) metas, indicadores, relatórios, comunicações institucionais e iniciativas de ESG; (iii) práticas para fortalecer a disseminação da cultura ESG na Companhia; e (iv) "Protocolos", "Princípios", "Acordos", "Pactos", "Iniciativas" e "Tratados" nacionais ou internacionais, direta ou indiretamente relacionados ao tema ESG.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 13	4	9	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 13	0	13	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

A Diretoria é composta por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 06 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica (em conjunto, os "Diretores").

Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou em seu Estatuto Social, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes atos a seguir descritos:

- Zelar pela observância do Estatuto Social;
- Administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- Assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos do Estatuto Social;
- Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- Decidir sobre a abertura, o fechamento ou a transferência de filiais;
- Autorizar qualquer alienação, aquisição ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor seja inferior a R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais);
- Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus acionistas e/ou respectivas afiliadas, aprovação de qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas em valor abaixo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), bem como aprovar qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia e qualquer de suas subsidiárias integrais; e
- Praticar todos os demais atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, exceto aqueles que por lei ou por disposição do Estatuto Social sejam de atribuição de outro órgão.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. Adicionalmente, a Companhia não possui regimento interno do Conselho Fiscal, podendo aprovar um regimento quando de sua instalação. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Comitês – Não estatutários e de Assessoramento ao Conselho

Comitê de Auditoria e Compliance:

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Compliance, órgão não estatutário, que tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- (i) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) Aprovar, previamente à deliberação do Conselho, eventuais serviços de auditoria ou extra-auditoria prestados pelo auditor independente;
- (iii) Supervisionar as atividades da auditoria independente;
- (iv) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (v) Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (vi) Examinar, previamente, as propostas e o escopo do plano anual de auditoria interna, elaborado pela área de auditoria interna, formulando ao Conselho recomendações quanto à aceitação ou rejeição das mesmas;
- (vii) Avaliar qualquer alteração significativa na seleção ou aplicação de princípios de contabilidade pela Companhia;
- (viii) Monitorar as exposições de risco da Companhia, de acordo com as políticas de gerenciamento de riscos vigentes, bem como avaliar a adequação dos métodos de avaliação de riscos utilizados pela Companhia e os resultados das avaliações efetuadas;
- (ix) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- (x) Avaliar e monitorar, juntamente com a administração, com o Comitê de Transações com Partes Relacionadas, quando instalado, com a área jurídica e de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas vigente, se houver, ou do Estatuto Social;
- (xi) Receber do Comitê de Ética da Companhia informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (xii) Propor e aprovar, junto ao Conselho, um cronograma de atividades do CAC para o exercício social correspondente;
- (xiii) Propor ao Conselho a contratação, quando necessário, de assessores independentes (advogados, contadores, consultores e outros) com o objetivo de auxiliá-lo na consecução de seus objetivos, em observância ao seu próprio orçamento;
- (xiv) Elaborar seu orçamento anual, considerando os recursos necessários para pagamento das despesas administrativas normais, que se mostrem necessárias ou apropriadas para o exercício de suas atividades, bem como as despesas com consultorias externas contratadas diretamente pelo próprio CAC;
- (xv) Examinar, com o principal assessor jurídico da Companhia, ao menos anualmente:

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- todos os assuntos jurídicos importantes que podem ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia; e,
 - as políticas de conformidade da Companhia.
- (xvi) Acompanhar a atuação das áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e *Compliance*; e
- (xvii) Elaborar relatório anual do CAC, com um resumo das atividades realizadas ao longo do ano.

O Comitê de Auditoria e Compliance possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2022 e que pode ser consultado no *website* da Companhia (<https://ri.eurofarma.com.br/>).

Comitê de Transações com Partes Relacionadas:

O Comitê de Transações com Partes Relacionadas tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- (i) Analisar e emitir opinião ao Conselho sobre Transações com Partes Relacionadas, em especial as que precisem ser aprovadas pelo Conselho de Administração nos termos do art. 16, xv do estatuto social da Companhia;
- (ii) Avaliar periodicamente as transações entre partes relacionadas;
- (iii) Atuar como mediador e propor solução sempre que houver divergência entre a Companhia e qualquer das partes relacionadas em qualquer discussão sobre negócios, contratos, operações ou serviços; e
- (iv) Propor ao Conselho a renegociação ou descontinuidade de um serviço, negócio, contrato ou qualquer operação com partes relacionadas, sempre que julgar que as condições do referido negócio estejam beneficiando uma das partes de forma indevida ou fora das condições de mercado.

O Comitê de Transações com Partes Relacionadas possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2022 e que pode ser consultado no *website* da Companhia (<https://ri.eurofarma.com.br/>).

Comitê Estratégico de Pessoas, Organização e ESG

O Comitê Estratégico de Pessoas, Organização e ESG tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- (i) Criar, discutir, formular e acompanhar as diretrizes, as políticas e os normativos internos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, as estruturas e as práticas de desenvolvimento, de recursos humanos e de sistema de gestão, relativos à cultura, clima e estrutura da Companhia, bem aqueles relacionados ao desenvolvimento sustentável da Companhia, sempre em conformidade com a legislação aplicável e considerando as melhores práticas de mercado;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (ii) Identificar, examinar e discutir oportunidades de melhoria nas práticas da Companhia, relacionadas aos assuntos atinentes ao escopo do Comitê, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho;
- (iii) Recomendar ações que reforcem a cultura organizacional alinhada à missão, propósito e valores da Companhia, focada na construção de resultados sustentáveis;
- (iv) Identificar, discutir e tratar de assuntos relacionados ao escopo do Comitê, com potencial impacto de materialização de riscos à Companhia, informando o tema ao Conselho e ao Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, conforme necessidade, de modo a emitir suas recomendações e providências para eliminação ou mitigação dos referidos riscos;
- (v) Apresentar ao Conselho informações gerenciais sobre a atuação do Comitê para reforçar a agenda corporativa de Pessoas, Organização e ESG na Companhia;
- (vi) Discutir, recomendar e contribuir, de forma contínua, com (a) as diretrizes e as políticas de recursos humanos da Companhia e suas controladas, inclusive aquelas relacionadas à atração, engajamento e retenção de talentos, salarial, remuneração e benefícios; (b) definição de metas; (c) programa de participação nos resultados (PPR); (d) planos de incentivo de longo prazo ("ILP"), previdência e outorga de opção de compra e/ou subscrição de ações; (e) processos de acompanhamento de clima organizacional e engajamento e respectivos planos de ação advindos do tema; dentre outros;
- (vii) Apresentar ao Conselho proposta de remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia (Diretores e Conselheiros), com base nas melhores práticas de mercado;
- (viii) Participar de processos seletivos de candidatos aos cargos da Diretoria, do Conselho, das Vice-Presidências e de Comitês de assessoramento, conforme indicação do Diretor Presidente e/ou Presidente do Conselho, submetendo sua recomendação à aprovação do Conselho;
- (ix) Acompanhar e monitorar a execução do plano de sucessão dos executivos da Companhia, bem como mantê-lo atualizado para report, periódico, ao Presidente do Conselho;
- (x) Acompanhar o processo de avaliação anual dos Executivos da Companhia e/ou controladas, para confirmação do atingimento das metas de desempenho, financeiras e não financeiras (incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança), alinhadas com os valores e princípios éticos da Companhia;
- (xi) Acompanhar os compromissos de natureza ambiental, social e de governança corporativa assumidos pela Companhia por meio do monitoramento das ações dos grupos de trabalho voltados para ESG;
- (xii) Acompanhar as tendências dos temas relacionados à sustentabilidade do negócio e propor a inclusão da Companhia em políticas globais ou regionais referentes à sustentabilidade empresarial;
- (xiii) Analisar, acompanhar, recomendar e reportar, regularmente, ao Conselho (a) diretrizes, estratégias e plano de trabalho de temas ESG (b) metas, indicadores, relatórios, comunicações institucionais e iniciativas de ESG, com repercussão pública relativas às questões ambientais, sociais e de governança; (c) práticas que fortaleçam a disseminação da cultura ESG na Companhia, bem como multiplicá-las em sua atuação; e (d) "Protocolos", "Princípios", "Acordos", "Pactos", "Iniciativas" e "Tratados" nacionais ou internacionais, direta ou indiretamente relacionados ao tema ESG;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(xiv) Analisar e apresentar, quando necessário, pontos de melhoria na estrutura operacional de ESG da Companhia (metodologia, processos, sistemas, política, procedimentos, mecanismos de reporte, dentre outros) e recomendá-los ao Conselho; e

(xv) Solicitar eventuais análises de riscos e/ou oportunidades, referentes aos temas ESG, para a Administração da Companhia, sempre que julgar necessário, para atuação preventiva.

O Comitê Estratégico de Pessoas, Organização e ESG possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2024 e que pode ser consultado no *website* da Companhia (<https://ri.eurofarma.com.br/>).

Comitês – Não estatutários e de suporte à administração

Comitê de Ética Corporativo:

O Comitê de Ética Corporativo subsidia o Conselho de Administração tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- (i) Observar e assegurar o cumprimento de todos os dispositivos do Código de Ética e Conduta, bem como das normas, políticas, manuais e procedimentos internos e/ou quaisquer outros normativos com relação ao cumprimento de valores éticos e legais pertinentes do Grupo Eurofarma;
- (ii) Aprovar e/ou propor alterações nas Políticas e Normas integrantes do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma;
- (iii) Avaliar a necessidade de alteração do conteúdo deste regimento, do Código de Ética e Conduta, ou norma relacionada como parte do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma, propondo alterações ao Presidente;
- (iv) Analisar, processar, investigar ou supervisionar, as denúncias e/ou informações que lhe forem dirigidas, diretamente ou por meio do Canal de Ouvidoria, mesmo que se trate de infrações potenciais;
- (v) Tratar com confidencialidade as informações obtidas e o conteúdo do procedimento de investigação, incluindo sigilo em relação à identidade dos denunciantes de condutas, comprometendo-se a exigir esse mesmo sigilo de quaisquer terceiros que sejam convidados a assessorar os trabalhos do Comitê;
- (vi) Proteger e garantir a não retaliação aos denunciantes de boa-fé;
- (vii) Prezar pela imparcialidade das decisões;
- (viii) Deliberar, na maior brevidade possível e de forma fundamentada, acerca de suas conclusões e das providências cabíveis relativas aos assuntos e fatos avaliados pelo Comitê, consoante previsto neste regimento;
- (ix) Indicar ao Presidente do Grupo Eurofarma, as medidas específicas de controle e monitoramento necessárias ao funcionamento efetivo do Programa de Integridade instituído, recomendando, conforme for o caso, ações corretivas, educativas e preventivas;
- (x) Apoiar a implementação de medidas, visando assegurar a correta aplicação do Código de Ética e Conduta, bem como das demais normas internas do Grupo Eurofarma;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (xi) Incentivar a capacitação dos Colaboradores e Terceiros, com relação à compreensão e adesão aos dispositivos do Código de Ética e Conduta do Grupo Eurofarma, por meio da realização de treinamentos regulares específicos e comunicação interna;
- (xii) Requisitar às áreas pertinentes do Grupo Eurofarma o envio de informações e/ou documentos para apuração das denúncias e/ou informações submetidas à sua apreciação;
- (xiii) Determinar a realização de diligências, sindicâncias e solicitar pareceres de especialistas com relação às denúncias e/ou informações de infração ética ou à legislação vigente, ao Código de Ética e Conduta e demais normas internas do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma;
- (xiv) Comunicar e propor medidas quando identificar quaisquer conflitos que possam prejudicar a atuação independente e imparcial do Comitê.

Comitê Fiscal:

O Comitê Fiscal, em que pese a sua nomenclatura, não está vinculado ao Conselho de Administração, possui natureza não-estatutária e presta auxílio e informações à Diretoria em relação às alterações legislativas pertinentes ao negócio.

O Comitê Fiscal possui as seguintes atribuições e responsabilidades:

- (i) Discussão dos impactos decorrentes das alterações legislativas nas esferas trabalhista/previdenciária, societária e tributária;
- (ii) Discussão de novos projetos e implementação de novas estruturas que tragam economia nas esferas tributária e trabalhista/previdenciária para a EUROFARMA e seus respectivos riscos; e
- (iii) Monitoramento dos critérios e registros dos ativos e passivos contingentes da EUROFARMA (trabalhista, previdenciária e tributária).

O Comitê Fiscal possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de novembro de 2021 e que pode ser consultado no website da Companhia (<https://ri.eurofarma.com.br/>).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, sendo que a empresa de auditoria externa contratada reportar-se-á ao Conselho de Administração, podendo ser convocada para prestar os esclarecimentos que o Conselho de Administração entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que o balanço e as demonstrações financeiras da Companhia sejam auditados por auditores externos independentes, devidamente registrados na CVM, visando garantir assim a confiabilidade dos dados auditados para o investidor.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Além disso, é responsabilidade do Comitê de Auditoria e Compliance aprovar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, eventuais serviços de auditoria ou extra-auditoria prestados pelo auditor independente. Ainda, o Comitê de Auditoria e Compliance deve opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como supervisionar tal atividade.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A controladora da Companhia conta com um canal de denúncia de Compliance acessível a qualquer colaborador e terceiro (fornecedores, clientes, parceiros) que deseje endereçar denúncias, críticas ou comentários gerais relacionados aos temas e práticas de Compliance e ASG de companhias do Grupo Eurofarma. Questões ASG podem ser encaminhadas através do Canal de Compliance pelo telefone "0800-6021834", ou por e-mail compliance@eurofarma.com.br, ou pelo site <https://www.contatoseguro.com.br/pt/grupoeurofarma>, ou ainda pelo "Fale Conosco" no site ["https://eurofarma.com/fale-conosco"](https://eurofarma.com/fale-conosco). Recebida alguma denúncia relacionada a ASG, o assunto é triado pela área de Compliance e levado para discussão no Comitê de Ética da Eurofarma e, se necessário, endereçado ao Conselho de Administração da Eurofarma. Os indicadores do Canal de Denúncias Eurofarma são reportados periodicamente aos órgãos de governança, tais como, Comitê de Ética, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, assim como, reportados à Auditoria Externa.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome	CLÁUDIO ROBERTO ELY	CPF:	137.688.320-15	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro Civil	Data de Nascimento:	04/01/1949
Experiência Profissional:	O Sr. Ely é engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mais de 40 anos de experiência na liderança de grandes organizações, como Camargo Correa Metais S.A., Banco Geral do Comércio S.A. e Drogasil S.A., empresas nos ramos de construção civil, setor financeiro e setor varejista farmacêutica. Nessas empresas, o Sr. Ely foi Diretor Superintendente (CEO) da Camargo Correa Metais S.A., Diretor Executivo, Diretor de Operações e CEO do Banco Geral do Comércio S.A. e presidente da Drogasil S.A. Desde 2013 ele é presidente do conselho da Pet Center Comércio e Participação S.A., presidente do conselho da Althaia S.A., Senior Advisor da Warburg Pincus no Brasil, membro do conselho de administração da DIMED Distribuidora de Medicamentos S.A., membro do conselho da Allied Tecnologia S.A. e membro do conselho da Eurofarma Laboratórios S.A. O Sr. Ely não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Ely é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Vale dizer que, embora a Companhia esteja listada no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Sim	23/11/2021				
Condenações:											
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação									
N/A											

Nome CRISTINA PRESZ PALMAKA DE LUCA

CPF: 100.484.148-59

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administradora de Empresas e contabilidade

Data de Nascimento: 06/09/1968

Experiência Profissional:

A Sra. Palmaka é presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020, após presidir a subsidiária brasileira desde 2013. Atua no setor de TI há mais de 30 anos e é reconhecida por sua abordagem estratégica para liderar equipes e empresas na busca de resultados por meio da inovação e do foco em negócios. Com um estilo de gestão que prioriza a formação de equipes sólidas, Cristina também se destaca por valorizar iniciativas de governança corporativa, diversidade, inclusão e saúde mental. Sob a liderança dela, a SAP Brasil recebeu o certificado Economic Dividends for Gender Equality (EDGE) por conta do compromisso da empresa com a igualdade de gêneros no local de trabalho, e o Top Employers Brasil, no qual a SAP foi reconhecida pela qualidade de suas políticas de recursos humanos. Também sob o comando de Cristina, a SAP foi reconhecida pelo Guia Exame de Diversidade em 2019 e 2020 pelas iniciativas que contemplam as melhores práticas de diversidade e inclusão. A companhia ganhou o prêmio de Empresa do Ano no setor de tecnologia e destaque em ações para o público LGBTI+, por oferecer iniciativas consistentes e com forte engajamento interno. A executiva é membro do Conselho da Junior Achievement, ONG mundial com foco na educação de jovens, além de integrar o Conselho de Administração da C&A e Arcos Dorados, a maior franqueadora McDonald's no mundo. Em 2019, ganhou o prêmio de Executiva de TI do Ano, da IT Mídia, e foi considerada uma das melhores CEOs do Brasil pela revista Forbes.

A Sra. Palmaka não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

A Sra. Palmaka é considerada independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Vale dizer que, embora a Companhia esteja listada no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.

Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Sim	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JULIANA ROZENBAUM
MUNEMORI

CPF: 081.606.157-28

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 21/07/1976

Experiência Profissional: A Sra. Munemori é formada em Economia pela PUC-RJ e com a designação CFA, conta com ampla experiência no setor de consumo e varejo. Integra o Conselho de Administração das Lojas Renner, desde abril de 2017 e Cogna Educação desde 2019, além de Conselheira Consultiva da Dengo Chocolates e Nk Store. Faz parte, ainda, de diversos Comitês dentro dessas companhias, é mentora ativa e Conselheira de empreendedores da Endeavor. A Sra. Munemori foi membro independente do Conselho de Administração da Dexco, da EDP Energias do Brasil e Conselheira da Arezzo&Co. Anteriormente, passou por algumas instituições financeiras entre 2000 e maio de 2013, mas primordialmente no Itaú BBA. Entre 2013 e 2017, atuou como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment Banking. A Sra. Munemori não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Munemori é considerada independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Vale dizer que, embora a Companhia esteja listada no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Sim	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JULIO CESAR GAGLIARDI CPF: 638.813.658-34 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis N/D são: Data de Nascimento: 22/04/1954

Experiência Profissional: O Sr. Gagliardi possui 45 anos de experiência na indústria farmacêutica, tendo ocupado cargos diversos na área comercial da indústria farmacêutica. Atuou de 1978 a 2001 na Aché quando então iniciou suas atividades na Companhia como diretor comercial, na qual permaneceu, até 2023, como Vice-Presidente Comercial. Atualmente o Sr. Gagliardi faz parte é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e é proprietário de empresa de consultoria. O Sr. Gagliardi não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	25/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MAIRA BILLI

CPF: 395.714.238-58

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administradora de Empresas

Data de Nascimento: 21/10/1990

Experiência Profissional:

A Sra. Billi é graduada em Administração de Empresas na Anhembi Morumbi. Iniciou sua carreira na Companhia em 2011, na área de Responsabilidade Social, seguida pelas áreas de Prescrição Médica, Oncologia, Recursos Humanos, Administração Financeira, Suprimentos, Planejamento de Produção, Controle de Qualidade, Industrial e Planejamento Estratégico.

Em 2013, passou a ocupar o cargo de Diretora Sem Designação Específica da Companhia, o qual ocupa até hoje.

Em 2019, idealizou o Projeto Lactare, o primeiro Banco de Leite de empresa privada da América Latina.

Em 2021, assumiu a Diretoria da Pearson Saúde Animal, uma das controladas da Companhia.

A Sra. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretora sem Designação Específica, para o qual foi eleita e tomou posse em 23/11/2021, com um mandato de 3 anos. Em relação ao cargo de membro do Conselho de Administração, a Sra. Billi foi reeleita e tomou posse em 30/04/2024, com um mandato de 2 anos.

A Sra. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	21/11/2024	3 anos	Outros Diretores	Diretora sem designação específica	21/11/2024	Sim	23/11/2021
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCELO MARTINS

CPF: 084.530.118-77

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 21/10/1966

Experiência Profissional: O Sr. Martins é formado em Administração pela FGV, com especialização em Finanças. É Diretor Vice-Presidente de Estratégia da Cosan S.A. Antes de ingressar na Cosan, o executivo foi diretor Financeiro e de Desenvolvimento de Negócios da Votorantim Cimentos entre 2003 e 2007, após 4 anos nos Estados Unidos como Diretor do BankBoston e Citibank (Salomon Smith Barney) entre 1999 e 2003. Também comandou a área de Renda Fixa Latino-americana do Salomon Smith Barney, em Nova Iorque. Atualmente, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cosan, membro desde 2021 e antes de 2010 a 2019; Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Membro do Comitê de Estratégia e Sustentabilidade da Cosan; Membro do C.A. no Grupo Eurofarma; Membro do C.A., do Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração, Comitê Estratégico e de Sustentabilidade e Comitê Financeiro da Rumo; Membro do C.A., do Comitê de Pessoas e do Comitê Financeiro da Compass; Membro do C.A. da Raízen; e Membro do C.A. da Moove.

É também líder do departamento de Renda Fixa Latino-americana do Salomon Smith Barney, em Nova Iorque; e Diretor Financeiro e de Desenvolvimento de Negócios da Votorantim Cimentos. Atua em várias frentes estratégicas, financeiras de gestão de riscos, acumulando também sólida experiência nas áreas industriais, ESG, pessoas, entre outras.

O Sr. Martins não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Martins é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Vale dizer que, embora a Companhia esteja listada no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.

Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Sim	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCO BILLI

CPF: 395.608.208-77

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 06/01/1990

Experiência Profissional:

O Sr. Marco Billi é graduado em Economia e Relações Internacionais pela Facamp (Faculdades de Campinas). Iniciou sua carreira no mercado financeiro em empresas como BTG Pactual e Saint Paul Advisors, empresa de assessoria financeira, atuando em projetos relacionados a fusões e aquisições.

Em 2017, ingressou na Companhia para conduzir a área de M&A. Após concluir a aquisição de diversos projetos e de estruturar a área de Corporate Venture, assumiu a Gerência Geral de controladas da Companhia na Colômbia e, posteriormente, a Diretoria Internacional Latam Norte (México, Colômbia e Centro América).

Atualmente, o Sr. Marco Billi ocupa o cargo de Diretor Presidente, para o qual foi eleito e tomou posse em 23/11/2021, com um mandato de 3 anos, e Diretor de Relações com Investidores, para o qual foi eleito e tomou posse em 24/04/2024, com um mandato unificado com os demais membros da Diretoria anteriormente eleitos.

Em relação ao cargo de membro do Conselho de Administração, o Sr. Marco Billi foi reeleito e tomou posse em 30/04/2024, com um mandato de 2 anos.

O Sr. Marco Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	23/11/2021
Diretoria	21/11/2024	3 anos	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		21/11/2024	Sim	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MAURIZIO BILLI

CPF: 943.308.168-49

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Industrial

Data de Nascimento: 22/11/1957

Experiência Profissional:

O Sr. Billi é industrial e desenvolveu toda a sua carreira dentro do Grupo Eurofarma desde 1977. Com mais de 45 anos de experiência no ramo farmacêutico, iniciou suas atividades profissionais na área de Operações e, nas décadas de 80 e 90, passou por diferentes áreas da empresa. Assumiu, em 1998, a Presidência do Grupo que foi fundado em 1972 por Galliano Billi, seu pai.

Atualmente, ocupa o cargo de Diretor sem Designação Específica, para o qual tomou posse e foi eleito em 23/11/2021, com um mandato de 3 anos. Em relação ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, foi reeleito e tomou posse em 30/04/2024, com um mandato de 2 anos.

O Sr. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	21/11/2024	3 anos	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	21/11/2024	Sim	23/11/2021
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2024	Sim	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

NELSON AUGUSTO MUSSOLINI

CPF:

007.986.128-86

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

02/03/1958

Experiência Profissional:

O Sr. Mussolini é advogado, com mais de 40 anos de experiência na indústria farmacêutica. Sua experiência vai além da área jurídica, incluindo Finanças e Recursos Humanos. Já participou de processos de fusão e sempre manteve a atividade junto às associações de classe. Desde setembro de 2009 é presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma) e sócio da empresa Mussolini Assessoria e Negócios Ltda.

O Sr. Mussolini não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Mussolini é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Vale dizer que, embora a Companhia esteja listada no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.

Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Sim	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome:

CARMELITA
BITTENCOURT DA SILVA
ESTEVES

CPF:

135.708.958-90

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Contadora

Data de Nascimento:

05/07/1973

Experiência Profissional:

A Sra. Esteves é formada em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo, pós-graduada em Administração de Empresas pela FGV e possui MBA em Finanças pela Universidade de São Paulo. Foi Head de Operações Técnicas Financeiras na Novartis, empresa da indústria farmacêutica, de 2004 a 2008. Posteriormente, ainda na mesma empresa, foi Head de Planejamento e Controle de Negócios Regional entre 2009 e 2011. Trabalhou como Diretora Financeira da América do Sul na Autoneum, empresa da indústria automotiva, de 2011 a 2013. Atua na Companhia desde 2014.

A Sra. Esteves também ocupa, na data deste Formulário de Referência, o cargo de Diretora de Controladoria.

Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:									
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/06/2024	2 anos	Comitê de Transações com Partes Relacionadas e Comitê de Auditoria e Compliance		25/06/2024	Sim	28/06/2022

Nome:CRISTINA PRESZ PALMAKA DE LUCA

CPF:100.484.148-59

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administrador a de Empresas e contabilidade

Data de Nascimento:06/09/1968

Experiência Profissional:

A Sra. Palmaka é presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020, após presidir a subsidiária brasileira desde 2013. Atua no setor de TI há mais de 30 anos e é reconhecida por sua abordagem estratégica para liderar equipes e empresas na busca de resultados por meio da inovação e do foco em negócios. Com um estilo de gestão que prioriza a formação de equipes sólidas, Cristina também se destaca por valorizar iniciativas de governança corporativa, diversidade, inclusão e saúde mental. Sob a liderança dela, a SAP Brasil recebeu o certificado Economic Dividends for Gender Equality (EDGE) por conta do compromisso da empresa com a igualdade de gêneros no local de trabalho, e o Top Employers Brasil, no qual a SAP foi reconhecida pela qualidade de suas políticas de recursos humanos. Também sob o comando de Cristina, a SAP foi reconhecida pelo Guia Exame de Diversidade em 2019 e 2020 pelas iniciativas que contemplam as melhores práticas de diversidade e inclusão. A companhia ganhou o prêmio de Empresa do Ano no setor de tecnologia e destaque em ações para o público LGBTI+, por oferecer iniciativas consistentes e com forte engajamento interno. A executiva é membro do Conselho da Junior Achievement, ONG mundial com foco na educação de jovens, além de integrar o Conselho de Administração da C&A e Arcos Dorados, a maior franqueadora McDonald's no mundo. Em 2019, ganhou o prêmio de Executiva de TI do Ano, da IT Mídia, e foi considerada uma das melhores CEOs do Brasil pela revista Forbes.

A Sra. Palmaka não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

A Sra. Palmaka é considerada independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Vale dizer que, embora a Companhia esteja listada no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.

Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/02/2024	2 anos	Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG		28/02/2024	Sim	28/06/2022

Nome: DANIELA PANAGASSI CUQUI **CPF:** 168.768.798-60 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 23/11/1975

Experiência Profissional: A Sra. Cuqui é psicóloga, com MBA em Gestão de RH - FEI/ESAN. Passou por empresas como Braskem e na Odebrecht permaneceu de 2009 a 2018. Ingressou no grupo Eurofarma em 2018 como Diretora de Recursos Humanos.
O Sra. Cuqui também é Conselheira do Instituto Eurofarma.
A Sra. Cuqui ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/02/2024	2 anos	Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG		28/02/2024	Sim	28/06/2022

Nome: JULIANA ROZENBAUM MUNEMORI **CPF:** 081.606.157-28 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 21/07/1976

Experiência Profissional:

A Sra. Munemori é formada em Economia pela PUC-RJ e com a designação CFA, conta com ampla experiência no setor de consumo e varejo. Integra o Conselho de Administração das Lojas Renner, desde abril de 2017 e Cogna Educação desde 2019, além de Conselheira Consultiva da Dengo Chocolates e Nk Store. Faz parte, ainda, de diversos Comitês dentro dessas companhias, é mentora ativa e Conselheira de empreendedores da Endeavor.

A Sra. Munemori foi membro independente do Conselho de Administração da Dexco, da EDP Energias do Brasil e Conselheira da Arezzo&Co. Anteriormente, passou por algumas instituições financeiras entre 2000 e maio de 2013, mas primordialmente no Itaú BBA. Entre 2013 e 2017, atuou como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment Banking.

A Sra. Munemori não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

A Sra. Munemori é considerada independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Vale dizer que, embora a Companhia esteja listada no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.

Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outros Comitês		Outros	25/06/2024	2 anos	Comitê de Auditoria e Compliance	Coordenadora do Comitê de Auditoria e Compliance	25/06/2024	Sim	28/06/2022

Nome:

LIZANDRA KAREN DE LIMA

CPF:

178.473.518-38

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Advogada

Data de Nascimento:

30/03/1974

Experiência Profissional:

A Sra. Lima é profissional jurídica e de compliance com mais de 20 anos de experiência. Além da formação jurídica, realizou MBA em Negócios Internacionais e de formação de gerentes gerais na INSEAD. Atuou como Diretora Jurídica e de Compliance e Gerente Geral da farmacêutica Mundipharma, bem como Diretora Jurídica e de Compliance na Atrial, investida do grupo Pátria Investimentos, além de experiências anteriores na Embraer, Natura, Sanofi, tanto no Brasil quanto na América Latina, tanto em cargos de direção, como de gerente geral.

A Sra. Lima também ocupa, na data deste Formulário de Referência, os cargos de membro Diretora Jurídica e de Integridade.

A Sra. Lima ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/06/2024	2 anos	Comitê de Auditoria e Compliance		25/06/2024	Sim	28/06/2022

Nome:

MARCO BILLI

CPF:

395.608.208-77

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

06/01/1990

Experiência Profissional:

O Sr. Marco Billi é graduado em Economia e Relações Internacionais pela Facamp (Faculdades de Campinas). Iniciou sua carreira no mercado financeiro em empresas como BTG Pactual e Saint Paul Advisors, empresa de assessoria financeira, atuando em projetos relacionados a fusões e aquisições.

Em 2017, ingressou na Companhia para conduzir a área de M&A. Após concluir a aquisição de diversos projetos e de estruturar a área de Corporate Venture, assumiu a Gerência Geral de controladas da Companhia na Colômbia e, posteriormente, a Diretoria Internacional Latam Norte (México, Colômbia e Centro América).

Atualmente, o Sr. Marco Billi ocupa o cargo de Diretor Presidente, para o qual foi eleito e tomou posse em 23/11/2021, com um mandato de 3 anos, e Diretor de Relações com Investidores, para o qual foi eleito e tomou posse em 24/04/2024, com um mandato unificado com os demais membros da Diretoria anteriormente eleitos.

Em relação ao cargo de membro do Conselho de Administração, o Sr. Marco Billi foi reeleito e tomou posse em 30/04/2024, com um mandato de 2 anos.

O Sr. Marco Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/02/2024	2 anos	Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG		28/02/2024	Sim	28/06/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:

MARIA DEL PILAR MUNOZ SEMITIEL

CPF:

151.535.698-10

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Comunicadora

Data de Nascimento:

20/11/1970

Experiência Profissional:

A Sra. Muñoz é formada em Comunicação pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado, com especialização em Marketing e Finanças e MBA em Indústria Farmacêutica, ambos pela Fundação Getúlio Vargas.

Há 28 anos na Companhia, construiu sua carreira em Marketing e Vendas, assumindo posteriormente áreas corporativas da organização. Atualmente, como Vice-Presidente, tem sob sua responsabilidade, as áreas de Sustentabilidade e Novos Negócios, que englobam as atividades socioambientais, de comunicação e eventos, além do planejamento estratégico e fusões e aquisições.

Ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/02/2024	2 anos	Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG		28/02/2024	Sim	28/06/2022

Nome:

MARTHA NOVELLI E OLIVEIRA PENNA

CPF:

706.890.917-53

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Médica

Data de Nascimento:

18/10/1958

Experiência Profissional:

A Sra. Penna é médica, formada pela UFRJ, com especialização em Medicina Interna e Psiquiatria, MBA pela Business School SP. Ao longo de sua carreira, atuou no Abbott, como Gerente Geral de Porto Rico e Brasil, além das diretorias Comercial e Médica. Foi CEO da SIN - Sistema de Implantes, empresa investida pelo fundo PE Southern Cross e Gerente Médica na Roche e Asta Médica, totalizando mais de 25 anos de experiência como executiva do setor de saúde. Ingressou na Companhia em 2012, sendo responsável pela estratégia de pipeline e portfólio, contando, para isso, com as áreas de Pesquisa e Desenvolvimento, Médica, Pesquisa Clínica, Regulatórios, Patentes e Licenças. Além da participação no Comitê de Transações com Partes Relacionadas, a Sra. Penna atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente de Inovação.

Declara que, além do descrito acima, não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:									
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/06/2024	2 anos	Comitê de Transações com Partes Relacionadas		25/06/2024	Sim	28/06/2022

Nome: NELSON AUGUSTO MUSSOLINI **CPF:** 007.986.128-86 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 02/03/1958

Experiência Profissional:

O Sr. Mussolini é advogado, com mais de 40 anos de experiência na indústria farmacêutica. Sua experiência vai além da área jurídica, incluindo Finanças e Recursos Humanos. Já participou de processos de fusão e sempre manteve a atividade junto às associações de classe. Desde setembro de 2009 é presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma) e sócio da empresa Mussolini Assessoria e Negócios Ltda.

O Sr. Mussolini não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Mussolini é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Vale dizer que, embora a Companhia esteja listada no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.

Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outros Comitês		Outros	25/06/2024	2 anos	Comitê de Transação com Partes Relacionadas	Coordenador do Comitê de Transação com Partes Relacionadas	25/06/2024	Sim	25/06/2024

Nome:

VALDENISE DOS SANTOS MENEZES

CPF:

836.229.937-15

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Contadora

Data de Nascimento:

21/04/1964

Experiência Profissional:

A Sra. Valdenise Menezes é graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Amazonas, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC/RJ e Pós-MBA Advanced Boardroom Program for Women para formação de conselheiras de administração pela Saint Paul Escola de Negócios. Dentre diversos cursos de aperfeiçoamento, em 2024 concluiu o Programa de Desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral, o Curso de Comitê de Auditoria do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e a 1ª edição do Programa de Governança para mulheres brasileiras na UCLA (Universidade da Califórnia de Los Angeles) em parceria com o Instituto Conselheira 101. É certificada como Membro de Comitê de Auditoria pelo IBGC, associada a WCD (Women Corporate Directors), ao Instituto Conselheira 101 e ao IBGC. Em seus mais de 40 anos de experiência na área financeira e de controladoria, atuou por 9 anos como Diretora de Controladoria na Gol Linhas Aéreas e como Contadora nas Organizações Globo por 12 anos. Nos últimos 6 anos foi Conselheira Fiscal na Smiles, Coordenadora e Especialista Financeira do Comitê de Auditoria, Risco e Compliance na 2W Energia e atualmente é membro do Subcomitê de Políticas Contábeis, Tributárias e Demonstrações Financeiras da Gol Linhas Aéreas, membro do Comitê de Auditoria Estatutário da MGS e Conselheira Consultiva da Navegam.

A Sra. Valdenise declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê		24/06/2026	Comitê de Auditoria e Compliance		29/04/2025	Sim	29/04/2025

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		

Administrador do emissor ou controlada

MARCO BILLI	395.608.208-77	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretor Presidente, membro do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A		Brasileiro(a)	

Pessoa relacionada

MAIRA BILLI	395.714.238-58	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

O Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi são os controladores indiretos da Companhia. Diante disso, ressalta-se a relação de parentesco (Irmão – 1º grau) entre os referidos administradores.

Adicionalmente, o Sr. Marco Billi é Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração da Eurofarma e a Sra. Maira Billi é Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração da Eurofarma, além de ambos serem administradores de algumas controladas da Companhia.

Administrador do emissor ou controlada

MARCO BILLI	395.608.208-77	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretor Presidente, membro do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A		Brasileiro(a)	

Pessoa relacionada

MAURIZIO BILLI	943.308.168-49	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

O Sr. Maurizio Billi possui relação de parentesco (Pai – 1º grau) com o Sr. Marco Billi, o controlador indireto da Companhia.

Além disso, o Sr. Maurizio Billi ocupa o cargo de Diretor e Presidente do Conselho de Administração da Eurofarma, controladora da Companhia e o Sr. Marco Billi é Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração da Eurofarma. Adicionalmente, o Sr. Maurizio e o Sr. Marco são administradores de algumas das controladas da Companhia.

Administrador do emissor ou controlada

Maurizio Billi	943.308.168-49	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARCO BILLI	395.608.208-77	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, configurando relação de parentesco (Pai – 1º grau) entre o administrador, Sr. Maurizio Billi, e o controlador indireto da Eurofarma.				
Além disso, o Sr. Maurizio Billi ocupa os cargos de Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração da Eurofarma e o Sr. Marco Billi é Diretora Presidente, Diretor de Relações com Invesidores e membro do Conselho de Administração da Eurofarma. Adicionalmente, o Sr. Maurizio e o Sr. Marco são administradores de algumas das controladas da Companhia.				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Maurizio Billi	943.308.168-49	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MAIRA BILLI	395.714.238-58	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, configurando relação de parentesco (Pai – 1º grau) entre o administrador, Sr. Maurizio Billi, e a controladora indireta da Eurofarma.				
Além disso, o Sr. Maurizio Billi ocupa os cargos de Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração da Eurofarma e a Sra. Maira Billi é Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração da Eurofarma. Adicionalmente, o Sr. Maurizio e a Sra. Maíra são administradores de algumas das controladas da Companhia.				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MAIRA BILLI	395.714.238-58	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretora sem Designação Específica e Membro (efetivo) do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARCO BILLI	395.608.208-77	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Membro (efetivo) do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
O Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi são os controladores indiretos da Companhia. Diante disso, ressalta-se a relação de parentesco (Irmão – 1º grau) entre os referidos administradores. Adicionalmente, o Sr. Marco Billi é Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração da Eurofarma e a Sra. Maira Billi é Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração da Eurofarma, além de ambos serem administradores de algumas controladas da Companhia.				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MAIRA BILLI	395.714.238-58	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretora sem Designação Específica e Membro (efetivo) do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MAURIZIO BILLI	943.308.168-49	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
O Sr. Maurizio Billi possui relação de parentesco (Pai – 1º grau) com a Sra. Maíra Billi, e a controladora indireta da Companhia.				
Além disso, o Sr. Maurizio Billi ocupa os cargos de Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração da Eurofarma e a Sra. Maira Billi é Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração da Eurofarma. Adicionalmente, o Sr. Maurizio e a Sra. Maíra são administradores de algumas das controladas da Companhia.				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

MAURIZIO BILLI	943.308.168-49	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MAGABI PESQUISAS CLÍNICAS E FARMACÊUTICAS LTDA.	07.796.143/0001-09		
Sócio majoritário	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é sócio minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, também possui uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

MAURIZIO BILLI	943.308.168-49	Controle	Fornecedor
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CONTE CAPITAL S.A.	12.447.643/0001-67		
Acionista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Conte Capital S.A é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, são acionistas da Conte Capital S.A., logo, também possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Administrador do Emissor

MARCO BILLI	395.608.208-77	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente, Diretor de Relação com Investidores e Membro (efetivo) do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SANTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	15.831.754/0001-60		
Cotista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 49,705% de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Ainda, Marco é detentor de 50% das cotas de emissão do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, o qual é cotista do controlador direto da Companhia. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

MARCO BILLI	395.608.208-77	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente, Diretor de Relação com Investidores e Membro (efetivo) do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CONTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	10.225.683/0001-39		
Cotista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 40,472% de cotas do Conte Master Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Ainda, Marco é detentor de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, o qual é acionista controlador indireto da Companhia. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
MARCO BILLI	395.608.208-77	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente, Diretor de Relação com Investidores e Membro (efetivo) do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
MAGABI PESQUISAS CLÍNICAS E FARMACÊUTICAS LTDA.	07.796.143/0001-09		
Sócio minoritário	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Eurofarma. O administrador da Companhia e pai do Sr. Marco Billi, o Sr. Maurizio Billi, é controlador e sócio majoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, possui uma relação de controle com a pessoa relacionada.			
Administrador do Emissor			
MAIRA BILLI	395.714.238-58	Controle	Controlador Direto
Diretora sem Designação Específica e Membro (efetivo) do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SANTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	15.831.754/0001-60		
Cotista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 49,705% (quarenta e nove inteiros e setecentos e cinco milésimos por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controladora direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Ainda, Maira é detentora de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, o qual é acionista controlador indireto da Companhia. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAIRA BILLI	395.714.238-58	Controle	Controlador Direto
Diretora sem Designação Específica e Membro (efetivo) do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	10.225.683/0001-39		
Cotista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A Sra. Maíra Billi é controladora indireto da Companhia, uma vez que é detentora de 40,472% de cotas do Conte Master Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maíra Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas cotas. Ainda, Maíra é detentora de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, o qual é acionista controlador indireto da Companhia. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
CRISTINA PRESZ PALMAKA DE LUCA	100.484.148-59	Subordinação	Fornecedor
Membro independente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAP BRASIL LTDA.	74.544.297/0001-92		
Presidente da SAP Brasil Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP para América Latina e Caribe, empresa do mesmo grupo econômico da SAP Brasil Ltda., que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia.			

Exercício Social 31/12/2022

<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURIZIO BILLI	943.308.168-49	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MAGABI PESQUISAS CLÍNICAS E FARMACÊUTICAS LTDA.	07.796.143/0001-09		
Sócio majoritário	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é sócio minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, também possui uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

MAURIZIO BILLI	943.308.168-49	Controle	Fornecedor
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CONTE CAPITAL S.A.	12.447.643/0001-67		
Acionista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Conte Capital S.A é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, são acionistas da Conte Capital S.A., logo, também possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

MARCO BILLI	395.608.208-77	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SANTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	15.831.754/0001-60		
Cotista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 49,705% de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Ainda, Marco é detentor de 50% das cotas de emissão do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, o qual é cotista do controlador direto da Companhia. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

MARCO BILLI	395.608.208-77	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
CONTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	10.225.683/0001-39			
Cotista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		

Observação

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 40,472% de cotas do Conte Master Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Ainda, Marco é detentor de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, o qual é acionista controlador indireto da Companhia. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

MARCO BILLI	395.608.208-77	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MAGABI PESQUISAS CLÍNICAS E FARMACÊUTICAS LTDA.	07.796.143/0001-09		
Sócio minoritário	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Eurofarma. O administrador da Companhia e pai do Sr. Marco Billi, o Sr. Maurizio Billi, é controlador e sócio majoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, possui uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

MAIRA BILLI	395.714.238-58	Controle	Controlador Direto
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SANTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	15.831.754/0001-60		
Cotista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 49,705% (quarenta e nove inteiros e setecentos e cinco milésimos por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controladora direta da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Ainda, Maira é detentora de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, o qual é acionista controlador indireto da Companhia. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
MAIRA BILLI	395.714.238-58	Controle	Controlador Direto
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	10.225.683/0001-39		
Cotista	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A Sra. Maíra Billi é controladora indireto da Companhia, uma vez que é detentora de 40,472% de cotas do Conte Master Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maíra Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas cotas. Ainda, Maíra é detentora de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, o qual é acionista controlador indireto da Companhia. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
CRISTINA PRESZ PALMAKA DE LUCA	100.484.148-59	Subordinação	Fornecedor
Membro independente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAP BRASIL LTDA.	74.544.297/0001-92		
Presidente da SAP Brasil Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP para América Latina e Caribe, empresa do mesmo grupo econômico da SAP Brasil Ltda., que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia.			

Exercício Social 31/12/2021

<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURIZIO BILLI	943.308.168-49	Controle	Controlador Direto
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MAGABI PESQUISAS CLÍNICAS E FARMACÊUTICAS LTDA.	07.796.143/0001-09		
Empresa que presta serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é acionista minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, possui uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

MAURIZIO BILLI	943.308.168-49	Controle	Fornecedor
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CONTE CAPITAL S.A.	12.447.643/0001-67		
Empresa de locação de imóveis	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Conte Capital S.A. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, também são acionistas minoritários da Conte Capital S.A., logo, possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

MARCO BILLI	395.608.208-77	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SANTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	15.831.754/0001-60		
Controlador direto da Companhia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

MAIRA BILLI	395.714.238-58	Controle	Controlador Direto
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
SANTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	15.831.754/0001-60		
Controlador direto da Companhia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.			

Administrador do Emissor			
CRISTINA PRESZ PALMAKA DE LUCA	100.484.148-59	Subordinação	Fornecedor
Membro independente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SAP BRASIL LTDA.	74.544.297/0001-92		
Presidente da SAP Brasil Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação No exercício social encerrado em 31 de dezembro, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP Brasil Ltda., empresa que possui contrato relevante que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia.			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 75 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais), parcelado em sete vezes sem juros considerando a condição de pagamento de 30 (trinta), 60 (sessenta), 90 (noventa), 120 (cento e vinte), 150 (cento e cinquenta), 180 (cento e oitenta) e 210 (duzentos e dez) dias contados a partir da data de emissão da apólice, e o vencimento acontecerá em 16 de novembro de 2024.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos anos, **(i)** data de realização; **(ii)** eventuais casos de instalação em segunda convocação; e **(iii)** quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	07.01.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	14.01.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	22.01.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.02.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.02.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.03.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.03.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18.03.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.04.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	16.04.2021	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26.05.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.06.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.07.2021	100%	Não

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	16.07.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	10.08.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18.08.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	26.08.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	02.09.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.09.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.10.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.10.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	13.10.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	03.11.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	16.11.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	22.11.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	23.11.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	17.12.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	23.12.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31.12.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18.01.2022	100%	Não

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	31.01.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.02.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	14.03.2022	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	29.04.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	02.05.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.05.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31.05.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	14.06.2022	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	15.07.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	16.12.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	20.12.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.12.2022	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	17.01.2023	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	07.03.2023	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	28.03.2023	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28.04.2023	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	15.05.2023	100%	Não

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	25.07.2023	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	29.08.2023	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.09.2023	100%	Não
Assembleia Geral Dos Titulares das Notas Promissórias Comerciais da 4ª Emissão	11.12.2023	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	14.12.2023	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	28.12.2023	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	01.04.2024	100%	Não
Assembleia Geral dos Titulares das Notas Promissórias Comerciais da 6ª Emissão	29.04.2024	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	30.04.2024	100%	Não

O Conselho de Administração da Companhia foi instalado em 23 de novembro de 2021 e foram realizadas 36 (trinta e seis) reuniões do órgão até a data deste Formulário de Referência.

Número de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou Integridade recebidas pela Companhia no exercício social anterior, com a indicação, ainda, dos aperfeiçoamentos que foram realizados em decorrência dessas denúncias no exercício anterior e os que serão implantados no exercício em curso.

O Canal de Denúncias da Companhia em 2023:

- Recebeu 510 ocorrências;
- 271 ocorrências eram aplicáveis;
- 239 não eram aplicáveis;
- 80 eram ocorrências que potencialmente comportavam temas de maior impacto, segundo a matriz de gestão de denúncias da companhia, no entanto, nem todos foram encerrados como procedentes;

7.8 Outras informações relevantes

- 15 demissões foram ocasionadas por violação ao Código de Ética e Conduta da Companhia; e
- Não houve nenhuma rescisão de contrato comercial em decorrência de violações ao Código de Ética e Conduta da Companhia ou das Políticas vigentes.

O Canal de Denúncias do Grupo Eurofarma é também um canal de ouvidoria e de comunicação do colaborador com a Companhia e de utilização de terceiros. Não tivemos nenhuma ocorrência procedente que caracterizou fraude ou corrupção e as demissões realizadas foram por comportamento inadequado com outros colaboradores e uso indevido dos benefícios da companhia. Das denúncias aplicáveis e resultantes como procedentes, o Comitê de Ética recomendou a aplicação das medidas disciplinares prescritas na Política de Medida Disciplinar da companhia. as medidas

Como melhoria contínua diante dos indicadores do Canal de Ouvidoria, foi reforçada a estruturação do plano anual de comunicação e do plano anual de treinamentos, desenvolvidas rotinas de monitoramento e melhoria contínua do Programa de Compliance, com fins a alcançar os mais elevados padrões e eficiência na prevenção, detecção e respostas de condutas que estejam em desacordo com o Código de Conduta da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos Administradores

8.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia não possui política de remuneração formalizada e/ou aprovada por qualquer órgão. Contudo, a Companhia adota prática de remuneração fixa e variável que possui como objetivos principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que privilegiem o desempenho e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

b. Práticas e procedimentos da remuneração

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório

A remuneração global da administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração individual dos administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços praticados no mercado. A Companhia contrata pesquisas de mercado sobre o valor da remuneração a cada dois anos.

iii. frequência e forma que o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração irá avaliar a adequação da prática de remuneração da Companhia anualmente, quando da fixação da remuneração individual da diretoria e do próprio conselho de administração. Essa avaliação consiste em verificar se a prática da Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

c. Composição da remuneração

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração

- **objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Conselho de Administração

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração que também são executivos não são remunerados. Os membros independentes do Conselho de Administração, por outro lado, farão jus a remuneração fixa. O objetivo de referida remuneração é compensar adequadamente os conselheiros pelos serviços prestados e pela participação nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Essa remuneração base contempla 12 parcelas anuais, iguais para todos os membros. A remuneração do Conselho de Administração reflete as práticas do mercado, especialmente aquelas verificadas em empresas da mesma natureza (farmacêutica), levando também em consideração as funções e as responsabilidades de tais administradores.

Diretoria Estatutária e Não-Estatutária

Pró-labore mensal fixo: contempla o pró-labore fixo mensal, que tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio.

Remuneração fixa mensal: contempla o salário fixo mensal, composto de 13 pagamentos (12 meses + 13º), tendo por objetivo a compensação pelos serviços prestados. Esta compensação está alinhada com as práticas de mercado, bem como o desempenho individual, contribuição para o negócio e conhecimento do executivo.

Benefícios: tem por objetivo garantir a competitividade das práticas de remuneração, a atratividade e retenção de profissionais em posições estratégicas da Companhia, bem como o alinhamento com práticas do mercado em que a empresa está inserida (farmacêutico). Também complementa os benefícios da assistência social oficial de forma a proporcionar maior segurança aos Diretores Estatutários e não estatutários, permitindo-lhes manter o foco no desempenho de suas funções. Os benefícios oferecidos são: plano de assistência médica e odontológica; seguro

8.1 Política ou prática de remuneração

de vida e previdência privada.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

- Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

2023	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	59,64%	36,12%	4,24%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2022	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	36,14%	60,74%	3,11%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2021	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	36,46%	59,97%	3,57%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

- Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

A composição da remuneração dos administradores é definida com base nos padrões do mercado, sempre levando em consideração para comparação empresas do mesmo setor de atuação da Companhia. Anualmente, são contratadas consultorias especializadas em pesquisa de remuneração e benefícios para certificar-se que os salários praticados estão competitivos com as melhores práticas de mercado. Diante dos resultados das pesquisas de remuneração, são avaliados todos os componentes do pacote de remuneração, garantindo o alinhamento ao alto grau de competitividade do mercado e possibilitando a tomada de decisão para possíveis ajustes salariais.

A remuneração fixa mensal dos Diretores Estatutários e não estatutários é corrigida anualmente com os índices aprovados em Convenção Coletiva de Trabalho do setor, além de eventuais aumentos por mérito individual.

Alguns itens também são considerados para avaliação de reajustes individuais, são eles: (i) desempenho individual do executivo/profissional em sua área de atuação; (ii) retenção do profissional; e (iii) experiência e maturidade do profissional.

Benefícios

A aderência e competitividade das práticas de benefícios são avaliadas anualmente conforme pesquisas de remuneração. Em caso de diminuição de competitividade, são realizadas análises e apresentados planos de ação para correção do mesmo.

Remuneração Variável

O valor referente à distribuição de Participação nos Lucros e Resultados a ser distribuída anualmente depende do atingimento das metas de alguns indicadores. O principal, e "gatilho" para o início do pagamento do programa é o EBITDA. Após isso ser atingido, também mensuramos os resultados obtidos em Participação de Mercado (market share), Lucro Operacional nas Unidades de negócios comerciais e os indicadores individuais de desempenho dos colaboradores.

Os indicadores levados em consideração para determinação dos elementos de remuneração são:

Remuneração fixa e benefícios

Alinhamento às práticas de mercado, analisados anualmente através de pesquisas de remuneração contratadas com consultorias externas.

Remuneração Variável

(i) Indicadores corporativos: EBITDA, Participação de mercado (market share), Lucro operacional das Unidades de negócios comerciais, bem como metas específicas determinadas para cada um dos departamentos e propostas periodicamente pelos executivos da Companhia, com base no resultado operacional da Companhia, que são definidas pelos gestores de cada departamento; e

8.1 Política ou prática de remuneração

(ii) Indicadores individuais: projetos e indicadores específicos que são de responsabilidades de cada colaborador.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Indicadores corporativos: EBITDA, Participação de mercado (market share), Lucro operacional das Unidades de negócios comerciais, bem como metas específicas determinadas para cada um dos departamentos e propostas periodicamente pelos executivos da Companhia, com base no resultado operacional da Companhia, que são definidas pelos gestores de cada departamento; e Indicadores individuais: projetos e indicadores específicos que são de responsabilidades de cada colaborador, direcionados ao Resultado, Internacionalização, Inovação, ESG, Pessoas e Cultura

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são: (i) o reconhecimento ao trabalho e dedicação prestados para a perenidade de suas atividades; (ii) incentivos para a melhoria de sua gestão, a retenção, e o compromisso com os resultados de curto e longo prazo.

iii. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, os membros do Conselho de Administração que também são executivos da Companhia não foram/serão remunerados por seu cargo no Conselho.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Item não aplicável, dado que a Companhia não pagou remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,92		9,92
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.256.078,00	5.599.840,92		8.855.918,92
Benefícios direto e indireto	0,00	398.356,62		398.356,62
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.391.057,05		3.391.057,05
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	3.256.078,00	9.389.254,59		12.645.332,59

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00		9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.516.470,72	5.133.319,00		6.649.789,72
Benefícios direto e indireto	0,00	442.387,32		442.387,32
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	8.627.006,34		8.627.006,34
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.516.470,72	14.202.712,66		15.719.183,38

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,50	3,17		4,67
Nº de membros remunerados	1,00	2,33		3,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.646.181,00		3.646.181,00
Benefícios direto e indireto	0,00	357.025,38		357.025,38
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	224.580,00	0,00		224.580,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valores pagos a título de consultoria pela Companhia aos membros independentes do Conselho de Administração.	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	5.996.074,85		5.996.074,85
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	224.580,00	9.999.281,23		10.223.861,23

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	9,00	4,00		13,00
N° de membros remunerados	6,00	3,92		9,92
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10506728,87		10.506.728,87
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9819372,78		9.819.372,78
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3391057,05		3.391.057,05

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	9,00	4,00		13,00
N° de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9229589,34		9.229.589,34
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8625784,43		8.625.784,43
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	8627006,34		8.627.006,34

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	1,50	3,17		4,67
N° de membros remunerados	0,00	1,17		1,17
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6502157,99		6.502.157,99
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6076783,17		6.076.783,17
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5996074,85		5.996.074,85

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Outorga de opções de compra de ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.10 Outorga de ações

8.10. Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, dado que a Companhia não reportou ações para os itens 8.5 a 8.11 deste Formulário de Referência.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Os acionistas controladores da Companhia também são seus diretores estatutários. Dessa forma, apresentamos abaixo a abertura de número de ações ordinárias consolidado por órgão:

	Número de ações	% de participação
Diretoria Estatutária	987.568.073 ⁽²⁾	100%
Conselho de Administração ⁽¹⁾	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A

⁽¹⁾ A fim de evitar duplicidade, as ações detidas por membros do Conselho de Administração que também são Diretores Estatutários, foram reportadas apenas como Diretoria Estatutária.
⁽²⁾ Considera ações detidas de forma indireta pelos administradores.

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	9	4
Número total de membros remunerados	0	1
Nome do plano	N/A	Contribuição Definida (CD)
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	O participante não fundador que tiver completado 05 anos de contribuição ao Renda Total Empresarial e 55 anos de idade, será elegível ao recebimento antecipado do benefício de aposentadoria.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	59.520,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	59.520,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	N/A

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	4,00	4,00	3,17	9,00	9,00	1.50
Nº de membros remunerados	3,92	3,00	2,33	6,00	6,00	1,00
Valor da maior remuneraçãoReal	5.128.631,62	9.721.714,41	8.643.657,22	920.957,00	252.745,12	224.580,00
Valor da menor remuneraçãoReal	231.264,92	2.007.147,34	940.253,48	134.151,00	252.745,12	224.580,00
Valor médio da remuneraçãoReal	2.398.419,65	3.550.678,17	2.499.820,31	465.154,00	252.745,12	224.580,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro da Diretoria que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro da Diretoria que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro da Diretoria que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro da Diretoria que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2022	A Companhia passou a contar com Conselho de Administração a partir de novembro de 2020. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro do Conselho que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, considerando que todos os membros exerceram seu cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2021	A Companhia passou a contar com Conselho de Administração a partir de novembro de 202. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro do Conselho que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, exerceu suas funções na Companhia por 2 meses. O valor da menor remuneração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, considerando que todos os membros exerceram seu cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 8.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social findo em 31/12/2023	26%	74%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2022	N/A	100%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2021 ¹	N/A	100%	N/A

¹ Os membros da diretoria estatutária neste exercício social eram os acionistas controladores da Companhia.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023			
Órgão	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Remuneração	N/A	51.340,00	N/A

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022			
Órgão	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Remuneração	N/A	51.340,00	N/A

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021			
Órgão	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Remuneração	N/A	51.340,00 ⁽¹⁾	N/A

⁽¹⁾ Valores pagos a título de consultoria contratada pela Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração dos diretores da Companhia, nos dois últimos exercícios sociais, foi estabelecida com base nas atribuições de cada um e na prática de mercado para diretores com funções semelhantes em empresas do mesmo porte. Dessa forma, considerando a quantidade de funções que eram desempenhadas pelo Diretor Presidente na empresa, o qual era responsável por, dentre outras, fixar a orientação geral dos negócios, supervisionar as operações da Companhia, coordenar os demais diretores, bem como tomar decisões estratégicas para direção dos negócios da Companhia (considerando que não havia Conselho de Administração), seu salário era significativamente maior que o dos demais diretores, representando, portanto, a maior remuneração. Por outro lado, o diretor sem designação específica desempenhava bem menos funções, sendo responsável por coordenar os negócios da linha Veterinária e do Banco de Leite da Eurofarma, resultando, portanto, em uma menor remuneração.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
27/02/2012		27/02/2012	
Descrição dos serviços prestados			
Serviços relacionados à: 2023: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board IASB referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023; revisão das informações financeiras trimestrais referentes aos períodos trimestrais de 2023, preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias; e auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiárias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.23; asseguração limitada sobre as informações ambientais, sociais (ESG) do relatório de sustentabilidade de 2023 da Companhia, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative; (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Revisão de compliance de aspectos regulatório ou tributários; e (iii) Outros serviços relacionados à auditoria externa.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Foram pagos aos auditores independentes como remuneração pelos serviços prestados R\$ 3.977.184,68, referentes aos serviços de auditoria externa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) R\$ 476.892,18 referentes aos serviços não relacionados à auditoria externa (revisão de compliance de aspectos regulatórios ou tributários) e (iii) R\$ 74.925,72 referentes a outros serviços de auditoria externa.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Para evitar conflito de interesse, perda de independência ou falta de objetividade nas atividades dos seus auditores independentes, a Companhia submete a contratação dos serviços de auditoria à análise prévia do Comitê de Auditoria e Compliance, conforme previsto no Regimento Interno do órgão.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	205	494	0	0	0
Não-liderança	2347	3516	0	0	0
TOTAL = 6.562	2552	4010	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	6	633	10	50	0	0	0
Não-liderança	64	4094	329	1367	9	0	0
TOTAL = 6.562	70	4727	339	1417	9	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	9	587	103
Não-liderança	1011	4354	498
TOTAL = 6.562	1020	4941	601

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	11	70	30	534	54	0
Não-liderança	145	609	219	4410	480	0
TOTAL = 6.562	156	679	249	4944	534	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	37	119	0	0	0
Nordeste	144	535	0	0	0
Centro-Oeste	66	183	0	0	0
Sudeste	2179	2765	0	0	0
Sul	126	408	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 6.562	2552	4010	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	108	4	44	0	0	0
Nordeste	9	471	17	182	0	0	0
Centro-Oeste	3	186	10	49	1	0	0
Sudeste	57	3468	305	1106	8	0	0
Sul	1	494	3	36	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 6.562	70	4727	339	1417	9	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	15	138	3
Nordeste	61	574	44
Centro-Oeste	24	219	6
Sudeste	891	3560	493
Sul	29	450	55
Exterior	0	0	0
TOTAL = 6.562	1020	4941	601

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Informamos abaixo o número de terceirizados da Companhia, por grupo de atividades desempenhadas e por localização geográfica, no último exercício social:

Atividade	31/12/2023						
	Itapevi	São Paulo	Ribeirão Preto	Varginha	Montes Claros	Rio de Janeiro	Total
Portaria e Vigilância	65	30	11	12	19	4	141
Limpeza, Conservação e Jardinagem	220	31	-	-	-	-	251
Restaurante	101	-	-	-	-	-	101
Creche	69	26	-	-	-	-	95
Academia e Salão de Beleza	16	5	-	-	-	-	21
Consultório odontológico	7	2	-	-	-	-	9
Engenharia e Manutenção	27	60	-	-	-	-	87
Inovação	14	10	-	-	-	-	24
Tecnologia	-	-	1	-	-	-	1
CSC	2	11	-	-	-	-	13
Outros	62	158	55	-	-	-	275
Total	583	333	67	12	19	4	1018

(c) Índice de rotatividade

Abaixo demonstramos os índices médios mensais de rotatividade da Companhia no exercício de 2023:

31/12/2023
0,94%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1

No último exercício social não houve movimentações significativas, somente o incremento de mão-de-obra devido às necessidades do negócio.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: (i) remuneração alinhada com as principais práticas do mercado; (ii) condições de atrair, reter e motivar os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais; e (iii) o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável e também às práticas dos mercados em que está inserida. Os empregados da Companhia são elegíveis a diversos benefícios ofertados pela Companhia de acordo com os seus respectivos cargos, bem como em observância à legislação aplicável e às convenções coletivas de cada região e de cada categoria, conforme o caso.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Item não aplicável, considerando que a Companhia não possui planos de remuneração baseados em ações.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A relação é de 88,00 entre a maior remuneração e a mediana da remuneração dos colaboradores.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
1.958.914,34	22.259,43	88,00
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos últimos 3 exercícios sociais

A Companhia acredita manter um bom relacionamento com os Sindicatos que representam seus colaboradores, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, não houve nenhum tipo de paralisação ou greve.

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são:

- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química, Farmacêuticas, Plástico e similares de São Paulo;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química, Farmacêutica, Plásticos, Explosivos, Abrasivos, Fertilizantes e Lubrificantes de Osasco, Cotia e região;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Montes Claros-MG;
- Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas vendedores e Vendedores de produtos farmacêuticos e terceirizados no setor de Propagandas e Vendas de Produtos Farmacêuticos no estado de São Paulo;
- Federação Interestadual dos Propagandistas (FIP);
- Sindicato dos Farmacêuticos no estado de São Paulo;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Álcool, Química e Farmacêutica de Ribeirão e Região; e
- Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos do estado de Minas Gerais.
- Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores, Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado do Rio de Janeiro.
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho, Mandioca, Massas Alimentícias, Biscoitos e Rações Balanceadas do Município do Rio de Janeiro.

Adicionalmente, no âmbito de suas negociações e interações com sindicatos, a Companhia adota normas coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho, cujas principais características estão descritas abaixo:

Normas Coletivas de Trabalho

A Companhia possui acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis a todos os seus colaboradores, de acordo com a natureza de sua atividade e região em que atuam. Geralmente, essas normas abordam temas como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição, e participação nos lucros e resultados.

Acordo Coletivo de Trabalho

A Companhia firmou com os respectivos sindicatos os seguintes acordos nos últimos três anos:

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

- Compensação de horas para emenda de feriados ou antecipação/postergação de feriados – este acordo é firmado anualmente com todos os sindicatos, e mediante a anuência dos colaboradores, são viabilizados calendários de compensação de horas para que todos possam usufruir de emendas nos feriados, ou seja, se o feriado é em uma terça-feira o colaborador compensa as horas da segunda-feira e não trabalha no referido dia;
- Participação nos Lucros e Resultados - este acordo é firmado anualmente com todos os sindicatos, e mediante a anuência dos colaboradores, são viabilizados programas de PLR mais favoráveis que os previstos na convenção coletiva de trabalho;
- Acordo coletivo para redução do intervalo intrajornada – este acordo é celebrado nas Unidades de Itapevi e Ribeirão Preto, e visa a reduzir o horário de refeição dos colaboradores de Operações para 40 minutos diários para que eles não trabalhem aos sábados. O acordo para a Unidade Itapevi foi renovado em 2024 e tem vigência até setembro de 2026. Já o da Unidade Ribeirão Preto foi realizado em 2023 e tem vigência até 2025;
- Acordo Coletivo para Marcação de ponto Portaria 373 – os acordos foram renovados em 2023 e 2024 com todos os sindicatos (exceto os sindicatos dos Propagandistas e FIP, pois não realizam marcação de ponto e os sindicatos de Montes Claros, que será renovado/firmado no ano de 2024) para que seja possível a implementação de marcação através de reconhecimento facial e biométricos dos colaboradores. Os acordos têm vigência de dois anos.
- Acordo coletivo de trabalho para extensão de licença maternidade – este acordo foi firmado em 2024 nas Unidades de Varginha, Ribeirão Preto e para os Sindicatos dos Propagandistas (FIP e Sinprovesp), com vigência de fevereiro de 2024 a janeiro de 2026.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento da demografia dos colaboradores de 2023:

FAIXA ETÁRIA

GRUPO	Brooklin/São Paulo	Itapevi	Ribeirão Preto	Varginha	Rio de Janeiro	Montes Claros	Total Geral
Diretoria/Executivo	31	10	-	-	-	-	41
De 31 a 40 anos	7	2	-	-	-	-	9
De 41 a 50 anos	10	5	-	-	-	-	15
De 51 anos e acima	14	3	-	-	-	-	17
Gerentes	553	70	5	1	3	4	636
De 21 a 30 anos	8	-	-	-	-	-	8
De 31 a 40 anos	182	33	1	-	-	2	218
De 41 a 50 anos	286	32	3	1	2	-	324
De 51 anos e acima	77	5	1	-	1	2	86
Coordenador/Supervisor	61	131	11	2	7	2	214
De 21 a 30 anos	7	4	-	-	-	-	11
De 31 a 40 anos	25	76	7	1	2	1	112
De 41 a 50 anos	26	49	3	-	5	1	84
De 51 anos e acima	3	2	1	1	-	-	7
Especialistas	25	48	2	0	2	3	80
De 21 a 30 anos	3	2	-	-	-	1	6
De 31 a 40 anos	13	21	1	-	2	-	37
De 41 a 50 anos	5	21	1	-	-	3	29
De 51 anos e acima	4	4	-	-	-	-	8
Administrativo/Comercial	3937	1246	69	15	51	34	5352
Até 20 anos	9	28	8	3	6	-	54
De 21 a 30 anos	583	472	13	3	13	13	1097
De 31 a 40 anos	2033	478	30	9	16	15	2581
De 41 a 50 anos	1034	224	17	-	12	6	1293
De 51 anos e acima	278	44	1	-	4	-	327
Técnico	4	26	3	1	1	1	36
De 21 a 30 anos	1	5	1	1	-	-	8
De 31 a 40 anos	1	10	1	-	1	1	14
De 41 a 50 anos	2	10	1	-	-	-	13
De 51 anos e acima	-	1	-	-	-	-	1
Operacional	328	1425	237	42	134	1	2167
Até 20 anos	4	24	4	1	-	-	33
De 21 a 30 anos	32	226	33	13	36	-	340
De 31 a 40 anos	79	452	107	13	31	-	682
De 41 a 50 anos	147	488	74	14	42	1	766
De 51 anos e acima	66	235	19	1	25	-	346
Total Geral	4939	2956	327	61	198	45	8526

10.5 Outras informações relevantes

GÊNERO

Grupo	Brooklin/São Paulo	Itapevi	Ribeirão Preto	Varginha	Rio de Janeiro	Montes Claros	Total Geral
Diretoria/Executivo	31	10	-	-	-	-	41
Feminino	17	4	-	-	-	-	21
Masculino	14	6	-	-	-	-	20
Gerentes	553	70	5	1	3	4	636
Feminino	99	35	1	-	-	-	135
Masculino	454	35	4	1	3	4	501
Coordenador/Supervisor	61	131	11	2	7	2	214
Feminino	40	62	5	1	3	1	112
Masculino	21	69	6	1	4	1	102
Especialistas	25	48	2	0	2	3	80
Feminino	15	22	-	-	1	-	38
Masculino	10	26	2	-	1	3	42
Administrativo/Comercial	3937	1246	69	15	51	34	5352
Feminino	1573	792	41	8	36	12	2462
Masculino	2364	454	28	7	15	22	2890
Técnico	4	26	3	1	1	1	36
Feminino	1	1	1	-	1	-	5
Masculino	3	25	2	1	-	1	31
Operacional	328	1425	237	42	134	1	2167
Feminino	146	556	101	11	66	-	880
Masculino	182	869	136	31	68	1	1287
Total Geral	4939	2956	327	61	198	45	8526

COR OU RAÇA

Grupo	Brooklin/São Paulo	Itapevi	Ribeirão Preto	Varginha	Rio de Janeiro	Montes Claros	Total Geral
Diretoria/Executivo	31	10	-	-	-	-	41
Amarela	-	-	-	-	-	-	-
Branca	30	9	-	-	-	-	39
Negra	1	-	-	-	-	-	1
Parda	-	1	-	-	-	-	1
Gerentes	553	70	5	1	3	4	636
Amarela	6	1	-	-	-	-	7
Branca	506	64	5	1	2	3	581
Negra	3	1	-	-	1	-	5
Parda	38	4	-	-	-	1	43
Coordenador/Supervisor	61	131	11	2	7	2	214
Amarela	1	2	-	-	-	-	3
Branca	49	104	10	2	4	1	170
Negra	2	8	-	-	1	-	11
Parda	9	17	1	-	2	1	30
Especialistas	25	48	2	-	2	3	80
Amarela	1	3	-	-	-	-	4
Branca	21	39	2	-	1	3	66
Negra	-	1	-	-	1	-	2
Parda	3	5	-	-	-	-	8

10.5 Outras informações relevantes

Administrativo/Comercial	3937	1246	69	15	51	34	5352
Amarela	48	32	1	-	3	-	84
Branca	2933	912	45	9	26	15	3938
Indígena	3	3	-	-	-	-	6
Negra	121	59	4	-	11	3	198
Parda	832	240	19	6	11	16	1124
Técnico	4	26	3	1	1	1	36
Branca	3	12	3	1	1	-	20
Negra	-	2	-	-	-	-	2
Parda	1	12	-	-	-	1	14
Operacional	328	1425	237	42	134	1	2167
Amarela	2	7	1	-	9	-	19
Branca	141	724	129	15	43	-	1052
Indígena	-	4	1	-	-	-	5
Negra	51	176	30	7	50	1	315
Parda	134	514	76	20	32	-	776
Total Geral	4939	2956	327	61	198	45	8526

11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com Partes Relacionadas

11.1. Descrever regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia não possui uma política formalizada quanto à realização de transações com partes relacionadas. Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições normalmente praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, seus sócios ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como as instruções emitidas pela CVM.

A Lei Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Lei das Sociedades por Ações determina, ainda, que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia, por sua vez, fixa que é competência do Conselho de Administração aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus acionistas e/ou respectivas afiliadas, bem como aprovar quaisquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas, exceto nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações como de competência exclusiva da Assembleia Geral.

Por fim, a Companhia instalou um Comitê de Transações com Partes Relacionadas em 28 de junho de 2022. O objetivo do Comitê é o de assegurar ao Conselho de Administração que as transações com

11.1 Regras, políticas e práticas

partes relacionadas se pautem levando em consideração em primeiro lugar os interesses da Companhia, observando condições estritamente comutativas, negociadas de forma independente, mediante processo transparente, ético e em conformidade com a legislação vigente.

O Comitê tem como competências: (i) analisar e emitir opinião ao Conselho sobre Transações com Partes Relacionadas, em especial as que precisem ser aprovadas pelo Conselho de Administração nos termos do art. 16, xv do estatuto social da Companhia; (ii) avaliar periodicamente as transações entre partes relacionadas; (iii) atuar como mediador e propor solução sempre que houver divergência entre a Companhia e qualquer das partes relacionadas em qualquer discussão sobre negócios, contratos, operações ou serviços; e (iv) propor ao Conselho a renegociação ou descontinuidade de um serviço, negócio, contrato ou qualquer operação com partes relacionadas, sempre que julgar que as condições do referido negócio estejam beneficiando uma das partes de forma indevida ou fora das condições de mercado.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Conte Biancamano Fundo de Investimento Imobiliário	17/06/2021	452.448.000,00	0	R\$ 41.497.393,20	Indeterminado	0%
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Locação de imóvel situado no Município de Itapevi, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 35,6 objeto das matrículas n °s. 734 e 3122 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Itapevi, Estado de São Paulo. Contrato original de locação entre Eurofarma Laboratórios S.A. e Itapevi Empreendimentos e Participações S.A (liquidada) firmado em 31 de março de 2021. Os imóveis foram transferidos para o Locador Conte Biancamano Fundo de Investimento Imobiliário com aditamento em 17 de junho de 2021, em razão da liquidação e extinção da Itapevi Empreendimentos e Participações S.A. O valor incluído no campo “Montante Envolvido” refere-se ao valor total do contrato, conforme vigência contratual de 01/01/2021 a 31/12/2032 (12 anos) com valor mensal em contrato de R\$ 3.142.000,00. O campo “Montante” refere-se às despesas de aluguéis de 2022.					
Garantia e seguros	Não há previsão					
Rescisão ou extinção	Não há previsão					
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Conte Capital S.A.	23/12/2016	35.878.284,73	5.424,53	2.121.960,00	31/12/2026	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Locação de imóvel da unidade II-Campo Belo, unidade IV-Nações Unidas e unidade V-Rio de Janeiro. O valor incluído no campo “Montante envolvido (Reais)” refere-se ao valor total do contrato, conforme vigência contratual de 01/01/2017 a 31/12/2026 (10 anos). O campo “Montante (Reais)” refere-se às despesas de aluguéis no valor de R\$ 2.136.375,96 e adicionalmente, a Companhia também presta serviços de BackOffice e compartilhamento de despesas para a Conte Capital no valor de R\$ 14.415,96 (receita) em 2022. Adicionalmente, a Companhia também presta serviços de back-office e compartilhamento de despesas para o Conte Capital					
Garantia e seguros	Não há previsão					
Rescisão ou extinção	Não há previsão a respeito de multa em caso de rescisão unilateral do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto Eurofarma	07/04/2005	142.521.854,84	16.406,66	17.537.593,64	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Mantenedora					
Objeto contrato	Eurofarma Laboratórios é mantenedora do Instituto Eurofarma (OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), isto é, provê os recursos necessários para o funcionamento do Instituto Eurofarma. O “Montante envolvido (Reais)” refere-se à soma das doações realizadas pela Companhia ao Instituto Eurofarma desde 2005, considerando que não há estabelecimento de um valor total no contrato entre as partes. O montante refere-se aos valores de doações da Companhia para o Instituto em 2022. Adicionalmente, a Companhia também presta serviços de back-office e compartilhamento de despesas para o Instituto. O campo “Montante (Reais)” refere-se ao valor das doações de R\$ 17.617.400,00 e serviços de BackOffice de R\$ 79.806,36 (receita) em 2022					
Garantia e seguros	Não há previsão					
Rescisão ou extinção	Não há previsão					
Natureza e razão para a operação	Promoção de instituto focado na educação em três segmentos distintos: Formação e Qualificação de Jovens e Adultos, Educação Complementar e Educação Ambiental.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda.	20/05/2014	54.012.252,47	423.819,73	11.601.262,78	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Prestação de serviços referente à análise físico-química de medicamentos pertinentes a estudos de estabilidade pela Magabi à Companhia. Uma vez que o valor da transação é variável, pois depende do volume de serviços prestados, com uma cobrança efetuada com base em tabela de preços por tipo de serviços, (i) o valor informado no campo “Montante envolvido (Reais)” de R\$ 54.012.252,47 refere-se aos valores pagos desde 2014 até 31/12/2022. e (ii) o valor informado no campo “Montante (Reais)” refere-se ao valor pago de R\$ 11.658.948,94 referente contrato de prestação de serviços e valores que a Companhia presta serviços de BackOffice e compartilha despesas comuns do grupo econômico no valor de R\$ 57.686,16 (receita) em 2022					
Garantia e seguros	Não há previsão					
Rescisão ou extinção	Não há previsão					
Natureza e razão para a operação	Serviços de análises físico químicas para elaboração de estudos de estabilidade de medicamentos conduzidos pela Eurofarma Laboratórios S.A.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Orygen Biotecnologia Ltda.	19/12/2019	11.750.000,00	7.791.133,00	6.650.000,00	16/04/2023	100% CDI
Relação com o emissor	Joint Venture formada entre Eurofarma Laboratórios S.A. e Biolab Sanus Farmacêutica Ltda com o objetivo de desenvolvimento e produção de medicamentos biossimilares.					
Objeto contrato	Contrato de mútuo entre as empresas com juros mensal calculado a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Bancários). O valor reportado como “montante envolvido” refere-se ao valor original dos Contratos celebrados em 19/12/2019, 11/12/2020 e 15/12/2021. O valor reportado como “montante” refere-se ao valor principal em aberto dos contratos em 31/12/2021					
Garantia e seguros	Não há previsão					
Rescisão ou extinção	Não há previsão					
Natureza e razão para a operação	Mútuo para financiamento do plano de negócios.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Não aplicável.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não aplicável

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
12/12/2024	N/A	1.205.522.017,57
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
989.212.309	0	989.212.309

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
12/12/2024	N/A	1.205.522.017,57
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
989.212.309	0	989.212.309

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
12/12/2024	N/A	1.205.522.017,57
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
989.212.309	0	989.212.309

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
23/11/2021	N/A	2.500.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0	0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Não aplicável, visto que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	7ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única da espécie quirografária
Data de emissão	18/03/2024
Data de vencimento	18/03/2030
Quantidade	3.000.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	3.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	3.070.889.073,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures(a) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), e (b) somente poderão ser negociadas, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160, com exceção da negociação entre Investidores Profissionais que poderão ser negociadas livremente, entre (i) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 6 (seis) meses do anúncio de encerramento da Oferta; e (ii) ao público investidor em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorrido 1 (um) ano do anúncio de encerramento da Oferta, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). As Debêntures não possuem garantia.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Para as deliberações relativas à Escritura, a Companhia, o Agente Fiduciário e/ou Debenturistas, que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debenturistas poderão convocar uma assembleia de debenturistas, que poderá ser instalada de acordo com os quóruns estabelecidos na Escritura.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures (“Amortização Extraordinária 7ª Emissão”). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a (i) parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária da 7ª Emissão e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária da 7ª Emissão.

Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e sujeito ao imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses previstas na Escritura.

Restrições Impostas ao Emissor: A Escritura prevê, como evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento não automático das obrigações, a não observância do índice financeiro a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração do índice financeiro realizada com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, qual seja, a Dívida Líquida Financeira/EBITDA deve ser menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) até a Data de Vencimento das Debêntures. Caso a Emissora não observe o índice acima, deverá notificar o Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis da respectiva data de ocorrência.

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, quirografária
Data de emissão	11/09/2024
Data de vencimento	11/09/2028
Quantidade	1.450.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	1.450.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.486.351.732,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures (i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, e (ii) somente poderão ser negociadas, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160, com exceção da negociação entre Investidores Profissionais que poderão ser negociadas livremente, entre (a) Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 6 (seis) meses da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta; e (b) ao público investidor em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorrido 1 (um) ano da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

- Resgata Antecipado Facultativo Total:

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total. Não está previsto prêmio por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Escritura de Emissão.

- Oferta de Resgate Antecipado:

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento Antecipado: as Debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, de forma automática ou não, tais como: liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de suas controladas relevantes; decretação de falência da Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes; pedido de autofalência pela Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes; pedido de falência da Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; propositura, pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou medidas antecipatórias para quaisquer de tais procedimentos; ocorrência de alterações no controle acionário direto ou indireto da Companhia; redução do capital social da Companhia; não observância pela Companhia, do índice financeiro indicado na Escritura de Emissão (Dívida Líquida Financeira/EBITDA deve ser menor ou igual a 4,00 (quatro inteiros) até a Data de Vencimento das Debêntures); entre outros.

- Juros: 100% DI + 0,93% a.a. O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

- Garantia: As Debêntures não contam com garantia de qualquer natureza.

- Espécie: Quirografária.

- Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- o À distribuição de dividendos: não realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou ainda a realização de resgate ou recompra de ações ou qualquer outro pagamento a seus acionistas.

- o À alienação de determinados ativos: cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de seus ativos, exceto nos casos descritos na Escritura de Emissão.

- o À contratação de novas dívidas: N/A

- o À emissão de novos valores mobiliários: N/A

- o À realização de operações societárias envolvendo a Companhia, seus controladores ou controladas: cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer de suas Afiliadas, desde que possa resultar em qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido na Escritura de Emissão) ou que represente impacto negativo igual ou superior a 10% no patrimônio líquido consolidado da Companhia.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Para as deliberações relativas à Escritura, a Companhia, o Agente Fiduciário e/ou Debenturistas, que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debenturistas poderão convocar uma assembleia de debenturistas, que poderá ser instalada de acordo com os quóruns estabelecidos na Escritura. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades Anônimas, a respeito das assembleias gerais de acionistas e de debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença dos Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com presença dos Debenturistas que representem qualquer quórum em relação às Debêntures em circulação.

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturistas ou não. As deliberações acerca de alteração de (a) a Remuneração das Debêntures, (b) a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, (c) o prazo de vencimento das Debêntures, (d) a amortização do saldo do Valor Nominal Unitário, incluindo sua data de pagamento; (e) alteração da redação ou exclusão dos Eventos de Inadimplemento das Debêntures; (f) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; e (g) alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou da possibilidade de Amortização Extraordinária e os procedimentos a serem adotados, dependerão da aprovação exclusiva dos Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação. Salvo se previsto quórum específico na Escritura de Emissão, as decisões referentes às demais matérias serão aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira convocação ou 2/3 (dois terços) dos presentes em segunda convocação. Caso a Companhia, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas a concessão de renúncia prévia ou perdão temporário das obrigações ou Eventos de Inadimplemento descritos na Escritura de Emissão, antes de sua ocorrência, tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou em segunda convocação.

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures (“Amortização Extraordinária 8ª Emissão”). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a (i) parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária da 8ª Emissão e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária da 8ª Emissão.

Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a seu critério, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Valor mobiliário

Identificação do valor mobiliário

Data de emissão

Debêntures

9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da espécie quirografária

16/12/2024

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	16/12/2031
Quantidade Unidade	1.850.000
Valor nominal global R\$	1.850.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.850.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures (i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, e (ii) somente poderão ser negociadas, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160, com exceção da negociação entre Investidores Profissionais que poderão ser negociadas livremente, entre (a) Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 6 (seis) meses da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta; e (b) ao público investidor em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorrido 1 (um) ano da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total. Não está previsto prêmio por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Escritura de Emissão. Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento Antecipado: as Debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, de forma automática ou não, tais como: liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de suas controladas relevantes; decretação de falência da Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes; pedido de autofalência pela Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes; pedido de falência da Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; propositura, pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou medidas antecipatórias para quaisquer de tais procedimentos; ocorrência de alterações no controle acionário direto ou indireto da Companhia; redução do capital social da Companhia; não observância pela Companhia, do índice financeiro indicado na Escritura de Emissão (Dívida Líquida Financeira/EBITDA deve ser menor ou igual a 4,00 (quatro inteiros) até a Data de Vencimento das Debêntures); entre outros.

Juros: 100% DI + 0,93% a.a. O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

Garantia: As Debêntures não contam com garantia de qualquer natureza.

Espécie: Quirografária.

Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- À distribuição de dividendos: não realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou ainda a realização de resgate ou recompra de ações ou qualquer outro pagamento a seus acionistas.

- À alienação de determinados ativos: cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de seus ativos, exceto nos casos descritos na Escritura de Emissão.

- À contratação de novas dívidas: N/A

- À emissão de novos valores mobiliários: N/A

- À realização de operações societárias envolvendo a Companhia, seus controladores ou controladas: cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer de suas Afiliadas, desde que possa resultar em qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido na Escritura de Emissão) ou que represente impacto negativo igual ou superior a 10% no patrimônio líquido consolidado da Companhia.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Para as deliberações relativas à Escritura, a Companhia, o Agente Fiduciário e/ou Debenturistas, que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debenturistas poderão convocar uma assembleia de debenturistas, que poderá ser instalada de acordo com os quóruns estabelecidos na Escritura. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades Anônimas, a respeito das assembleias gerais de acionistas e de debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença dos Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com presença dos Debenturistas que representem qualquer quórum em relação às Debêntures em circulação.

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturistas ou não. As deliberações acerca de alteração de (a) a Remuneração das Debêntures, (b) a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, (c) o prazo de vencimento das Debêntures, (d) a amortização do saldo do Valor Nominal Unitário, incluindo sua data de pagamento; (e) alteração da redação ou exclusão dos Eventos de Inadimplemento das Debêntures; (f) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; e (g) alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou da possibilidade de Amortização Extraordinária e os procedimentos a serem adotados, dependerão da aprovação exclusiva dos Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação. Salvo se previsto quórum específico na Escritura de Emissão, as decisões referentes às demais matérias serão aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira convocação ou 2/3 (dois terços) dos presentes em segunda convocação.

Caso a Companhia, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas a concessão de renúncia prévia ou perdão temporário das obrigações ou Eventos de Inadimplemento descritos na Escritura de Emissão, antes de sua ocorrência, tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou em segunda convocação.

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures (“Amortização Extraordinária 9ª Emissão”). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a (i) parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária da 9ª Emissão e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária da 9ª Emissão.

Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a seu critério, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	25	399

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados de negociação no Brasil

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes valores mobiliários admitidos à negociação na B3, conforme descritos na seção 12.3 acima:

- 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia; e
- 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia.

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, as ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

2021

Sexta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Diretoria da Companhia em Reunião realizada em 5 de abril de 2021, autorizou a sexta emissão de notas comerciais da Companhia, em dez séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e foram emitidas 100 notas comerciais com valor nominal unitário de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados para reforço de caixa da Companhia, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

As 7ª, 8ª, 9ª e 10ª séries da 6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram resgatadas com a utilização dos recursos da 8ª Emissão de Debêntures. Para informações adicionais, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

2022

Segunda Emissão de Debêntures Simples

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 22 de novembro de 2021, autorizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e foram emitidas 1.000.000 (um milhão) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

A 2ª Emissão de Debêntures foi resgatada com a utilização dos recursos da 7ª Emissão de Debêntures. Para informações adicionais, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

2023

Terceira Emissão de Debêntures Simples

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 28 de março de 2023, autorizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição ("Oferta Pública de Distribuição da 3ª Emissão de Debêntures"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e foram emitidas 1.000.000 (um milhão) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 3ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

A 3ª Emissão de Debêntures foi resgatada com a utilização dos recursos da 7ª Emissão de Debêntures. Para informações adicionais, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

Quarta Emissão de Debêntures Simples

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 15 de maio de 2023, autorizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição ("Oferta Pública de Distribuição da 4ª Emissão de Debêntures"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 4ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

A 4ª Emissão de Debêntures foi resgatada com a utilização dos recursos da 7ª Emissão de Debêntures. Para informações adicionais, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

Quinta Emissão de Debêntures Simples

A reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23 de novembro de 2023, autorizou a quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição ("Oferta Pública de Distribuição da 5ª Emissão de Debêntures"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) e foram emitidas 700.000 (setecentas mil) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 5ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

A 5ª Emissão de Debêntures foi resgatada com a utilização dos recursos da 9ª Emissão de Debêntures. Para informações adicionais, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

Sexta Emissão de Debêntures Simples

A reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 13 de dezembro de 2023, autorizou a sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição ("Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Debêntures"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

A 6ª Emissão de Debêntures foi resgatada com a utilização dos recursos da 9ª Emissão de Debêntures. Para informações adicionais, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

Exercício social corrente

Sétima Emissão de Debêntures Simples

A reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 01 de março de 2024, autorizou a sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição ("Oferta Pública de Distribuição da 7ª Emissão de Debêntures"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) e foram emitidas 3.000.000 (três milhões) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 7ª Emissão de Debêntures foram destinados para o resgate antecipado total das debêntures de emissão da Emissora, por meio dos: (i) “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Eurofarma Laboratórios S.A.” (“2ª Emissão”); (ii) “Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Eurofarma Laboratórios S.A.” (“3ª Emissão”); e (iii) “Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Eurofarma Laboratórios S.A.” (“4ª Emissão” e, quando em conjunto com a 2ª Emissão e a 3ª Emissão, “Emissões da Companhia”). E o recurso excedente dos recursos obtidos pela Emissora, por meio da 7ª Emissão, foram destinados para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Emissora.

Oitava Emissão de Debêntures Simples

A reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 16 de agosto de 2024, autorizou a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição (“Oferta Pública de Distribuição da 8ª Emissão de Debêntures”). O valor total de tal emissão foi de R\$ 1.4500.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta milhões de reais) e foram emitidas 1.450.000 (um milhão, quatrocentas e cinquenta milhões) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 8ª Emissão de Debêntures foram destinados para o resgate antecipado total: (i) das debêntures de emissão da Companhia, por meio do: “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Eurofarma Laboratórios S.A.” (“1ª Emissão de Debêntures”); e (ii) das notas promissórias comerciais, da 7ª série, da 8ª série, da 9ª série e da 10ª série, da sexta emissão da Companhia, todas emitidas em 14 de abril de 2021 (“6ª Emissão de Notas Promissórias”); e (b) para pagamento integral do endividamento representado pelo letter agreement celebrado entre o J.P.Morgan Chase Bank, N.A. e a Companhia em 03 de abril de 2023. Os recursos excedentes, após os pagamentos indicados nos itens (a) e (b), dos recursos obtidos pela Companhia, por meio da Emissão, serão utilizados para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Nona Emissão de Debêntures Simples

A reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 02 de dezembro de 2024, autorizou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição (“**Oferta Pública de Distribuição da 9ª Emissão de Debêntures**”). O valor total de tal emissão foi de R\$ 1.850.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões de reais) e foram emitidas 1.850.000 (um milhão, oitocentas e cinquenta milhões) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 9ª Emissão de Debêntures foram destinados, para (a) o resgate antecipado total (i) das debêntures de emissão da Companhia, por meio do: “*Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Eurofarma Laboratórios S.A.*”; e (ii) das debêntures de emissão da

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Companhia, por meio do: “*Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Eurofarma Laboratórios S.A.*”; e (b) reforço de caixa da Companhia.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos das ofertas.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio no que se refere às ofertas.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 12.8

Resgate Antecipado Total da 2ª, 3ª e 4ª Emissões de Debêntures

Em 25 de março de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado total das suas 2ª, 3ª e 4ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, emitidas em 18 de fevereiro de 2022, 28 de março de 2023 e 15 de maio de 2023, respectivamente. Os resgates antecipados total foram realizados com os recursos obtidos pela Companhia por meio da sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, emitida em 18 de março de 2024.

Resgate Antecipado Total da 1ª Emissão de Debêntures e 6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 12 de setembro de 2024 a Companhia realizou o resgate antecipado total da sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, emitida em 10 de dezembro de 2020, e das 7ª, 8ª, 9ª e 10ª séries da sua 6ª emissão de notas promissórias comerciais, emitidas em 14 de abril de 2021. Os resgates antecipados total foram realizados com os recursos obtidos pela Companhia por meio da sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, emitida em 11 de setembro de 2024.

Resgate Antecipado Total da 5ª e 6ª Emissões de Debêntures

A Companhia realizou o resgate antecipado total das suas 5ª e 6ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, emitidas em 22 de novembro de 2023 e 26 de dezembro de 2023, respectivamente. Os resgates antecipados total foram realizados com os recursos obtidos pela Companhia por meio da sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, emitida em 16 de dezembro de 2024.

O Item 12.3 acima foi atualizado em razão dos resgates acima descritos.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
MARCO BILLI	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13. Identificação das Pessoas Responsáveis pelo Conteúdo do Formulário

Nome do responsável pelo Conteúdo do Formulário	Cargo do responsável
Marco Billi	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.2 - Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores

Não aplicável.

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**DECLARAÇÃO**

Eu, **Marco Billi**, brasileiro, solteiro, graduado em Relações Internacionais e Economia, portador(a) de cédula de identidade RG n.º 30.295.538-0 SSP/SP, inscrito(a) no CPF sob o n.º 395.608.208-77, residente e domiciliado(a) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Brito Peixoto, 554, Vila Cordeiro, CEP 04582-020 na qualidade de Diretor Presidente da **EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.**, ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Marco.Billi@eurofarma.com

Assinado



D4Sign

Marco Billi
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores



2 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de Abril de 2024, 09:30:17



Eurofarma 13 1 - Dir Presidente docx

Código do documento 3d6bbb96-6bf9-4f8c-b8b5-669928ea1e6c



Assinaturas



Marco Billi
Marco.Billi@eurofarma.com
Assinou

Eventos do documento

25 Apr 2024, 17:25:53

Documento 3d6bbb96-6bf9-4f8c-b8b5-669928ea1e6c **criado** por MARIAH MINOTELLI MARASCO (f6fb4162-b02b-4b53-b40a-f6e7d6146806). Email:mariah.marasco@eurofarma.com. - DATE_ATOM: 2024-04-25T17:25:53-03:00

25 Apr 2024, 17:26:31

Assinaturas **iniciadas** por MARIAH MINOTELLI MARASCO (f6fb4162-b02b-4b53-b40a-f6e7d6146806). Email:mariah.marasco@eurofarma.com. - DATE_ATOM: 2024-04-25T17:26:31-03:00

28 Apr 2024, 22:02:55

MARCO BILLI **Assinou** (7b662f5c-b18b-45c9-bf9d-58699c9bc83a) - Email: Marco.Billi@eurofarma.com - IP: 189.69.170.116 (189-69-170-116.dial-up.telesp.net.br porta: 63646) - Documento de identificação informado: 395.608.208-77 - DATE_ATOM: 2024-04-28T22:02:55-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a6c28f0d1e6e83e08c21edc0365bdc857b6d07ba14942ead07a4e5760fec452e

(SHA512):a920fb007b87328d2e84b2c553c8765421b2faa15d91ac77205ab8e7c94e9c986343b58e10d4cc893b2eacd9974c424d26d29aae2333c42b3cb52e6d570303b3

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**DECLARAÇÃO**

Eu, **Marco Billi**, brasileiro, solteiro, graduado em Relações Internacionais e Economia, portador(a) de cédula de identidade RG n.º 30.295.538-0 SSP/SP, inscrito(a) no CPF sob o n.º 395.608.208-77, residente e domiciliado(a) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Brito Peixoto, 554, Vila Cordeiro, CEP 04582-020 na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.**, ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Marco.Billi@eurofarma.com

Assinado

Marco Billi
Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de Abril de 2024, 09:31:04



Eurofarma - 13 1 - DRI docx

Código do documento dddebab7-4649-4096-ba65-540da4c03317



Assinaturas



Marco Billi
Marco.Billi@eurofarma.com
Assinou

Eventos do documento

25 Apr 2024, 17:24:26

Documento dddebab7-4649-4096-ba65-540da4c03317 **criado** por MARIAH MINOTELLI MARASCO (f6fb4162-b02b-4b53-b40a-f6e7d6146806). Email:mariah.marasco@eurofarma.com. - DATE_ATOM: 2024-04-25T17:24:26-03:00

25 Apr 2024, 17:25:38

Assinaturas **iniciadas** por MARIAH MINOTELLI MARASCO (f6fb4162-b02b-4b53-b40a-f6e7d6146806). Email: mariah.marasco@eurofarma.com. - DATE_ATOM: 2024-04-25T17:25:38-03:00

28 Apr 2024, 22:03:26

MARCO BILLI **Assinou** (7b662f5c-b18b-45c9-bf9d-58699c9bc83a) - Email: Marco.Billi@eurofarma.com - IP: 189.69.170.116 (189-69-170-116.dial-up.telesp.net.br porta: 63646) - Documento de identificação informado: 395.608.208-77 - DATE_ATOM: 2024-04-28T22:03:26-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5878c7e7514fc1176126f47e57845ab2ff1717627c6be2f470d10edf6eacc973

(SHA512):fe341ccb13896d7a72452f004be8e26805c2d3e91fd248f4a612632ef1620c72212d5e67af796e0f52c1bb5d536771e83150727e929fac4bd3a60cbfaedc382d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.